

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
[
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: O instituto profissional masculino Bento Quirino: uma visão social ideológica, maçônica, industrial e republicana.

Autor: Américo Baptista Villela

Orientador: Sérgio Eduardo Montes Castanho

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Filosofia e História da Educação.

Campinas

2011

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

V715i	<p>Villela, Américo Baptista</p> <p>O instituto profissional masculino Bento Quirino: uma visão social ideológica, maçônica, industrial e republicana / Américo Baptista Villela. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: Sérgio Eduardo Montes Castanho. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Instituições escolares. 2. Educação profissional. 3. Campinas (SP) – História. I. Castanho, Sérgio Eduardo Montes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>11-025/BFE</p>
-------	---

Título em inglês: The institute professional for men Bento Quirino, a social ideological, masonic, industrial and republican vision

Keywords: Schools institutions; Professional education; Campinas (SP) - History

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho (Orientador)

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Prof. Dr. José Luis Sanfelice

Prof.(a) Dr.(a) Meire Müller

Data da defesa: 28/02/2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: abvillela@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Título: O instituto profissional masculino Bento Quirino: uma visão social
ideológica, maçônica, industrial e republicana.**

Autor: Américo Baptista Villela
Orientador: Sérgio Eduardo Montes Castanho

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Américo Baptista Villela e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

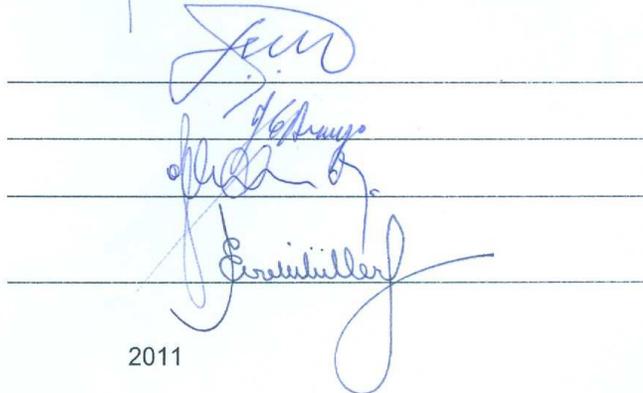
Assinatura:.....



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

28 de fevereiro de 2011



2011

Resumo: O instituto profissional masculino Bento Quirino: uma visão social ideológica, maçônica, industrial e republicana.

O presente trabalho é uma reconstrução histórica da criação e dos anos iniciais de funcionamento da atual ETEc Bento Quirino de Campinas, estado de São Paulo. Criada em 1915, a partir do legado testamentário do patrono e da união de um grupo de homens ligados a maçonaria ao PRP – Partido Republicano Paulista – o Instituto Profissional Bento Quirino desempenhou um importante papel na conformação da sociedade de classes em nossa cidade. Contribuiu para a construção de uma ética positiva do trabalho e para uma determinada concepção de cidadania dentro da lógica do capital, bem como para aceitação da mulher como trabalhadora, fortalecendo as bases da sociedade industrial capitalista na transição de uma economia rural para urbana.

Palavras chaves: Instituições Escolares; Educação Profissional; Campinas (SP) - História

Abstract: The institute professional for men Bento Quirino, a social, ideological, masonic, industrial and republican vision

This work is a historical reconstruction of the creation and the initial years of operation of the current ETEc Bento Quirino Campinas, state of São Paulo. It was built in 1915, from the legacy of the patron and the union of a group of men linked to Freemasonry PRP - Republican Party Paulista - the Professional Institute Bento Quirino played an important role in the formation of class society in our city. It also contributed to build a positive ethic work and a certain conception of citizenship within the logic of capital as well as acceptance of women as a worker to enhancing the foundations of capitalist industrial society in transition from a rural to urban.

Keywords: Schoolastic institutions; Professional education; Campinas (SP) - History

Índice

1 - Apresentação	
1.1 - Memorial.....	1
1.2 - Historiografia da Educação Brasileira – Balanço Sumário.....	8
1.3 – A Historiografia na Educação Brasileira sobre a Educação Profissional – Balanço Sumário.....	19
1.4 – O Nosso Objeto.....	26
1.5 – O longo caminho da pesquisa: Da delimitação do objeto aos procedimentos metodológicos	30
2 – Da Campinas Senhorial à Campinas Industrial.....	40
2.1 Uma Cidade em Mutação.....	41
2.1.1 - A Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino: Caridade ou Ação Política?.....	47
2.1.2 Os membros da associação instituto profissional masculino Bento Quirino e a Maçonaria	54
2.1.3 – A construção do Prédio e a Instalação das Oficinas.....	59
2.2 – Do Partido Liberal Avançado ao Partido Republicano Paulista – Uma Trajetória Política e uma Nova Proposta Pedagógica	65
2.3 – A Cidade faz a Escola que Refaz a Cidade.....	77
3 – O Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos.....	82
3.1 – Dos desfavorecidos da fortuna ao aluno da escola industrial mista Bento Quirino.....	83
3.1.1 – A escola profissional masculina Bento Quirino (1918-1926).....	91
3.1.2 – A escola profissional mista Bento Quirino (1927-1935).....	93
3.2 – A organização da escola profissional mista Bento Quirino.....	101
3.3 – Associação instituto profissional Bento Quirino.....	103
4 – Conclusões	114

5 – Bibliografia	119
6 – Fontes Primárias.....	129

1 – Apresentação

1.1 Memorial

Pesquisar a história da educação no Brasil é um desafio a ser, e vem sendo, superado dia a dia. Para muitos autores, essa situação seria caracterizada, inicialmente, por uma tradição que priorizava os grandes acontecimentos políticos como marcos cronológicos, bem como a compilação de leis comentadas como sendo as fontes prioritárias para a construção da história da educação (NUNES, 1995, p.58), o que nos impedia de perceber o processo educacional como algo muito mais amplo e dinâmico do que um conjunto de eventos políticos e de leis. Esses fatos fizeram com que os trabalhos dos alunos, os cadernos, os registros iconográficos, os diários de classe, enfim, uma vasta gama documental produzida nas e pelas instituições escolares fosse negligenciada como fontes documentais.

Segundo Maria Cristina Vendrameto, essa característica das pesquisas pode ser explicada pela pequena intervenção dos historiadores no processo de pesquisa sobre a história da educação. Ainda para a autora em questão, este processo teria sido modificado a partir da influência crescente da Nova História junto aos historiadores brasileiros fazendo com que se introduzissem novas problemáticas, novas metodologias de pesquisa, bem como novas fontes documentais. A influência citada anteriormente teria sido responsável pelo surgimento de novas problemáticas a serem analisadas no âmbito da história da educação: as relações raciais e de gênero no interior das unidades escolares, a questão disciplinar, o ensino profissionalizante, entre outras. Por outro lado, o alargamento do campo de pesquisa demonstrou a existência de um grande problema operacional: o descaso e a (des) organização da documentação produzida e armazenada pelas unidades escolares. (VENDRAMETO, 2005).

Embora eu tenha clareza que mesmo antes da chamada Nova História, documentos de tais natureza, ou seja, não oficiais, já fossem usados por cientistas sociais brasileiros, como Gilberto Freire¹ e outros, não deixo de reconhecer que no

¹Para maiores informações ver **Lições de Gilberto Freyre aos historiadores** de C. M. Westphalen, disponível em http://www.bvgf.fgf.org.br/frances/critica/artigos/art_cient/licoes_historiadores.htm .

campo da história da educação houve a valorização e ampliação da utilização deste tipo de fonte nos últimos anos junto com a influência do movimento supracitado. Aqui acho necessário esclarecer que me refiro à Nova História como movimento e não como corrente ou tendência historiográfica pois a mesma não possui identidade afirmativa, pelo contrário, ela representa uma fragmentação teórica e metodológica que se identifica na negação dos métodos e teorias até então utilizados sem reafirmar um novo método. Além disso, não podemos ter certeza se a inovação com relação à tipologia documental foi resultado da influência do movimento supracitado ou da ampliação dos estudos sobre a história e a história da educação em especial.

No caso desta dissertação, foi através da participação no projeto **Pesquisa sobre o ensino público profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais**, financiado pela FAPESP, resultando na constituição de oito centros de memórias nas Escolas Técnicas Estaduais “Aristóteles Ferreira”, “Bento Quirino”, “Carlos de Campos”, “Cônego José Bento”, “Dr. Júlio de Cardoso”, “Fernando Prestes”, “João Belarmino” e “Getúlio Vargas”, que eu, junto com os demais professores dessas unidades, passei a ter uma grande preocupação com a preservação destes documentos, bem como uma maior consciência da importância destas unidades escolares para o desenvolvimento dos municípios em que estavam instaladas.

Essa preocupação e consciência me levaram a apresentar o projeto de pesquisa **Uma Utopia Republicana: O Instituto Profissional Masculino Bento Quirino** sobre a história da Escola Técnica Estadual Bento Quirino, para o programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Tal projeto tinha como objetivo completar o trabalho anterior, porque, para mim, havia uma lacuna em sua realização, tendo em vista que o mesmo se resumiu à organização da documentação, a publicação de um Inventário das fontes documentais, intitulado **Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo Inventário de Fontes Documentais**, e de um álbum fotográfico, intitulado **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens**, pela editora Imprensa Oficial de São Paulo. Era como se as fontes falassem por si mesmas e revelassem essas histórias. Como historiador e professor, me orgulhava do feito, mas julgava-o insuficiente.

Se, por um lado, essas obras facilitariam a vida dos pesquisadores acadêmicos na medida em que a primeira realiza um inventário quantitativo e qualitativo dos documentos que as escolas participantes acumulam e a segunda mostra uma pequena parcela dos documentos iconográficos que elas possuem, por outro, a construção dessas obras se realizou sem que houvesse uma oportunidade ou um estímulo para que os professores participantes problematizassem essas importantes fontes para a história da escola, da educação e, no meu caso específico, também para a história da cidade de Campinas. Também não houve por parte dos professores nenhuma iniciativa nesse sentido. Se reproduzia a velha realidade na qual os educadores da ponta, ou seja, aqueles que estão em sala de aula, não são percebidos e, muitas vezes, não se percebem como capazes de refletir e produzir conhecimento, mas apenas reproduzi-lo para seus alunos.

Sendo assim eu me perguntava: “será que não cabe aos professores problematizar essas fontes? Não é uma boa oportunidade para articular ensino e pesquisa, iniciando os nossos alunos no caminho da pesquisa historiográfica para que possam perceber que o conhecimento histórico não é estático e nem neutro, mas sim politicamente orientado?” Acreditava que era necessário problematizar essa documentação para que ela me permitisse uma melhor compreensão do ensino profissional bem como do seu papel social no desenvolvimento histórico da cidade de Campinas. Ainda julgava necessário que essas fontes, não só estivessem disponíveis aos pesquisadores, como pretendia o guia de fontes e o álbum, mas que elas também fossem utilizadas como instrumento auxiliar de ensino e pesquisa na minha prática docente. Para tanto, era necessário que eu me aprofundasse no estudo das mesmas e daí a ideia de que eu construísse um projeto de pesquisa que me auxiliasse no entendimento da escola e de seu relacionamento com as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passava a cidade de Campinas.

Na construção do projeto inicial de pesquisa, trabalhei com as fontes bibliográficas e documentais acumuladas na escola, bem como com as sugeridas e disponibilizadas pelas coordenadoras do projeto, **“Pesquisa sobre o ensino público profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais”**, professoras doutoras Carmem Sylvia Vidigal de Moraes e Julia

Falivene Alves. O ingresso no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação, no grupo HISTEDBR – História Sociedade e Educação no Brasil – me permitiu o acesso a novas referências teóricas e contribuiu para eu repensar a problemática suscitada no projeto e em uma reorientação no caminho a ser percorrido.

A percepção da necessidade dessa reorientação teve início devido ao contato com a obra **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**, de autoria de Michel Lowy. A partir desta, passei a me questionar se o termo utopia seria adequado para me referir à proposta educacional do grupo fundador da escola. Isto porque Lowy(1995), ao construir um histórico da utilização do termo ideologia com o objetivo de estabelecer um conceito mais preciso, percebe que há uma confusão na utilização deste termo. Para ele, há uma tentativa de Karl Mannheim, em seu livro **Ideologia e Utopia**, de construir uma ordem nesta confusão gerando uma terminologia mais precisa.

Segundo Lowy, Mannheim assim define ideologia:

Ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que têm um certo caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida. Utopias, ao contrário, são aquelas ideias representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária. (LOWY, 1995, página 13).

Portanto, nada mais inadequado do que caracterizar o projeto educacional dos fundadores da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino como utopia. Como demonstrarei ao longo deste trabalho, estes homens eram membros de uma parcela da burguesia agroexportadora da cidade, que desde 1895, havia assumido o controle institucional do país por intermédio da proclamação da república e do afastamento do seguimento militar do exercício do poder político, representado pela Presidência da República. O ano de 1895 marca o momento em que os cafeicultores de São Paulo, unidos no Partido Republicano Paulista, e os pecuaristas de Minas, unidos no Partido Republicano Mineiro, liderando a aristocracia rural decadente do nordeste e a nascente burguesia industrial brasileira, amparada pela defesa do

federalismo político consegue vencer o projeto dos republicanos radicais que defendiam um governo centralizador e forte². Essa situação contribuirá para a formatação da chamada “*Política dos Governadores*” durante o governo de Campos Salles que criará as condições para que as classes dominantes regionais se mantivessem no poder local afastando os conflitos e a desordem que haviam se manifestado nas Revoltas da Armada (1891-1893) e da Revolução Federalista(1893 a 1895). Esta política se materializava em uma troca de favores políticos entre os presidentes dos estados e o presidente da república. O presidente apoiava os candidatos dos partidos governistas nos estados, enquanto estes políticos davam suporte a candidatura presidencial e ao exercício do mandato durante a época do governo. Os fundadores da associação, como parte dessa classe burguesa que se caracterizava por ter diversificado investimentos e ter investido parte de seus excedentes em atividades urbanas, acreditavam que era preciso modernizar o país sem que o mesmo caísse na “desordem” ou fosse governado por um ditador; para tanto, a escola exerceria um papel fundamental na formação dos futuros cidadãos campineiros.

Assim, consideramos que a expressão mais correta seja a de visão social do mundo como formulada por Lowy.

Este autor afirma que:

Para se tentar evitar essa confusão terminológica e conceitual, eu acho que é útil tomar a distinção feita por Mannheim entre ideologia e utopia, mas se deve procurar outro termo que possa se referir tanto às ideologias quanto às utopias, que defina o que há de comum a esses dois fenômenos. O termo que me parece mais adequado para isso, e que proponho como hipótese neste momento é 'visão social de mundo'. Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. (LOWY, 1995, página 13)

Durante a realização da pesquisa e análise da bibliografia e documentação, percebi que, no caso do nosso objeto de estudo, essa visão não é de uma classe, mas sim de uma fração da classe dominante. Sendo assim, na construção da síntese, concluí que para uma maior precisão conceitual que defina a composição social do

² Para maiores informações ver QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

grupo fundador, bem como a origem e o projeto pedagógico do mesmo, o melhor título para o Projeto seja **“O Instituto Profissional Masculino Bento Quirino: Uma Visão Social Ideológica, Maçônica, Industrial e Republicana.**

Para chegar a essa conclusão, as observações da professora doutora Mara Regina Martins Jacomeli, durante curso que teve como temática as políticas educacionais no Brasil, foram de grande valia para perceber os diferentes projetos políticos em debate e como cada um destes projetos atendia aos interesses de frações da classe dominante, bem como o esquecimento produzido sobre propostas anarquistas e comunistas no campo educacional. Acredito que este título expresse as ideias de mudanças que esta parcela da burguesia campineira acreditava estar realizando, mas que, na realidade, era uma mudança conjuntural conservadora das estruturas sociais e econômicas do Brasil.

Ainda durante a pesquisa e as atividades inerentes à realização das disciplinas do programa de pós graduação, diversas foram as observações dos colegas e dos professores na construção da dissertação. Na qualificação, novos pontos a serem desenvolvidos, bem como novas possíveis abordagens foram apontadas pelos professores integrantes da banca, aos quais tenho muito a agradecer.

O professor doutor José Claudinei Lombardi apontava que, em meu trabalho inicial, a história da escola estava articulada à história da cidade, mas esta última se apresentava isolada sem considerar o movimento global do capital e as influências que este movimento ensejava. Na busca por atender esta orientação, procurei pensar o desenvolvimento da escola e da proposta política e pedagógica da qual ela era a manifestação, a partir dos excedentes de capital gerado pela cultura cafeeira e do projeto de uma parcela da burguesia campineira que competia com os capitalistas internacionais na busca pela industrialização do país e que se ressentia da falta de mão de obra qualificada. O professor doutor José Luís Sanfelice sugeriu que aprofundasse a reflexão teórica e metodológica sobre a história das instituições escolares procurando identificar as articulações entre o singular e o universal, a troca de influências recíprocas entre as dimensões econômicas, sociais, institucionais e culturais da realidade, apontando uma bibliografia que me auxiliaria nesse caminho. O professor doutor Sérgio Eduardo Montes Castanho chamando a minha atenção para um rigor

conceitual no que se referia às definições de classe, frações de classe e a bibliografia utilizada.

À todos eles, colegas e professores, o meu muito obrigado com a esperança de ter conseguido responder aos seus questionamentos, as suas observações e atendido às suas orientações tão profícuas, não só na qualificação, mas em todos os momentos de convivência acadêmica – menores do que eu desejava, mas que são as impostas pelo atual ritual de produtividade acadêmica, bem como pela minha vida profissional que tem se dividido entre as obrigações de um professor do ensino médio e coordenador dos museus que são geridos pela prefeitura municipal de Campinas.

1.2 – A Historiografia da Educação Brasileira – Balanço Sumário

Muito tem sido produzido sobre a história da educação no Brasil. Segundo Diana G. Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho:

... desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre a história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circularam pelo País e no exterior. (VIDAL e FARIA F^o, 2003, p.37-8)

Para estes autores, há três vertentes demarcadas no campo da historiografia da educação, no período compreendido entre 1880 e 1970.

A primeira era marcada pela influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³ e pelo positivismo que ali imperava. Estes trabalhos representaram um investimento na sistematização e publicação de documentos para a história da educação: uma história mais próxima à descrição documental e a reprodução da fonte legislativa, do que um esforço de análise historiográfica do fenômeno educacional.

A forma de se escrever a história proposta por esta vertente é caracterizada por ter como público alvo uma elite de letrados que acreditavam nas leis, regulamentos e relatórios como sendo a reprodução do real. Para estes homens, o conhecimento era objetivo e o progresso se realizaria pelo culto à ciência e esta, em sua aplicação tecnológica, seria a indutora do desenvolvimento social e político. Ainda, para esta concepção, a história é produto da ação dos grandes homens; sejam eles, cientistas, políticos, escritores, generais, etc., do Estado e à população caberia servir as ordens para desenvolver o progresso. No caso específico da história da educação, José Adersino Alves de Moura observa:

que o grande problema para a epistemologia da história da educação, que aparece nas entrelinhas da visão positivista, está na construção do conhecimento histórico em educação, ou melhor, “na falta de construção do conhecimento histórico”. O historiador não assume responsabilidade social e é um mero compilador de feitos, datas e nomes; tendente às idéias e organização de textos em torno de grandes pedagogos e a contar a história das grandes instituições, através de relatos históricos com propósitos pragmáticos (ZEQUERA, 2002). Esse historiador ressalta as grandes realizações

³Os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estabelecidos no Art. 1º do Estatuto de 1838, são mantidos até a atualidade, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, de que é o primordial, "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...", hoje alargadas em leque abarcando as demais Ciências Sociais.

políticas, sem se preocupar com os efeitos futuros dessas realizações, nem com a espécie de contribuição que possam trazer para a educação.

A análise positivista da história da educação ao não adotar uma postura questionadora, principalmente das relações de poder e das formas de conhecimento que colocaram o sujeito imperial europeu na atual posição de destaque, privilegia toda uma continuidade de exploração humana...(MOURA,2004, 6)

Dessa forma, conclui-se que a influência do positivismo na história da educação foi realizar a crítica do pensamento religioso, porém consagrando o pensamento científico, mas negando esse pensamento como sendo construído em torno de luta política e o identificando como um campo neutro. Bittar ao trabalhar com a problemática da constituição do campo científico da educação no Brasil, entendendo o campo científico a partir da definição estabelecida por Bourdieu como sendo:

o espaço de jogo de uma luta concorrencial e o que está em jogo nessa luta é o monopólio da autoridade científica, ou, "se quisermos, da competência científica, posição compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente, ou seja, de maneira autorizada e com autoridade, que é socialmente outorgada a um agente determinado.(BITTAR, 2009, 4)

caracterizará a produção científica realizada nesse período, dentro dela a produção sobre a história da educação, da seguinte forma:

como uma espécie de pré-história da pesquisa educacional brasileira, podemos atribuir à fundação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a primeira fase da pesquisa educacional brasileira, que nasceu sob o manto do Estado. (BITTAR, 2009, 5)

Acredito que essa caracterização não seja a mais adequada, tendo em vista que esse era o procedimento considerado científico à época em que estava sendo realizado. Por outro lado, compreendo-a como sendo motivada pelo fato dessa produção se realizar como feito individual, como diletantismo das e para as classes dominantes e forma de divulgar as ações educacionais dos beneméritos sem se preocupar com a análise crítica desses beneméritos, das fontes ou realizar um esforço de interpretação do processo histórico vivido. Dessa forma, esses pesquisadores pretendiam definir a história como passado morto e acabado e não como premissa para o estabelecimento de política pública ou vinculação com o debate político que se travava.

Obviamente a ampliação do público leitor interessado em história, mesmo que gradativa, produziria mudanças. A urbanização, a industrialização e a república fazem

da escola uma meta para novos setores sociais e estes precisam ser inseridos na história, senão como realização, pelo menos como possibilidade. Possibilidade de prosperar pela educação, se realizar como cidadão, se não pleno de direitos, pelo menos cômico dos seus deveres, pois é através do cumprimento de suas obrigações que a nação prospera. São estas mudanças que darão origem a uma nova vertente.

Retomando as ponderações de Vidal, a segunda vertente se relaciona com a disciplina História da Educação, praticada no âmbito das Escolas Normais. Nessas escolas, a obra de referência foi o manual **Noções de História da Educação** (1933), de Júlio Afrânio Peixoto⁴, publicado pela Biblioteca Pedagógica Brasileira. Esta obra é considerada a marca inaugural de uma determinada modalidade na forma de se escrever a história, que se perpetuou por décadas na escrita dos manuais brasileiros de História da Educação. Essa modalidade teria se caracterizado por partir de um princípio que coloca a educação, e em especial a educação escolar, como instrumento de desenvolvimento econômico, social e político, configurando algo que Jorge Nagle, em **Educação e Sociedade na Primeira República**, definirá inicialmente como *entusiasmo pela educação* e, posteriormente, *otimismo pedagógico*. *Entusiasmo pela educação* pois se acreditava que ela resolveria os problemas do desenvolvimento social, econômico e político do Brasil e o *otimismo pedagógico* como perspectiva científica dos princípios pedagógicos e instrumentos didáticos.

Segundo Clarice Nunes, o padrão estabelecido por Afrânio Peixoto se caracterizava por "... deixar de lado a pesquisa em fontes primárias e eleger a compilação comentada como forma de trabalho" (NUNES, 1995, p. 58.). Ainda segundo a autora, esta característica contribuiu para que a História da Educação se tornasse uma tribuna na defesa dos ideais dos autores e se distanciasse daquilo que ela entende como o método do fazer historiográfico.

Para ela, o método do fazer historiográfico ou o conhecimento histórico, o que chamaríamos de discurso historiográfico, deve se caracterizar por uma nova história:

"Alguns motivos são apresentados para a justificativa para a elaboração dessa nova história: a tomada de consciência dos historiadores no que diz respeito ao

⁴ Afrânio Peixoto, médico, membro da Academia Brasileira de Letras desde 1911, diretor da Escola Normal do Distrito Federal em 1915 e reformador da instrução pública da capital brasileira em 1916, foi um dos primeiros professores da disciplina História da Educação na referida Escola.

relativismo da ciência histórica; a agressão de outras ciências que invadiram o campo do historiador numa tentativa de diluí-lo e absorvê-lo e uma nova concepção de história contemporânea que questiona incisivamente a tradição da história como ciência do passado. (NUNES, 1992, 151)".

Neste ponto, acreditamos que a autora faz a crítica da produção de Peixoto. Porém nessa crítica, se esquece que os elementos que ela mesma utiliza para justificar a chamada Nova História, como o relativismo ou a agressão de outras ciências, ainda não estavam postos no ano de 1933, quando Peixoto publicou sua obra. Dessa forma, entendo que esse procedimento possa vir a ser considerado um anacronismo ao pretender desqualificar todo trabalho historiográfico anterior por não possuir determinados atributos que seriam considerados necessários no momento em que ela escreve para caracterizar uma obra como conhecimento histórico. Como já dito, se esquece que o próprio conhecimento histórico é datado, portanto, não podemos negar a própria historicidade desse conhecimento definindo-o como algo estático; devemos considerá-lo no momento em que é produzido.

Não queremos dizer com isso que concordemos com as posições de Peixoto, porém o seu pensamento deve ser compreendido dentro do seu momento de produção e as expectativas daquele grupo de intelectuais que se debruçavam sobre a questão educacional. Em 1930, o governo Vargas instituiu o MESA – Ministério da Educação e Saúde Pública – e a educação amplia sua visibilidade política. Nesse sentido, nada mais natural do que houvesse um certo “*otimismo pedagógico*” mesmo que fosse mais retórico do que prático. O liberalismo autoritário reinante tinha como princípio, não a igualdade plena, mas sim a de direitos, direitos estes que, nesta ideologia, se realizaria pelo aprimoramento via educação.

O problema maior ao analisar a forma como Vidal e Faria configuram esta vertente se coloca no silenciamento dos projetos socialistas e anarquistas de educação⁵ e da sua historiografia que desaparecem da história e que só ganhariam destaque com a Pós-graduação nos anos 1960 e a criação do HISTEDBR em 1986. A este respeito, Zaia Brandão, analisando a vida e a obra de Pachoal Lemme, afirma o seu silenciamento e assim o explica:

⁵Para maiores informações ver Educação Libertária na Primeira República, Angela Maria Souza Martins, disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_015.html .

Os escritos de Lemme não se coadunavam com a perspectiva dominante na área, que apostava todas as fichas no desenvolvimento da educação escolar, como condição para a construção de uma sociedade igualitária. Seu refrão predileto – não há uma educação democrática, a não ser em uma sociedade verdadeiramente democrática – invertia completamente o suposto liberal de que a democratização da educação (escolar) seria a *condição* para a igualdade social baseada exclusivamente no mérito e capacidades individuais. Neste sentido sim, o seu pensamento teria sido silenciado, (BRANDÃO, 2010, p.26)

Nesse sentido, Brandão resgata o silenciamento das propostas citadas anteriormente como resultado do confronto político em torno de projetos políticos e sociais distintos e que se manifestam em projetos pedagógicos onde a vitória dos liberais construiu uma memória monumento que se pretende única, ocultando o conflito e outras possibilidades de encaminhamento.

A terceira vertente é a caracterizada como produção acadêmica. Para Diana G. Vidal e Luciano M. de Faria Filho, essa linha teria tido início com a publicação da obra **A Cultura Brasileira**, de autoria de Fernando de Azevedo, em 1943.

Inseria-se também, *A Cultura Brasileira*, no campo da educação brasileira, erigindo-a em plataforma de defesa de um ideal de escola, *a escola nova* (objetivo mais claramente delineado no terceiro tomo), numa tradição que remontava a Afrânio Peixoto e a seus *Noções de História da Educação*. Mas o sobrepujava, posto que mais que obra de divulgação do pensamento escolanovista, como era o texto de Peixoto, o livro de Azevedo almejava ser (e foi por muito tempo) lugar de produção de uma memória sobre o movimento da escola nova no Brasil. (VIDAL e FARIA Fº, 2003, p. 53)

Professor Universitário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo até sua aposentadoria em 1961, Azevedo contribuiu para o desenvolvimento da História da Educação formando novos quadros, influenciando a elaboração de novos trabalhos e redigindo outras obras. A trilha aberta por Azevedo será ampliada por Laerte Ramos de Carvalho, regente da Cátedra de História e Filosofia da Educação (FFLC-USP).

... Ramos de Carvalho operava distanciamentos ao propósito de uma interpretação sociológica da cultura brasileira enunciado por Azevedo, ao mesmo tempo que (sic) retomava princípios da vertente associada ao IHGB(40 páginas de Apêndice reproduziam documentos inéditos localizados em Portugal), ainda que fizesse críticas ao trabalho de Primitivo Moacir, considerado como “*um repositório de documentos*”, e se inseria na linhagem que unia história e filosofia como matrizes do entendimento do passado educacional, possibilitado pelo conhecimento dos “*dos ideais pedagógicos*”. (VIDAL e FARIA , 2003, p. 55)

O Professor Ramos de Carvalho, para desenvolver seus estudos, formou um grupo de pesquisadores e, a partir de um plano geral de monografias estabelecido por ele, pretendia construir um quadro histórico compreensivo do passado educacional brasileiro. Segundo Míriam Warde, a produção desse grupo esboçou:

...um projeto de construção de uma história da educação brasileira autônoma, apoiada em levantamentos de documentos originais, capaz de recobrir o processo de desenvolvimento do sistema público de ensino” (WARDE, 1998, p. 93-94)

Para esta autora, se por um lado, este grupo inovava metodologicamente ao romper com a matriz sociológica de Azevedo e se aproximar da filosofia, por outro, mantinha-se fiel à crença liberal da escola como um direito de todos e dever do Estado, bem como de que a escolarização era a via pacífica para equalização das diferenças sociais e econômicas. Dessa forma, pretende-se fazer com que os trabalhadores e seus filhos acreditem que através do seu empenho e de uma boa educação ele obterá segurança e estabilidade profissional, ascensão social e o exercício pleno de seus direitos políticos. Esta concepção está fortemente ligada a ideia de educação como capital humano que agrega valor à mão de obra, ampliando a empregabilidade e sujeitando a educação ao processo de reprodução do capital ocultando a exploração no sistema capitalista, como definido por Frigotto no **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. A este respeito Frigotto aponta:

A noção de 'capital humano' que se afirma na literatura econômica na década de 1950, e, mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, no campo educacional, a tal ponto de se criar um campo disciplinar – economia (política) da educação –, explicita de forma exemplar as duas razões anteriormente expostas sobre a especificidade do conhecimento nas ciências sociais e humanas. Trata-se de uma noção que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre indivíduos ou grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade: a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção pela burguesia ou classe capitalista e a compra, numa relação desigual, da única mercadoria que os trabalhadores possuem para proverem os meios de vida seus e de seus filhos – a venda de sua força de trabalho (FRIGOTTO, 2006). (p.67)

Neste momento é preciso retomar as ponderações de Bittar sobre a constituição do campo científico da educação no Brasil no período entre 1930 e 1970. Para esta autora, apesar do debate entre leigos e católicos, há um consenso sobre o papel da educação na transição da sociedade agroexportadora para a industrial. Trabalhando

com outro conceito de história que se caracteriza pela reconstrução do passado através da análise sistemática das fontes em seu contexto social de produção e não pela crença de que irá instituir um passado, ela afirma

“Antes de passarmos à produção realizada pelos Programas de Pós-Graduação, é necessário estabelecermos uma outra distinção da época: as obras produzidas entre as décadas de 1930 e 1970, muitas das quais se tornaram referência, são de autoria de uma intelectualidade típica do Brasil que atravessava a transição do modelo agrário para o urbano industrial, segundo a forma denominada por Florestan Fernandes de revolução burguesa autoritária e excludente. Esses intelectuais faziam parte de uma minoria escolarizada em um país no qual a maioria das crianças não chegava aos bancos escolares. As suas obras, não raro, tinham um traço em comum que consistia em explicar o sentido dessa transição e a importância da educação em uma sociedade que se tornava urbana sem ter resolvido os problemas estruturais do passado.”(BITTAR, 2009, p.8)

Obviamente que para os liberais o sentido da transição era estender o direito à educação, pois este seria a solução dos problemas sociais. Por outro lado, para os educadores de esquerda o sentido da expansão não bastava, era preciso ir além, era preciso fazer com que houvesse a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas, sem as quais não conseguiríamos transformar o modelo educacional e este não conseguiria atingir os objetivos que se esperava dele.

O surgimento dos programas de pós-graduação, a partir da década de 1960, em especial na PUC - Rio, em 1965, e na PUC - SP, em 1969, produziu uma alteração na aproximação entre a filosofia e a história da educação ao dar origem a trabalhos realizados a partir de um referencial teórico influenciado pelo marxismo.

Para Luís Carlos Barreira, os aspectos que mais chamavam atenção na produção inicial destes programas de pós-graduação eram:

“...a abordagem dialética associada ao veio teórico da dependência, a importância metodológica atribuída ao contexto e o peso exercido pelas determinações econômicas.”(BARREIRA, 1995, p.236)

Esta alteração, em muito, é resultado de uma aproximação da esquerda católica com os pensadores de tradição marxista que passam a ser alvo das perseguições dos órgãos da ditadura cívico militar, ao mesmo tempo, que estes segmentos se unem na luta pela democracia e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Nos anos 1980, houve o surgimento de diversos grupos de pesquisadores em história da educação. Em 1984, no interior da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), surgia o “GT História da Educação” com o objetivo de aglutinar pesquisadores, de realizar crítica historiográfica e difundir novos horizontes de investigação na área, como a história das mentalidades e a história cultural. Em 1986, foi criado o grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, conhecido pela sigla HISTEDBR, que, como apontou seu coordenador geral, Demerval Saviani:

...surgiu, como sugere o nome, com a preocupação de investigar a História da Educação pela mediação da sociedade, o que indica a busca de uma compreensão global da educação e seu desenvolvimento. Contrapunha-se, pois, à tendência que começava a invadir o campo da historiografia tradicional.” (SAVIANI, 1998, p.14)

Entendemos a tendência à qual Saviani refere-se, como aquela associada ao paradigma “pós-moderno” e à história cultural e, nesse sentido, a sua recusa pode ser entendida como uma reafirmação de uma análise marxista da história. Para Bittar, a expansão da pós-graduação, principalmente nos anos 1990, marca uma nova manifestação dessa tendência:

Essa tendência, como veremos, se perderá com a expansão da Pós-Graduação nas universidades na década de 1990 e será substituída por outros referenciais, ou até mesmo pela sua ausência, e pelo estudo de objetos minúsculos.(BITTAR, 2009, p.8)

Os estudos da história, e da história da educação em particular, passam a ser desenvolvidos para atender a uma demanda de mercado e a história se volta para o engraçado, o pitoresco, o pontual como: **Breve história das nádegas, A História do amor, etc.**

Foi nesse contexto que o HISTEDBR aponta a necessidade de se retomar uma análise que busque a reconstrução histórica do processo educacional compreendendo-o como parte de um todo maior onde há troca de influências recíprocas entre as dimensões econômicas, sociais, institucionais e culturais da realidade. Análise esta que deve contribuir para o educador refletir sobre a sua prática pedagógica e as suas implicações políticas, econômicas e sociais.

Assim, a historiografia da educação no Brasil, hoje, não é considerada apenas como a compilação / análise da legislação e administração do sistema escolar. Pelo contrário, é um campo de pesquisa rico e em construção que suscita debate e discussão. Debate e discussão que orienta a elaboração e aplicação das políticas estatais e públicas de educação.

Dentro desse debate teórico, merece destaque o papel atribuído à relação trabalho-educação. Questionando o consenso em torno da teoria do capital humano, surge no final dos anos 70 uma nova percepção da relação entre trabalho e educação que realça o papel educativo do trabalho. Sobre essa relação, escrevem Paolo Nosella e Ester Buffa:

Tradicionalmente, o entendimento que se tem da relação trabalho-educação e que culmina, de certa forma, com a teoria do capital humano, é que a escola qualifica a mão de obra necessária ao desempenho das diferentes profissões, de forma mecânica e unidirecional. Nesse sentido, nos anos 60 e 70, o discurso pedagógico oficial entendia a escolarização como investimento na qualificação profissional. Entretanto, já no final dos anos 70, a crítica à teoria do capital humano avolumou-se e o 'trabalho como princípio educativo' foi entendido como uma relação mais complexa e rica. (NOSELLA, BUFFA, 1996, p.17).

Ciavatta assim define o trabalho como princípio educativo no **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**:

No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1979).(p. 408)

Nesse sentido, entendemos que ampliar o estudo da educação profissionalizante possa trazer novos contornos a este debate. O trabalho como princípio educativo coloca a possibilidade de pensar a educação para além do capital. Destaco, a **possibilidade**, pois no sistema capitalista, embora existam brechas para a construção de uma pedagogia progressista, a legislação estabelece como objetivo do processo escolar a qualificação para o trabalho e formação para a cidadania nos marcos do sistema capitalista vigente.

Para Carmem Sylvia Vidigal de Moraes, a instrução popular e profissionalizante no Brasil desempenhou um papel fundamental na constituição da sociedade de classes urbana industrial após a abolição da escravidão, papel esse que transcendeu em muito a questão econômica adentrando em muitos outros campos, entre eles: a percepção do trabalho com conotação positiva, a construção da nacionalidade e uma nova representação da participação política (MORAES, 1990). Continuando o caminho proposto por MORAES, reconstruímos o processo de criação do Instituto Profissional masculino Bento Quirino e os anos iniciais da Escola Mista Bento Quirino demonstrando como isso fez parte de um processo de modernização conservadora da sociedade brasileira e campineira que atendia às demandas da reprodução do capital.

Um projeto que seria caracterizado pela diversificação de investimentos dos excedentes de capitais produzidos pela cultura cafeeira, que inspirou uma fração da classe dominante a se preocupar com a formação do trabalhador nacional como instrumento para o desenvolvimento de uma indústria local. Esta indústria deveria atender às demandas da sociedade brasileira em uma conjuntura mundial marcada pela destruição das indústrias europeias em virtude da primeira guerra mundial e depois pelas tentativas de reconstrução dessa economia. Outra característica seria a preocupação com a construção de uma ética positiva do trabalho em uma sociedade recém egressa da escravidão. Até a abolição da instituição escravista no Brasil, o trabalho e os trabalhadores manuais estavam associados à condição de inferioridade, inclusive jurídica.

Com a abolição e a recém implantada república, o acesso à educação e ao trabalho passam, gradativamente, a ser interpretados como condição para o pleno exercício da cidadania, sempre lembrando, nos limites do capitalismo. Seguindo a lógica da classe dominante, na constituição de 1891 a renda foi substituída pela alfabetização como condição para o exercício do voto, porém o trabalho apenas será mencionado no art. 72, § 24, estabelecendo que “*é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial*”, ou seja, mantinha a redação dada pela Constituição de 1824. Embora a valorização do trabalho estivesse presente no discurso da fração da classe dominante urbana que adotou a preocupação com a industrialização como projeto, essa não teve força para transformá-la em lei.

Se nas sociedades europeias a construção dessa nova ética estava consolidada, no Brasil, ela havia se tornado uma necessidade para o desenvolvimento capitalista e a implantação da democracia burguesa afugentando “o fantasma do comunismo” ou impedindo a proliferação de ideias exóticas como as socialistas, anarquistas e anarco sindicalistas. Essa situação será resolvida apenas na constituição de 1946 na qual aparece a valorização do trabalho como algo positivo e necessário⁶. O artigo 145 dispõe que:

a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.
Parágrafo único - A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Observa-se que nesta nova conjuntura o trabalho aparece como direito individual e obrigação social sendo caracterizado como condição de existência digna, ou seja, houve uma construção de uma nova ideologia sobre o trabalho no qual ele foi valorizado. O trabalho não é mais visto como punição ou como atividade destinada às categorias sociais consideradas inferiores, pelo contrário, “o trabalho dignifica o homem”.

⁶ Para maiores informações ver Afonso, Túlio Augusto Tayano - **Evolução constitucional do trabalho na ordem econômica jurídica brasileira** disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/tulio_augusto_tayano_afonso.pdf

1.3 – A Historiografia na Educação Brasileira sobre a Educação Profissional – Balanço Sumário

Se muito tem sido produzido sobre a história da educação no Brasil, o mesmo não se pode dizer do ensino profissionalizante / técnico. Segundo Luis Antonio Cunha:

O ensino industrial manufatureiro, destinado à formação da força de trabalho diretamente ligada à produção, é um tema que tem sido ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira.(CUNHA , 2000, p. 89)

Para este autor, essa ausência de estudos sobre a educação profissionalizante, especialmente a voltada para as camadas populares, se explica, pelo menos em parte, pela grande preocupação com a formação das elites. Quando a preocupação é com a educação popular são focalizados os programas e atividades extraescolares e, nessa situação, o trabalho manual acaba sendo associado à ausência de educação em geral.

Celso Suckow da Fonseca, por outro lado, aponta que nos momentos iniciais do período colonial, aqueles que empregavam suas atividades em trabalhos que requeriam o uso das mãos, mas que requeriam algum domínio técnico, como os que se dedicavam a tecer os panos grosseiros utilizados na época, ou os que sabiam fazer trabalhos simples de serralheria ou de ferraria, gozavam de certas prerrogativas sociais, pois constituíam uma classe que se situava entre os senhores rurais e os escravos. Esta situação fez com que Fonseca (1961, p.12) apontasse que a esta classe era dispensado um melhor tratamento, uma vez que economicamente, a fazenda devia bastar-se a si própria, e, portanto, dependia desta classe para o seu pleno funcionamento. Ele ainda destaca que os altos preços das ferramentas garantiria aos artesãos que as possuíssem uma posição de destaque, o que teria se modificado quando os escravos passaram a exercer essas atribuições:

Muito cedo, porém, o relativo prestígio de que gozavam os ofícios, nas fazendas, iria desaparecer por completo. Por um lado, os senhores rurais, havendo instalado seus engenhos de açúcar, aumentavam enormemente as fortunas, o que os distanciava ainda mais dos elementos brancos, os quais, por isso, começaram a desprezá-la. Quando isso se deu, **abastardou-se o ensino de ofícios** (FONSECA, 1961, 15-16) (Grifo nosso).

Sônia Maria Fonseca, ao estudar as premissas do “abastardamento do ensino de ofícios” e do “aviltamento do trabalho manual” no Brasil colonial, aponta após analisar os instrumentos e o ordenamento jurídico do estado português, o qual ela definiu como verdadeiro aparato de um sistema de privilégios e de hierarquias sociais, conclui:

A valorização econômica dos ofícios nos primórdios da colonização, em vista da escassez de mão de obra, não correspondeu efetivamente a uma valorização social. É preciso salientar, porém, que há na tradição ibérica uma desvalorização social do trabalho manual, ...(FONSECA, 2010, 11)

A autora assim remete à desvalorização do trabalho manual a uma tradição Ibérica sem questionar a sua valorização econômica, o que me parece difícil de aceitar. A formação do sistema colonial teve como sentido proporcionar excedentes de capitais a serem apropriados pela metrópole sobre a colônia e no caso brasileiro a atividade econômica predominante neste sistema foi o agroexportador. Sendo assim, o artesanato ou a manufatura nunca tiveram preponderância econômica, mas sim existiram como atividade subsidiária ao modelo agroexportador e como tal dependente e periférico.

O próprio Celso Suckow da Fonseca retoma essa discussão apontando que o público para o qual se destinou essa formação foi responsável pela sua desvalorização:

Vem, pois, dos primeiros tempos de nossa civilização a mentalidade de desprezo pelos trabalhos que requerem o uso das mãos. Agravaram-na o fato de ter sido o desempenho das profissões manuais entregues aos escravos e o ensino de ofícios ministrado aos índios e africanos, enquanto o de humanidades era destinado a uma camada mais elevada da sociedade.

Aquela maneira de ver, aquela filosofia haveria de acompanhar por muito tempo o ensino necessário à indústria, como uma sombra agoureira que lhe seguisse a marcha e lhe dificultasse os passos. (FONSECA, 1961, p.18-19).

Ou seja, ao direcionar ainda no período colonial a educação profissional para africanos e índios, raças consideradas biológica e culturalmente inferiores no contexto do período colonial, criou-se um estigma em torno da educação profissional. Acredito ser necessário inverter essa lógica para libertar o trabalho manual do preconceito que o associa à ignorância. É preciso pensar a educação profissional, em especial a industrial manufatureira, como parte integrante de um processo maior de transformações sociais

que dignificará o trabalho e instituirá a ética do capitalismo; para tanto, é preciso refletir sobre a sua história no Brasil.

Refletir sobre a história da educação profissionalizante ou em sua variável, a formação técnica, requer compreender uma complexa e dinâmica realidade social e econômica e as demandas que esta mesma realidade gera. Basta lembrar que, se contemporaneamente, as escolas profissionalizantes foram criadas e são mantidas com o intuito de qualificar mão de obra para uma economia em expansão - economia essa que não consegue gerar na mesma velocidade a mão de obra qualificada necessária para sustentar esse crescimento e diversificação da produção - isso nem sempre foi assim. As antigas corporações de ofício preparavam seus aprendizes para dar continuidade à produção artesanal.

Esta ideia pode parecer contrariar o fato de que existe um exército industrial de reserva de mão de obra que permite aos capitalistas reduzirem o valor pago ao proletário como salário. Pelo contrário, no capitalismo há sim um exército de reserva de mão-obra, mas que tem que ser entendido como produto de uma determinada forma de organização da produção capitalista.

Não podemos nos esquecer de que Marx divide este exército de reserva industrial em três tipos: latente, flutuante e intermitente. Em primeiro lugar, no Brasil, no período que é objeto de estudo deste trabalho, a parte latente do exército de reserva industrial é gerada pelo início da mecanização agrícola e abolição da escravidão, que produz um excedente de população rural constantemente em condições de ser absorvido como parte do proletariado urbano ou manufatureiro, e na espreita de circunstâncias propícias para esta transformação. No final do século XIX e princípios do XX, o ex-escravo formou uma reserva de trabalho latente para a indústria brasileira nascente, mas para isso era preciso qualificá-la. Em segundo lugar, a reserva flutuante está composta por trabalhadores, atraídos às vezes pela indústria moderna e rechaçados por outras, especialmente jovens e pessoas mais idosas nos tempos de Marx, mas no Brasil do início do século XX, em grande parte, migrantes recém chegados à cidade e antigos imigrantes marginalizados que não tiveram acesso à terra e quem a escola deveria incluir. Em terceiro lugar, a reserva de trabalho intermitente é uma parte do exército de mão de obra ativa, que tem um emprego sumamente irregular.

Tem os mínimos salários (devido à competição premente das massas de trabalhadores latentes ou flutuantes) e as condições de vida desse grupo estão abaixo do padrão do resto da classe operária. Nos tempos de Marx, a força de trabalho intermitente era utilizada principalmente em indústrias domésticas pequenas e irregulares, se bem que se utilizasse também como reserva potencial de mão de obra barata nas indústrias regulares. Já no Brasil do início do século XX era aquela desalojada do campo pelas constantes crises da cafeicultura. Rosana Baeninger desenvolve uma análise importante do movimento migratório em Campinas que ajuda a compreender este quadro.(BAENINGER, 1992)

Nessa conjuntura, a educação profissionalizante era apresentada como o caminho para a integração social, econômica e política para esses trabalhadores, mas acabava também por fazer crescer a oferta de mão de obra em uma sociedade que sentia os efeitos da primeira Guerra Mundial, que gerava a necessidade de mais indústrias em território nacional para abastecer o mercado interno que tinha possibilidades reduzidas de importação em virtude do esforço de guerra das potências europeias.

Aqui necessário se faz abrir um parêntese para definir o que entendo por educação profissionalizante no escopo deste projeto. Muito embora hoje as universidades e faculdades exerçam a função de profissionalizar mão de obra qualificada, no período que é objeto de estudo nesta dissertação essas instituições eram percebidas de outra forma. Elas tinham como público alvo, principalmente no Estado de São Paulo, uma elite que se vinculava à atividade cafeeira e à qual a formação superior era sinal de prestígio social e político mais do que um instrumento de produção da sua sobrevivência. Para Silvana Fernandes Lopes, até mesmo as escolas secundárias estavam incluídas neste rol pois “têm um custo público muito alto e atendem exclusivamente a elite” (LOPES, 2007, p.19). Concordando com a autora, compreendo a educação profissionalizante, no período, como aquela que se destina a qualificar mão de obra para as atividades industriais e agrícolas, ao mesmo tempo em que se acreditava que essa formação servia como mecanismo para melhor inserção do trabalhador no mercado de trabalho e para um determinado papel social.

Assim, entendo a criação das escolas profissionalizantes como produtos da Revolução Industrial e de seu desenvolvimento, que sepultou definitivamente as antigas corporações que possuíam em sua organização interna a figura do aprendiz.

No Brasil, mais especificamente,

esta situação (a existência de corporações) durou até o advento da primeira Constituição do Império, que D. Pedro I outorgou ao Brasil em 1824, a qual rezava em suas 'Disposições Gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros', artigo 179, item XX:

'Ficam abolidas as corporações de ofícios, seus juizes, escrivães e mestres'.
Com aquele gesto, D Pedro I dissolvia o reduto único em que se fazia ensino de ofícios..." (FONSECA, 1961, p. 309.).

Esta medida adotada pelo Imperador pode ser explicada pelo fato de a maior parte da economia nacional estar baseada, naquele momento, em um modelo agroexportador em que as atividades urbanas se restringiam a algumas poucas áreas do país. Além disso, mesmo ocorrendo um processo de modernização e urbanização em algumas cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, o processo manufatureiro tinha pouca importância econômica. No Rio de Janeiro, capital do Império, a modernização estava vinculada à sua situação política, enquanto em Salvador e Recife ao renascimento da agricultura canieira em virtude das crises provocadas pelas guerras no Haiti que desestabilizaram a produção.

Este contexto histórico e econômico demonstra que a instituição corporativa, no Brasil daquele momento, era frágil politicamente para tentar resistir à sua extinção ao contrário do que havia ocorrido na Europa. Na Inglaterra, o debate em torno da extinção das corporações teve como um dos seus mentores Adam Smith. Para ele, as corporações seriam responsáveis pela ausência de competitividade e baixa eficiência ao não permitir a concorrência entre os produtores. Seria também a responsável pela ausência de equidade ao não permitir que cada trabalhador definisse em que ia trabalhar e atribuindo essa definição ao mestre da corporação. Os críticos de Adam Smith apontavam que o encerramento das corporações representaria o fim do aprendizado e colocariam o problema da formação da boa conduta dos jovens trabalhadores o que poderia desencadear uma deterioração da ordem moral da sociedade, na qual o jovem não teria mais a figura do mestre à se espelhar.

A respeito deste debate no Brasil, Mônica de Souza Martins, na obra intitulada **Entre a Cruz e a Espada: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)**, aponta que as corporações no Brasil foram fragilizadas pela presença da escravidão. Após a abertura dos portos, elas enfrentaram a concorrência dos produtos importados, bem como tiveram que enfrentar também a força crescente dos grandes comerciantes do Rio de Janeiro, interessados em controlar o comércio e o crédito e a quem aborrecia o controle do trabalho pelo sistema do aprendizado e a limitação da competição.

É preciso considerar que, embora o modelo político adotado ainda centralizasse os poderes nas mãos do Imperador e preservasse a instituição escravista, a Carta de 1824 possuía nítida influência das ideias liberais, principalmente as relacionadas com o pensamento econômico que defendia a liberdade para produzir e a competição como estímulo à produção. Seguindo a lógica do liberalismo econômico, as corporações eram entendidas como um entrave ao desenvolvimento industrial na medida em que o seu monopólio impedia a concorrência. (CARVALHO, 1993).

A este respeito, Saviani(2008, 115 -184) comentando o desenvolvimento das ideias pedagógicas leigas: ecletismo, liberalismo e positivismo(1827-1932) aponta:

O primeiro liberalismo, aquele esposado pela classe proprietária quando se formava o novo Estado do Brasil independente, denotava a palavra liberal com quatro significados que se podiam combinar entre si de diferentes modos:

1) *Liberal, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar.*

2) *Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar-se politicamente: ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.*

3) *Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica.*

4) *Liberal pôde, enfim, significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei de Terras de 1850" (BOSI, 1992, pp199-200 apud SAVIANI, 2008, 161)*

Ainda no contexto do recém criado Império Brasileiro, findas as corporações no Brasil, antes mesmo que elas estivessem plenamente organizadas e com um projeto político próprio, ou que estivesse ocorrendo uma expansão industrial em nosso território, o ensino de ofícios passou a ser tratado como uma possibilidade de

integração social e ocupação para os órfãos, os desvalidos, entre outros e não como condição imprescindível para o desenvolvimento industrial do país. Essa visão era devido ao fato de se acreditar que o Brasil teria uma vocação agrícola em virtude de suas dimensões continentais e fertilidade do solo e, desta forma, a industrialização não era percebida como prioridade. A este respeito Cunha, analisando as escolas de aprendizes e artífices, aponta que nestas escolas :

Os ofícios que eram ensinados em todas elas eram os de marcenaria, alfaiataria e sapataria, mais artesanais do que propriamente manufatureiros, o que mostra a distância entre os propósitos industrialistas de seus criadores e a realidade diversa de sua vinculação com o trabalho fabril” (CUNHA, 2000, a, 96)

A escola que fez a diferença nesse processo foi o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – que serviu de inspiração aos membros da Associação Instituto Profissional Bento Quirino – que, graças a um dinâmica industrial mais avançada, demonstrou um maior esforço de adaptação das oficinas às exigências da produção fabril. Ainda para Cunha, apenas o SENAI traria uma educação sistematizada que contemplaria as expectativas do desenvolvimento industrial, muito embora ele reconheça a existência de experiências como as das escolas ferroviárias custeadas pelas companhias de estradas de ferro, em especial, Paulista, Mogiana, Sorocabana e a São Paulo Railway.

1.4 – O Nosso Objeto

No caso de Campinas, como melhor demonstrarei adiante, as escolas profissionais como opção para os sem opção, se manifestou na criação de diversas instituições, como a Escola do Povo (1880) por iniciativa do Comendador Joaquim Ferreira Penteado para atender aos órfãos e o Liceu de Artes e Ofícios (1889) por iniciativa de Maria Umbelina Alves Couto com o apoio do Barão e Baronesa Geraldo de Rezende para atender aos órfãos das vítimas da epidemia de febre amarela que dizimou grande parcela da população da cidade. Assim, pude concluir que as escolas profissionalizantes, nessa conjuntura, já enfrentavam os problemas de uma sociedade escravista que percebia o trabalho como algo destinado às categorias sociais julgadas inferiores, como os escravos. Elas ainda passariam a ser vistas como espaços para a educação dos sem opção e não como elemento estratégico para desenvolvimento econômico do país e/ou para formação daqueles que viriam a ocupar importantes funções no processo produtivo nacional ou exercer sua cidadania. (VILLELA, 2006, pp. 07 a 11)

Esta situação sofreu uma brusca modificação com a chegada e desenvolvimento das ferrovias e da nascente industrialização da cidade no início do século XX. Naquele momento, a qualificação profissional passou a ser vista, por alguns jornalistas, capitalistas e empresários como condição para a melhoria da produção e também para o desenvolvimento social, como relatou Leopoldo Amaral ao analisar os anos iniciais do Instituto Profissional Bento Quirino:

A associação (Instituto Profissional Bento Quirino) deseja que aquelles que alli forem admitidos, recebam o preparo necessário para a luta pela vida, habilitando-se ao trabalho honesto, que é o caminho seguro e recto para a formação do character e para bem saber cumprir os seus deveres, tornando-se homens úteis a si e a sociedade. (AMARAL, 1927, página 500-1.)

Na fala do memorialista é explícita a concepção de que a educação substituiria o papel dos suplícios durante o período escravista de forma que à educação caberia o papel de fazer os trabalhadores “*saber cumprir os seus deveres*” porém, não se referia ao fato de saber exigir os seus direitos. Para ele, a educação

profissionalizante deve disciplinar e qualificar o trabalhador em uma sociedade recém egressa da escravidão preparando-o técnica e socialmente para o mercado de trabalho urbano em expansão. Além disso, esse mesmo trabalhador deve ser preparado para ser útil a si e à sociedade, o que representa que a escola aspira qualificar a inserção do educando à vida social.

Assim, como Carmem Sylvia Vidigal de Moraes assumimos que:

As modificações operadas nas relações de trabalho implicam mudanças nas representações construídas pelos grupos dominantes sobre o próprio trabalho enquanto atividade produtiva e sobre o novo elemento que surgia na vida social, o trabalhador livre. Era necessário nobilitar o trabalho, livrá-lo do preconceito, do estigma de indignidade herdado da escravidão, reconvertendo-o no seu outro, no seu oposto, no culto ao trabalho, na ilusão da liberdade. Somente a mítica do trabalho – ao conferir-lhe um novo significado de afirmação social, ao torná-lo portador da nova esperança de igualdade, no instrumento através do qual se “igualam” todos os cidadãos – poderá legitimar as novas formas de exploração e dominação social instaladas

Em coerência com as idéias expressas no ideal liberal cientificista da república, a ação pedagógica dos setores dominantes, embora não dispense a utilização de outras práticas mais claramente repressivas, valoriza a escola como recurso estratégico na conformação da sociedade de classes.”(MORAES, 1990, p.84)

Aqui é necessário observar que estas modificações não ocorreram de forma linear ou progressiva, mas sim em meio a um embate político entre as diferentes forças políticas do momento. Se por um lado, a abolição é defendida por segmentos dos cafeicultores que demandavam mão de obra para que pudesse continuar a ocorrer expansão da cafeicultura, bem como aos detentores do capital inglês que pretendiam a ampliação do mercado consumidor, há setores dos cafeicultores que possuíam grandes plantéis de escravos e comerciantes de cativos que se opunham a isso.

Essa disputa foi assim registrada pelo vereador Ricardo Gumbleton Daunt, nas atas da sessão da câmara municipal de Campinas, ocorrida em 28 de maio de 1888, quando se discutiu a alteração do nome da rua de São José para rua Treze de Maio, em homenagem à abolição da escravidão:

que tal mudança simboliza a vitória de um partido sobre o outro importa grave ofensa aos aderentes da causa vencida e contando-se entre estes além de outros muitos cidadãos a mas uma parte de indivíduos pertencentes as famílias territoriais, cuja influência social é por necessidade grande e a quem o município deve em máxima parte o seu estado de prosperidade e as instituições a que legitimamente se orgulha.”(VILLELA, 2008,113)

Nas palavras do vereador é explícita a caracterização da disputa travada entre abolicionistas e escravistas. Não podemos nos esquecer que a abolição é vista como necessária para nobilitar o trabalho, livrá-lo do preconceito, do estigma de indignidade, ou seja, os escravistas concebiam o trabalho de outra forma. A lei áurea de 13 de maio 1888 representa a vitória do grupo abolicionista, mas o caminho para a construção da ética positiva do trabalho é incerta, bem como o papel que a educação exerceria para isso. Essa disputa perdurou nos anos iniciais da república e a ela assim se refere Luís Antonio Cunha:

no início do período republicano, não havia unanimidade entre todos os setores das classes dominantes paulistas a respeito dos tipos e níveis de ensino que deveriam receber prioridade na ação governamental. Para uns, a escola dizia respeito apenas à formação das elites, nada tendo a ver com a questão do proletariado. Caberia ao Estado, portanto, o incentivo ao ensino secundário e superior. Para outros, todavia, os recursos públicos deveriam ser encaminhados para o ensino primário e o ensino profissional, de modo a evitar os riscos do socialismo e das lutas de classes. Outros, ainda defendiam ambas as propostas, de modo que uma não excluísse a outra. (CUNHA, 2000,118)

Nesse sentido, neste trabalho, ao estudar a história da Escola Técnica Estadual Bento Quirino vou considerá-la como produto e produtora de transformações sociais ocorridas ou por ocorrer na cidade de Campinas e no Estado de São Paulo no período compreendido entre 1915 e 1935.

Esse período é escolhido em virtude de ser, na avaliação de uma parcela significativa da bibliografia, o momento em que a cidade vê consolidar a sua economia industrial, iniciada no final do século XIX e impulsionada pelas políticas de substituição de importações. A primeira guerra mundial teria reduzido drasticamente a produção das indústrias europeias e o término desta dirigido a produção da América do Norte para atender às demandas da Europa. Isso tornou necessário desenvolver a indústria brasileira para suprir as demandas do mercado interno, o que fortaleceu o movimento operário no Brasil que em 1917 realiza uma de suas primeiras greves gerais, colocando em pauta para as classes dominantes o ideário anarquista. O sucesso da Revolução de Outubro na Rússia também sobressalta a classe dominante brasileira, bem como contribui para que muitos anarquistas passem a adotar o ideário e as estratégias dos Bolcheviques. Nesse sentido, há a ampliação dos debates sobre o papel da educação

na construção do cidadão brasileiro e do que essa cidadania implicaria como direitos e deveres. Para alguns era necessário educar os trabalhadores para afastá-los das ideias exóticas – entenda-se o anarquismo e socialismo – preparando-o para o exercício da cidadania e para que ocorresse o seu ingresso no mercado de trabalho fabril que assimilava parte dos ex-trabalhadores rurais.



Escola Profissional 'Bento Quirino', Campinas, SP, [ca. 1919]. *Coleção Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas / Centro de Memória-UNICAMP.*

1.5 – O longo caminho da pesquisa: Da delimitação do objeto aos procedimentos metodológicos.

O primeiro problema enfrentado pelo historiador quando se dedica a realizar uma pesquisa histórica diz respeito à delimitação do seu objeto. Esta delimitação, atualmente, quando o paradigma da neutralidade do historiador e do conhecimento histórico foi superado, tornou-se evidente que é uma escolha do historiador; porém, não é uma escolha livre, ela está submetida a critérios. Ao optar por estudar uma instituição educativa tivemos como primeiro questionamento entender o que significa o conceito instituição educativa, o contexto em que estas instituições são criadas e qual a finalidade de tais criações. A respeito do conceito de instituição Saviani esclarece:

Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e como os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI, 2007, 5)

As necessidades às quais o autor se refere são necessidades de caráter permanente e por isso as instituições escolares são estruturas sociais criadas com a finalidade de supri-las, mas o próprio funcionamento da instituição e o desenvolvimento da sociedade geram novas e constantes necessidades a partir das transformações tecnológicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, enfim: históricas. Além disso, não apenas as necessidades se transformam, mas também a sua própria forma de manifestação, por exemplo, o curso de mecânico já existia em fins do século XIX e continua a existir até hoje, mas o que se espera de um mecânico naquele momento e hoje são coisas totalmente distintas.

No caso do nosso projeto, a escolha recaiu sobre a Escola Técnica Estadual Bento Quirino, sediada em Campinas, Estado de São Paulo, Brasil. Para analisar a relação da escola com a sociedade que a criou, sem perdermos a percepção da troca de influências mútuas entre a escola e a sociedade, foi necessário estabelecer uma periodização que não ampliasse em muito as fontes a serem analisadas, bem como representasse uma determinada identidade da instituição escolar no período. Assim, a

periodização estabelecida corresponde ao período em que a cidade de Campinas viu deslançar o projeto político que via na industrialização o caminho para o progresso. Este projeto em seu desenvolvimento influenciou a identidade da escola enquanto formadora de mão de obra para uma indústria em expansão, recaindo sobre o período de 1915 – ano de criação da escola – até 1935 – quando Campinas se torna uma cidade industrial. Este período também foi caracterizado pela implementação das políticas de substituição de importação pelo Estado brasileiro para as quais o ensino profissionalizante exerceu papel complementar. Como já dito, havia um desenvolvimento da indústria para substituir os produtos que anteriormente eram importados da Europa, que, em meio às guerras, havia perdido sua capacidade exportadora, ampliando a necessidade de mão de obra qualificada em território brasileiro e o receio por parte das classes dominantes que as ideias socialistas fossem divulgadas e ganhassem o operariado colocando-o em movimento.

Outro trabalho também se dedicou ao mesmo tema, porém com uma periodização diferenciada. A dissertação de Lúcia Pedroso da Cruz, **Bento Quirino e COTUCA: os Passos do Ensino Profissional em Campinas**, tem como objeto as duas escolas que ocuparam o prédio e as experiências e práticas pedagógicas que lá ocorreram entre 1915 e 1970; porém, ao delimitar um período grande, o trabalho acaba por se tornar bastante descritivo e constrói uma narrativa linear na qual os conflitos desaparecem, o que pretendo evitar. É por isso que optei por um período menor no qual seja possível um mergulho em profundidade nas fontes e na bibliografia, onde os conflitos se manifestam e onde não apenas as mudanças institucionais apareçam, mas também as práticas.

A delimitação do objeto ainda se relaciona a duas outras condições que são apontadas por Sanfelice como fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa:

Quando as escolhas iniciais se vão mostrando factíveis como objeto de pesquisa (objetiva e subjetivamente), a pergunta inevitável aparece: por onde vamos começar.”
(SANFELICE, 2007, 76)

A primeira condição apresentada, a que se relaciona com a factibilidade da pesquisa em termos objetivos, é um problema metodológico já enfrentado e

solucionado para o desenvolvimento da referida pesquisa pois diz respeito ao estado em que se encontrava a documentação produzida pela própria escola e a existência de fontes documentais sobre o objeto. Durante a realização do projeto **Pesquisa sobre o ensino público profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais**, financiado pela FAPESP, foi realizado um inventário e organização da documentação produzida pela escola que demonstra a existência de fontes bem como sua acessibilidade aos pesquisadores interessados. (MORAES e ALVES, s.d. e MORAES e ALVES, 2002). Além disso, outras instituições do município como: os Arquivos da Câmara, da Prefeitura Municipal, da Rede Anhanguera de Comunicações, do Estado de São Paulo, as Bibliotecas Ernesto Manuel Zink, do Centro de Ciências, Letras e Artes e do Centro de Memória da UNICAMP também possuem documentos sobre a história da escola e da cidade permitindo perceber as suas conexões em diversos níveis.

A segunda condição apresentada, a que se relaciona com a factibilidade da pesquisa em termos subjetivos, o que entendo ser a nossa capacidade para realizar essa reconstrução histórica, acredito ter sido ampliada durante as atividades propostas pelo programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, assim como, no desenvolvimento da pesquisa através do auxílio do orientador, dos demais professores e membros do grupo de pesquisa HISTEDBR.

Nesse sentido, ao perguntar por onde começar a pesquisa, agora que delimitei o objeto, percebo que enfrentei uma série de problemas teóricos e metodológicos: a começar pelo seguinte cuidado: Como analisar uma instituição como o Instituto Profissional Bento Quirino e não me ater ao específico? Como, parafraseando Phillipe Ariès, analisar a árvore sem desprezar a floresta? Ou como reconstituir a floresta sem perder a noção da árvore?(1978)

Se a preocupação com o problema apresentado por Ariès me é pertinente, a busca pela solução passa longe do que ele pensa sobre o conhecimento Histórico e o caminho que propõe. Para ele:

... a história é, penso eu, um conhecimento que deve continuar a ser ingênuo e a não se afastar da surpresa primordial. A história é, e deve continuar a ser o conhecimento das aparências, cuja ilusão não deve denunciar, mas da qual deve descobrir os elementos

que muitas vezes, estão ocultos e que dela fazem uma estrutura coerente.” (ARIÈS, s.d., 27-8)

Acredito que a história não deve se limitar ao conhecimento das aparências o que o próprio Fernand Braudel, membro dos *Annales* criticava. Segundo Braudel, a história situa-se em três escalões que determinam diferentes temporalidades: a superfície, uma história dos acontecimentos que se insere no tempo curto; meia profundidade, uma história conjuntural, que segue um ritmo mais lento; em profundidade, uma história estrutural de longa duração, que põe em causa os séculos. Nesse sentido, a *nouvelle histoire*, isto é, a história sob a influência das ciências sociais acredita ter realizado uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico, criando a noção de longa duração e sugerindo ao historiador que devia dar ênfase a esta temporalidade, na qual a história se apresenta quase estática, quase não histórica (BURKE, 1992, 331). Essa construção de uma nova temporalidade, de um novo tempo histórico é uma tentativa dos *Annales* de controlar a história, de desacelerá-la, de torná-la a administração feliz do vivido, ou uma utopia do vivido. (REIS, 2006, 41-7). Dessa forma, na realidade essa inovação não se trata de uma utopia, mas sim de uma ideologia pois nega a mudança (LÖWY, 2006, 13) e como tal, acaba tendo como consequência a desmobilização e desengajamento político e não uma perspectiva de transformação social para resolver os problemas vivenciados pelo homem.

Por caminhos diferentes, mas com o mesmo sentido, adotar a perspectiva apontada por Ariès, de considerar a história unicamente em sua superfície e ingenuidade, leva ao desengajamento total da produção do conhecimento histórico e abre espaço para que a história volte a ser uma mera narrativa dos acontecimentos como já havia sido no positivismo. Mesmo que alguns façam profissão de fé, afirmando que no futuro seria possível a construção de uma síntese das diversas narrativas, como defende De Decca:

O retorno da narrativa acreditamos ser também uma postura política na procura dos direitos da cidadania, fundados na preservação e manutenção das identidades dos grupos sociais. É o retorno da memória e de sua capacidade de reatualização do passado, como que reivindicando o passado para uma sociedade que vive cada vez mais em função do presente”. (DE DECCA, 2006, 24)

Observa-se que não há entendimento entre os defensores da chamada Nova História, pois se para Burke a narrativa deve se voltar para estabelecer a relação entre a estrutura e o acontecimento, para De Decca ela já se apresenta como domínio da memória, da reatualização do passado e, nesse sentido, nem historiografia deveria ser considerada. Esta situação é justificada pela incapacidade da Nova História de se firmar positivamente e constituir uma identidade teórica e metodológica coerente.

Não entendo que a historiografia deva ou possa ser um conhecimento ingênuo ou uma narrativa dos fatos para mostrar uma estrutura coerente; pelo contrário, a historiografia deve servir para demonstrar as contradições e incoerências que levam ou atuam na sociedade em que vivemos tendo em vista a superação destas contradições e incoerências e assim atingirmos a emancipação humana. Tal perspectiva só pode ser alcançada se partirmos das aparências para encontrar as forças motrizes que as geraram.

Como caminho para solucionar esse problema recorreremos a concepção materialista da história, como definida por Marx na obra **A Ideologia Alemã**:

Esta concepção da história tem portanto como base o desenvolvimento do processo real da produção, concretamente a produção material da vida imediata; concebe a forma das relações humanas ligadas a este modo de produção e por ele engendrada, isto é a sociedade civil nos seus diferentes estádios, como sendo o fundamento de toda a história." (MARX, s.d., 48)

Ou seja, deveremos entender as mudanças e permanências ocorridas no interior da escola como resultado de troca de influências recíprocas com a própria cidade onde está inserida e com as mudanças pedagógicas realizadas a partir da iniciativa do Estado. Não estabelecendo relações mecânicas de determinação da economia e do Estado sobre a escola, nem a isolando do mundo social que a cerca, mas tentando perceber que as mudanças propostas pelo Estado são implantadas de acordo com as expectativas e referências de professores, alunos, da associação instituto profissional Bento Quirino e da comunidade atendida.

Assim, ao trabalhar com uma parcela das fontes deveremos observar o que Tânia Regina de Luca sugere para as fontes jornalísticas, mas que acreditamos deve ser observado em outros termos para qualquer fonte documental:

identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de carácter publicitário. Ou seja, a análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (LUCA, 2006, 140)

Portanto, ao trabalharmos com os jornais Diário do Povo ou Correio Popular deveremos entender esses veículos de informação e a informação que eles contêm, como resultado de um embate entre as frações da classe dominante em Campinas com projetos políticos e interesses diferentes. Como assinala Júlio Mariano em *História da Imprensa em Campinas*:

Com respeito às coisas do município, da política de campanário, em torno das quais se agitavam diversas fôlhas diversas – Campinas chegou a manter ativos quatro jornais diários! - fôlhas de princípios ou opiniões divergentes, desfaldando bandeiras próprias, o combate vivo, cotidiano, sustentado pela *Cidade de Campinas*, não raro se fez feroz. (MARIANO, 1952, 308)

Porém, não só a imprensa deve ser considerada sobre esta perspectiva, mas também o próprio livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino e de sua diretoria pois revelam, mesmo que de forma sutil, embates no seu interior em diversos momentos, como nas eleições ou na transferência do patrimônio da Associação para o Governo do Estado.

Os documentos presentes no Centro de Memórias tais como Prontuários de Alunos, Livros de Registro de Diplomas, Livros de Registro de Matrículas, Livros de Registro de Notas deverão ser contextualizados. Trabalhamos com a certeza de que “o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu.(...)”, por outro lado,

O historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é a verdade, assim como (...); antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico de correta contextualização do documento que se tem em mãos. (BACELLAR, 2006, 64)

Contextualizar as fontes citadas acima, supõe entender o mecanismo de funcionamento da escola e da forma e objetivo como esta criava seus registros

obedecendo aos critérios legais: porém, não necessariamente na forma estrita do ordenamento legal. Por exemplo, **O Estatuto para o Instituto Profissional “Bento Quirino** estabelece em seus artigos:

16º Haverá em cada anno uma assembléa geral ordinária para leitura e aprovação do relatório e contas da Directoria, a que se refere o artigo 9 § 1º

19º As eleições serão feitas em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, considerando-se eleito o mais edoso, em caso de empate.

Estes dois preceitos legais desde a origem da Associação nunca foram observados. Observa-se que na primeira eleição da diretoria, os associados Antônio Alves da Costa Carvalho e Joaquim Ferreira Penteado votaram contra a eleição que foi realizada por aclamação. Além disso, a primeira prestação de contas só foi apresentada e aprovada em seis de janeiro de 1919, quase quatro anos após a fundação da Associação. (**Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino, p.2 e 11-12**). Para compreender o que me informou as séries documentais representadas pelos livros supracitados, bem como definir o perfil sócio econômico do público alvo recorri as técnicas da história quantitativa confrontando-as com os documentos da história qualitativa. A este respeito, a pesquisa demonstra um descompasso entre as duas séries documentais, pois enquanto os relatos enfatizam que o público alvo da escola seria os desvalidos e desamparados da fortuna, os livros de matrículas e os prontuários de alunos demonstram que estes são filhos de uma elite operária. Não quero com isso realizar meramente uma descrição desse grupo, mas sim entender as próprias práticas educativas que se desenvolviam no interior da escola a partir da inserção social prevista para estes alunos pela administração escolar e o que os alunos pretendiam.

Dessa forma, tento não fazer uma leitura positivista no sentido de considerar os documentos oficiais como a própria história; antes considerarei as leis, portarias e outras medidas administrativas como representações de uma intenção da administração escolar em suas diversas esferas, local, estadual ou federal, e como expressão de uma correlação de forças estabelecida a partir da produção da vida material dos homens. Relação essa que coloca o Estado como instrumento de dominação de uma classe burguesa sobre uma massa de trabalhadores que recebem e

“praticam” essas intenções a partir de sua própria perspectiva de classe e na qual a escola está inserida.

Na escola, os registros produzidos devem demonstrar que as intenções do Estado são cumpridas à risca, porém as práticas nem sempre demonstram isso. Como observa Sérgio Castanho:

“Da parte da oferta, a classe dominante no Estado e fora dele, tinha todo o interesse numa educação profissional que, além de sua finalidade ostensiva, a preparação para o trabalho nas novas condições de urbanização e industrialização, também concorresse para a contenção das 'idéias exóticas' que punham em risco a necessária harmonia entre o capital e o trabalho. Por isso o Estado se empenhou tanto na Educação Profissional a partir do surto republicano.” (CASTANHO, 2006, 53)

Porém, professores e alunos não são meros executores das ações desejadas pela classe dominante, como já dito, eles as executam a partir de suas próprias referências, expectativas e interesses. Nesse sentido, pesquisar a história da educação nos primeiros anos da república representa compreender uma das formas como se manifestaram as lutas de classes em Campinas. Significa ir além do que fez Lúcia Pedroso Cruz em sua dissertação **Bento Quirino e COTUCA: os Passos do Ensino Profissional em Campinas**, na qual a escola é descrita meramente como benemerência do patrono e membros da associação para, como sugeriu Souza:

... enveredar, também, pelo universo das lutas das classes populares por melhores condições de vida e trabalho. Luta maior na qual se insere a luta pela escola travada no cotidiano e que se manifesta de múltiplas formas, embora seja menos evidente nos registros históricos. (SOUZA, 1996, 62)

Para entender esse universo contraditório entre aquilo que emana do Estado e aquilo que a escola praticou, é preciso compreender a escola como uma conquista dos trabalhadores e filhos de trabalhadores que ali ingressaram e que tinham as suas expectativas de qualificação para inserção no mercado de trabalho. Além disso, naquele universo social, obter uma vaga em uma escola já era um sinal idiossincrático que representava algum grau de diferenciação em uma sociedade na qual poucos a acessavam e, portanto, essa condição era utilizada como instrumento de aliança política ou favorecimento.

Em síntese, esse foi o caminho percorrido ao longo da minha pesquisa. Tenho clareza que o percurso foi longo e novos problemas e surpresas serão encontrados pelos leitores desse trabalho. Acredito que futuras alterações poderão se mostrar necessárias com os avanços teóricos e metodológicos da historiografia da educação, mas no presente momento foram essas as considerações que a pesquisa me permitiram realizar. Acredito que o meu trabalho poderá auxiliar na compreensão do papel social do Instituto Profissional Bento Quirino na formação de Campinas, assim como do ensino profissionalizante na formação da mão de obra no Brasil.

Dessa forma, após explicitar o meu objeto e método, estruturei o primeiro capítulo de minha dissertação em três aspectos, que não são os únicos, mas que são os que o andamento de minha pesquisa me permitiu realizar maiores indagações e construir respostas.

O primeiro deles diz respeito a uma cidade que rapidamente vê despertar sua vocação industrial e que gradativamente passa a se ver não mais como uma cidade senhorial, mas sim industrial e urbana e com a expectativa do progresso e modernidade que a Revolução Industrial havia ensejado na Europa. (LAPA, 1996). Nesta sociedade, a educação começa a ganhar uma posição de centralidade nos discursos políticos e deixa de ser percebida como mera caridade, mas sim como ato político. Um segundo aspecto analisado é o projeto político ao qual o benemérito (junto com os companheiros do PRP que vieram a fazer parte da Associação Instituto Profissional Bento Quirino) acreditava, projeto este que via na educação profissional o desenvolvimento da industrialização; enfim, na racionalização do processo produtivo a chave da competitividade e sucesso empresarial e dessa forma a educação profissionalizante, de certa maneira, tem papel estratégico. O terceiro aspecto analisado é como as contingências econômicas da primeira metade do século XX influenciaram a trajetória da escola, gerando a criação de novos cursos bem como o desaparecimento de outros.

No segundo capítulo passo a analisar os anos iniciais da escola em funcionamento. Inicialmente realizamos um esboço do perfil da clientela do Instituto, tanto daquela prevista inicialmente pelos seus fundadores, quanto daquela verificada concretamente. Pretendemos descobrir se este público era formado por imigrantes ou trabalhadores nacionais, se eram moradores de Campinas ou cidades vizinhas e de

que forma a escola concebia a inserção dos seus alunos no mercado de trabalho e nas instituições políticas. Em seguida, descrevemos quais foram os fundamentos da organização e funcionamento do Instituto, bem como as práticas de educação / formação postas em obra no interior da instituição, relacionando-as com a realidade econômica do Município e com as diversas modalidades de formação profissionalizante praticadas pelos educandos no Instituto. Procuramos demonstrar que a criação e estruturação dos cursos obedeciam às exigências das novas indústrias e concepções de sociedade que se instalavam no município em um momento de industrialização que incorporava gradativamente as mulheres ao mercado de trabalho. Finalizamos fazendo uma análise da organização dos estatutos da Associação e da Escola propriamente dita na qual se torna evidente a contradição entre a aspiração de manter a escola sobre controle da Associação e a incapacidade econômica desta última em ser a provedora da escola em um momento de crise da produção cafeeira e de expansão da industrialização. Essa conjuntura levará a Associação a entregar o prédio e os bens para o funcionamento da escola sob direção do governo do Estado de São Paulo, porém a associação manterá mecanismos para intervenção na forma como a escola funciona.

2 – Da Campinas Senhorial à Campinas Industrial

O presente capítulo pretende reconstruir o processo histórico que se desenrolou no território da atual cidade de Campinas com ênfase no final do século XIX e início do século XX.

Este período se caracterizou pelas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que fizeram com que a cidade substituísse o modelo agroexportador adotado desde o início da colonização brasileira para se tornar uma cidade industrial. Entre as transformações econômicas se situam a instalação de um parque industrial e de serviços que inicialmente terá como função facilitar o beneficiamento e escoamento da produção cafeeira, mas que, gradativamente, passará a atender as demandas do mercado interno. Mercado esse que se ampliou com o avanço das ideias abolicionistas e imigrantistas e que resultou em uma mudança social com a abolição da escravidão e a urbanização ocorrida no período em questão.

Essa urbanização deu ensejo ao surgimento e fortalecimento de associações entre os homens como a loja maçônica Independência, em 1867, Sociedade Culto à Ciência, em 1869, e posteriormente as entidades sindicais. Era o início de um novo período, com novas ideias de modernidade e desenvolvimento da qual a educação profissional fez parte.

Essa nova conjuntura favoreceu a criação de partidos políticos, como o Partido Republicano Paulista na província de São Paulo, fundado em 18 de abril de 1873, em Itu. Além disso, muito embora o nascente movimento operário no Brasil fosse liderado pelos anarquistas – que rejeitavam as eleições e a luta partidária –, existiram algumas organizações operárias que buscavam a criação de partidos políticos operários, que resultou no Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1902, em São Paulo, sob a direção do imigrante italiano Alcebíades Bertolotti. Essa diferenças políticas resultaram em projetos de educação diferentes e é a realidade social, econômica e política que deu origem à essas concepções diferentes que pretende-se reconstruir.

2.1 Uma Cidade em Mutação

Segundo o memorialista Thedoro de Souza Campos, o processo de ocupação do espaço geográfico do município de Campinas tem início com as deserções de uma bandeira que partiu da Vila de Piratininga em 30 de junho de 1722 (PAULA, 1952, p. 06). Essas bandeiras adentravam ao continente em busca de metais nobres e pedras preciosas que permitissem a Portugal manter em equilíbrio a sua balança comercial com a Inglaterra que, desde a restauração portuguesa, havia se tornado fiadora da dinastia de Bragança. Essa situação teria ganhado impulso com a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, após a qual os comerciantes e produtores holandeses voltaram sua atenção para as Antilhas e lá passaram a produzir açúcar competindo com o açúcar produzido no Brasil e forçando as baixas de preço do produto e queda de sua rentabilidade. Nessa conjuntura era necessário encontrar um novo produto de alto valor no mercado internacional e os bandeirantes desempenharam um papel de extrema relevância nas descobertas das minas de ouro e pedras preciosas. A futura cidade de Campinas também se beneficiava por estar no entroncamento das rotas comerciais que saíam de São Paulo e Sorocaba em direção às minas. A sua posição e formação geográfica fazia com que aqui se instalassem pousos de tropeiros e roças de subsistência para comercializar com esses comerciantes como por exemplo, comboieiros, viandantes, tropeiros, boiadeiros e atravessadores. (VILLELA, 2006b)

Se o início da ocupação do espaço que deu origem à cidade liga-se à produção mineradora e às tropas que iriam abastecê-la, a decadência da mineração fez com que em 1797 a antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso fosse elevada à condição de Vila, com o nome de São Carlos, já sendo uma das grandes produtoras de açúcar com 2.107 habitantes. (BATTISTONI FILHO, 1996, p. 31-33). Essa conjuntura teria sido motivada, inicialmente, pelos altos tributos que incidiam sobre a atividade mineradora, mas foi potencializada pelas constantes revoltas vividas pelo Haiti, na segunda metade do século XVIII, e que ganharam impulso com a Revolução Francesa, desestabilizando a produção açucareira naquele país e fazendo com que os preços do açúcar voltassem a subir.

Nas primeiras décadas do século XIX, a cidade apresenta significativo crescimento econômico com a introdução da cultura cafeeira, ampliando as áreas de cultivo tendo em vista que café e açúcar passam a conviver na mesma área rural. O café chegou ao Brasil pelo Pará, em 1727, após os árabes o terem divulgado como bebida medicinal que rapidamente se tornou moda na Europa, tornando-o um produto de grande aceitação no mercado internacional. A sua introdução em Campinas se realizou na Fazenda Mato Dentro onde inicialmente foi produzido para consumo próprio, tendo depois se deslocado para a produção para o mercado externo. É neste momento, que a cidade começa a ganhar destaque, no campo político, tendo sido local para moradia do senador depois Regente Feijó, entre outros líderes políticos; palco da Batalha da Venda Grande em 1842⁷; e elevada à condição de cidade retornando ao nome de Campinas.

A expansão da cultura cafeeira e os excedentes de capitais gerados por esta atividade, aliados à produção açucareira e de algodão, vai fazer com que a partir de 1870 a cidade de Campinas se apresente como um dos primeiros centros regionais industriais da província de São Paulo. Esse crescimento econômico incentiva um processo de modernização, urbanização e uma dinamização da sociedade que se manifestaram na vinda de imigrantes em substituição gradativa da mão de obra escrava ao mesmo tempo em que desencadearam um rompimento do isolamento em que a cidade vivia.

Em 1872, chegam a Campinas os trilhos da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, seguida em 1875 pelos da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação e em 1879 pela Cia. Carris de Ferro que permitirá um maior e mais rápido fluxo de mercadorias, pessoas e informações. Como parte integrante desse processo, ocorrerá o surgimento de diversas casas bancárias, entre elas: Banco Colonial de São Paulo em 1871, Banco Mercantil de Santos e London and Brazilian Bank em 1873, Banco Comércio Indústria, Banco União e Banco União de Lavradores em 1883 (BATTISTONI FILHO, 1996, p. 31-33). Essa nova conjuntura marca uma inovação no desenvolvimento histórico da

⁷A Batalha da Venda Grande foi um dos embates entre liberais exaltados e conservadores durante o levante liberal paulista de 1842. Os revoltosos campineiros, liderados pelo Visconde de Indaiatuba, foram derrotados por tropas legalistas lideradas pelo militar conservador Luís Alves de Lima e Silva, posteriormente Duque de Caxias

cidade, pois nos momentos anteriores a nossa economia se articulava para atender as demandas do mercado externo e assim a cidade se desenvolvia. O acúmulo de capital, neste novo momento, em muito procedente do café, mas não somente, permite o surgimento do embrião de uma futura fração de classe que não mais se sujeita meramente às demandas do capital internacional, mas começa a vislumbrar o desenvolvimento de uma indústria nacional.

As ferrovias são um dos exemplos dessa nova realidade pois surgem quebrando a concessão da São Paulo Railway Company para ampliar seus trilhos pela província de São Paulo, ou seja, esse grupo de capitalistas passará a concorrer com o capital internacional.(MATTOS, 1974). Guilherme Grandi demonstra que posteriormente, haverá uma nova disputa comercial em torno da fusão da Rio Claro Railway com a Cia Paulista. A fusão não ocorre e, logo após, a São Paulo Railway adquire a Rio Claro Railway para depois a revender para a Cia Paulista(GRANDI, 2006), ou seja, passa a existir uma concorrência entre o capital nacional e o capital internacional em busca da maior rentabilidade. Há também disputas entre outras empresas como Mac Hardy e Lidgerwood que só foram resolvidos no tribunal de justiça.

Neste período veremos também surgirem em Campinas algumas fábricas e empresas vinculadas à nova vida urbana que começa a se tornar autônoma, gradativamente, da atividade agrícola escravista.

Nome da Fábrica / Empresa	Atividade	Ano de Instalação
Cia Paulista de Estradas de Ferro	Transporte	1868
Pedro Andersen	Fundição	1870
Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação	Transporte	1872
Cia de Iluminação a Gaz	Iluminação	1875
Mac Hardy	Fundição	1875
Sistema de Telefonia	Comunicação	1884
Lidgerwood	Fundição	1886
Cia. Campineira de Água e Esgotos	Saneamento	1887

Luz Elétrica	Iluminação	1886
--------------	------------	------

No caso de Campinas, esse ciclo inicial, que fora sustentado pela absorção da mão de obra brasileira e imigrante, foi interrompido pelas epidemias de febre amarela que tiveram início em 1889 e perduraram até 1892 quando a cidade viu sua população drasticamente ser reduzida. No entanto, uma parcela desta mão de obra composta, na visão da elite campineira, pelos brasileiros ainda não possuía a qualificação técnica necessária para a expansão industrial nem havia, ainda, adquirido a ética do trabalho que se institui em uma sociedade capitalista liberal de larga vivência do regime de trabalho assalariado. Em Campinas, como já apontado na introdução deste trabalho, estas epidemias acabaram por fazer acontecer uma das primeiras iniciativas de ensino profissionalizante através da criação do *Lyceo de Artes e Officios* (NEGRÃO, 1999), mas este vinculava-se a educação profissionalizante como um recurso aos desvalidos da fortuna, aos órfãos e não como uma tática fundamental para o desenvolvimento industrial da cidade.

Passados os efeitos catastróficos da epidemia que reduziu a população da cidade de 22.000 habitantes em 1889 para 5.000 em 1896 (BATTISTONI FILHO, 1956, p. 46) era hora de reconstruir e desenvolver o potencial industrial e de serviços da cidade. Nesse sentido, os investimentos voltam a ocorrer na área urbana, em especial nas áreas de serviços voltados a atender as demandas do mercado interno de uma cidade em crescimento:

Nome da Fábrica / Empresa	Atividade	Ano de Instalação
Carioba – Reativação	Tecelagem	1902
Energia Elétrica e iluminação pública	Iluminação	1905
Mercado Municipal	Comércio	1908
Columbia	Cervejaria	1908
Cia. Campineira de Tração, Luz e Força.	Transporte Coletivo Urbano	1911

A análise desse quadro em relação ao quadro anterior torna evidente que há uma redução da presença do capital internacional e uma ampliação da presença do capital nacional, seja ele procedente da cultura cafeeira e de sua comercialização, seja ele de propriedade de imigrantes que aqui se instalaram. Para GRANDI, essa redução da presença do capital internacional se deve mais as instabilidades da economia brasileira provocadas pelo encilhamento e o temor de um calote brasileiro do que pela falta de capitais internacionais disponíveis para investimentos.

Esse novo ciclo de expansão econômica pode demonstrar como a dinâmica urbana continua se desvinculando da produção cafeeira, haja vista que o café desde o final do século XIX começou a entrar em crise em virtude da superprodução. Assim enquanto os cafeicultores se reúnem em Taubaté para estabelecer políticas para manutenção do preço do café, em Campinas um grupo de capitalistas⁸, dentre os quais Bento Quirino dos Santos, continua a enriquecer e a redirecionar os seus investimentos para os setores de serviço e industrial da cidade.

Não queremos com isso afirmar que o café deixasse de ser a principal atividade econômica, mas sim que este grupo começa a vislumbrar e a defender a industrialização como geradora do progresso. Para isso era necessário qualificar a mão de obra, como bem apontou Omar Simões Magro, em seu discurso nas comemorações do Centenário de nascimento do patrono:

Nisto, Bento Quirino mostrou bem a sua exata compreensão do momento actual, que exige, de qualquer trabalhador, um alto nível de saber profissional para poder vencer na vida. (Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, 1938. p. 28.)

Nesse sentido, Bento Quirino dos Santos, já em vida, havia empreendido apoio à Sociedade Culto a Ciência, criadora e mantenedora do Colégio de mesmo nome, (PAULA, 1946, p. 18), à Escola Técnica de Comércio que hoje ostenta seu nome⁹, realizando uma doação de dez contos de réis. Em morte ainda legara em seu

⁸ Faziam parte deste grupo os capitalistas ou profissionais liberais Antônio Carlos da Silva Telles, Antonio Correa de Lemos, Bruno Simões Magro (primeiro diretor do Instituto Profissional Bento Quirino), José Paulino Nogueira, Heitor Penteadó, Orosimbo Maia, etc.

⁹ Nos referimos ao atual Colégio Politécnico Bento Quirino.

testamento cem contos de réis para que a mesma escola pudesse adquirir sua sede própria.

Para a escola de educação profissional que pretendia que fosse criada ainda deixara em testamento:

para a fundação de um instituto de ensino profissional masculino em Campinas, isto é, para a construção de um prédio apropriado e mais elementos de patrimônio, mil contos de réis; desejando eu que, no Instituto Profissional, sejam dados a cada uma das três principais salas, respectivamente, os nomes de Antonio Telles, Domingos Netto e José Paulino, como tributo de amizade dos velhos companheiros de trabalho....(Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, 1938, página 41).

Desse legado testamentário surgirá a Associação Instituto Profissional Masculino “Bento Quirino”.

2.1.1 - A Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino: Caridade ou Ação Política?

O legado testamentário deixado por Bento Quirino dos Santos era o suficiente para a construção e início do funcionamento da escola, mas a sua manutenção era prevista como uma dificuldade.

A iniciativa popular da cidade já criara o Colégio Culto à Ciência em 1873, a Escola Noturna pela Maçonaria, em 1875, a Escola do Povo em 1880, por iniciativa de Joaquim Ferreira Penteado, e a Escola Correa de Mello no ano de 1881, em homenagem ao botânico e farmacêutico. Muitas dessas escolas viveram dificuldades econômicas que só foram resolvidas com o apoio ou a incorporação pelo poder público em suas esferas estadual: caso do culto à ciência, ou municipal, caso da Correa de Mello. A nova conjuntura de urbanização e industrialização da cidade transforma a ideologia das camadas dominantes em relação à educação em uma reivindicação da classe trabalhadora, com o mesmo sentido, porém como manifestação distinta.

Para a elite republicana, industrialista e maçônica, a educação deve servir para formação de uma elite intelectual composta por filhos de cafeicultores que se tornaram bacharéis e engenheiros e para preparar o trabalhador para o mercado de trabalho e exercício da cidadania nos marcos do capitalismo. Já para os trabalhadores, a escola é vista como meio para ascensão social e para uma parcela destes trabalhadores como instrumento para transformação social, como é o caso das propostas libertárias como assinala Carmem Sylvia Vidigal de Moraes:

A educação é vista como instrumento de transformação social, e se tem a liberdade como pressuposto, o seu fim efetivo consiste na realização da igualdade. Para tanto, é necessário superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que se expressa nas diferenças entre o que é ensinado às classes dominantes e ao proletariado, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. (MORAES, s.d., p02)

Era essa proposta de educação como transformação social para realização da igualdade que a burguesia acreditava ser preciso combater. Sendo assim e provavelmente influenciado por acontecimentos como o do Culto à Ciência e da Escola

Correa de Mello, José Paulino Nogueira pretende criar uma Associação que não apenas construa o Instituto, mas também, e talvez principalmente, se responsabilize por manter vivo o desejo de Bento Quirino dos Santos. Para tanto, ele enviou convites às pessoas amigas de Bento Quirino e, em 25 de julho de 1915, às treze horas, na casa do falecido, sob comando do testamenteiro José Paulino Nogueira reuniu-se uma assembleia de “*cidadãos*” com o intuito de realizar a vontade de Bento Quirino dos Santos. Dessa forma a ata de fundação da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino registra o início da reunião:

“presentes quarenta associados¹⁰, conforme o livro de presença, o snr. José Paulino Nogueira declarou que, em qualidade de testamenteiro e executor das últimas vontades do benemérito e saudoso campineiro Bento Quirino dos Santos, havia endereçado convite aos cidadãos presentes, pedindo o comparecimento delles afim de crearem e cuidarem dos meios de manutenção do Instituto Profissional Masculino, conforme verba testamentaria daquelle finado”(ver Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, pág. 1)

Entre os presentes podemos constatar a existência de Abeilard de Almeida Pires, juiz de direito da 1ª vara, Heitor Penteadado, Prefeito Municipal, futuro Secretario e Presidente do Estado de São Paulo, Orosimbo Maia, ex-prefeito Municipal, Dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, médico e ex-Intendente Municipal, Antônio Álvares Lobo, ex-Intendente e Presidente da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, Fortunato A. de Figueiredo Tavares, Diretor do Banco Campineiro, Mario Estevam de Siqueira, Gerente do Banco Comércio Indústria, Antão de Moraes, Desembargador, Antonio Correa de Lemos, industrial, Pelágio Lobo, ex-juiz de paz e advogado da Cia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, Leopoldo Amaral, jornalista, entre outros. A composição do grupo evidencia prestígio e poder político, bem como uma classe

¹⁰Os associados presentes eram: Abeilard de Almeida Pires, Heitor Teixeira Penteadado, Alfredo Monteiro de Carvalho e Silva, José Paulino Nogueira, Manoel de Moraes, Paulo^a de Nogueira, Everardo Bandeira de Mello, Mons. Manoel Ribas d’Avila, Joaquim Ferr^a(?) Penteadado, Ant. Alves da Costa Carvalho, Joaquim Ferreira Penteadado Netto, Benjamin Reinhardt, João Nogueira Ferraz F^o, José Rodrigues dos S^{tos}. Calhelha, Fortunato A. de Figueiredo Tavares, Mario Estevam de Siqueira, Jeronymo de Campos Freire, Raphael Gonçalves de Salles, Paulo Lobo, A.B. Castro Mendes, Antão de Moraes, Antonio Correa de Lemos, João Couto, Dr. Ponciano Cabral, Dr. Francisco de Araujo Mascarenhas, José d’ França Camargo, Joaquim A deS Camargo, Leopoldo Amaral, Carlos Olyntho Braga, Tito Joaquim de Lemos, Augusto de Figueiredo, Joaquim Pinto de Moraes, Pelágio Lobo, José Augusto Quirino dos Santos, Arthur Levy, Antonio Álvares Lobo, Justo(?) Luiz Pereira da Silva, Antonio Álvaro de Sz^a Camargo, Orosimbo Maia, Gabriel de Carvalho.

social, associada à produção cafeeira, porém mais urbano industrial e que seria econômica e politicamente capaz de manter a escola em funcionamento, como é evidenciado na passagem “*crearem e cuidarem dos meios de manutenção*”.

Antônio Álvares Lobo, por incumbência do testamenteiro, havia estudado os Estatutos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e elaborado uma proposta de Estatuto e Regimento para o Instituto Profissional que foi aprovado naquela Assembleia e eleita a primeira Diretoria. No estatuto era definido, como descrito abaixo, o Instituto Profissional Masculino “Bento Quirino”:

Artº 1º – O Instituto Profissional Masculino “Bento Quirino”, é uma fundação de assistência social, que tem por objeto e fim, a manutenção de um estabelecimento de instrução popular, onde por meio de aulas e ensino prático, se ministrem gratuitamente conhecimentos de artes e ofícios, procurando elevar o nível profissional das classes laboriosas, conforme a vontade do instituidor acima nomeado. ¹¹

Percebe-se pela definição que, ao mesmo tempo em que se coloca como “*fundação de assistência social*”, destina-se a um público específico, a ressaltar: “*as classes laboriosas*” e com um objetivo bem definido: “*eleva o nível profissional das classes laboriosas*”. Aqui necessário se faz apontar que se refere ao nível profissional e não intelectual, bem como abrir um parêntese para discutir como eram entendidas as Fundações de Assistência Social no contexto histórico da criação do referido Instituto.

A ampliação do número de entidades que se autoproclamaram como sendo de assistência social no Brasil esta diretamente relacionada com o processo de urbanização e industrialização vivenciado pela sociedade brasileira no fim do século XIX e início do XX. Essas instituições ocuparam um espaço de assistência não preenchido pelo Estado, até o ano de 1937, e sua atuação esteve na linha de frente das discussões e tensões em torno do modelo e da problematização do viver em “comunidade” (entre a filantropia e o controle social) e de diferentes projetos de inserção social e cultural dos ex-escravos, dos trabalhadores nacionais livres e pobres, imigrantes no Novo Mundo, enfim daqueles que, aos olhos das classes dominantes, representariam os desvalidos da fortuna (IAMAMOTO & CARVALHO, 1998.) e, por isso,

¹¹“Projecto do Estatutos para o Instituto Profissional Masculino “Bento Quirino” registrado no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Campinas, inscrição nº72, livro 1, fls 66.

muitas vezes, percebidos como ameaça. Assim, ao lado da repressão aos sindicatos e associações anarquistas era preciso formar essa população mais pobre para afastá-la do contato com estas ideias exóticas e perigosas.

Leopoldo Amaral, em **Campinas Recordações** e transcrito no relatório dos trabalhos do ano de 1933, redefine o que era entendido como o objetivo e o público da Associação indicando um caminho que torna possível entender o papel da Instituição. Para ele:

O plano da associação resume-se no seguinte, conforme se fez contar pela imprensa:

O Instituto Profissional Bento Quirino, como o Lyceu Paulista, é uma associação beneficente, tendo por objecto a manutenção de um estabelecimento de instrução popular, onde por meio de lições, conferencias e aulas praticas, se ministre, gratuitamente, o ensino dos conhecimentos próprios para elevar o nível profissional e intellectual da classes laboriosas. (1934, 14)

No relato do jornalista, um dos sócios fundadores e conselheiro da Associação, torna-se explícita a referência à formação “*intellectual*” das “*classes laboriosas*” e não apenas “*profissional*”, o que é facilmente compreensível se observarmos que estes primeiros republicanos substituíram a renda pela alfabetização como critério para o exercício do voto. Em uma sociedade que alardeia a República como ampliação da participação popular, mesmo que como mero coadjuvante, era preciso preparar as “*classes laboriosas*” para esta participação que se realizaria através de um estreito controle das elites. Ele prossegue seu relato trazendo novos elementos para que possamos entender o que objetivava a associação:

Os alumnos, uma vez que comecem a produzir trabalhos apreciáveis, receberão salários que irão sendo aumentados, até se nivelarem com os do mestre.

Manterá as oficinas no seu curso pratico e os trabalhos produzidos serão vendidos, sendo o seu resultado aplicado em melhoramentos do próprio estabelecimento.

Haverá um externato, onde os alumnos serão matriculados mediante requisições da directoria, de accôrdo com o regulamento interno que será organizado.

Uma das exigencias, aliás razoavel para a permanencia do alumno no externato, será a sua assiduidade aos trabalhos das officinas.

Os incorrigíveis, os maus elementos, serão eliminados incontinenti, pois não se trata de estabelecimento correccional. Associação deseja que aquelles que ali forem admitidos, recebam o preparo necessario para a luta pela vida, habilitando-se ao trabalho honesto, que é o caminho seguro e recto para a formação do character e para bem saber cumprir os seus deveres, tornando-se homens uteis a si e a sociedade.(1934, p.14)

Esse trecho demonstra que o conselheiro era fortemente influenciado pelos princípios liberais de que pela educação e pelo trabalho se promove a inclusão e ascensão social dos estudantes até que estes se nivelem aos mestres; além disso, a produção das oficinas gerará excedentes que permitirão melhoramentos no Instituto. O trabalho nas oficinas é apresentado como obrigação para a continuidade do educando na escola e a transgressão às normas estabelecidas é vista como motivo para a eliminação. A analogia com o discurso dos empresários, que alegavam o trabalho como gerador de riqueza e o crescimento da fábrica como alavanca social para os seus funcionários, é inevitável.

A escola é local onde se quer formar o novo brasileiro, não mais aquele caracterizado pelo passado escravista e súdito do imperador, mas sim um cidadão da civilização moderna industrial e republicana que levará a todos a ordem e o progresso. A escola é a instituição para aqueles que desejam através de sua aplicação e esforços obter sucesso e promover o desenvolvimento social e não corrigir os incorrigíveis. Para os criadores da escola, ela deveria disciplinar a força e a criatividade dos alunos, tornando-os trabalhadores para promover o desenvolvimento social.

Na fala do conselheiro Leopoldo Amaral, torna-se explícito que o Instituto não é uma instituição de caridade, ela é sim um instrumento de ação política na formação dos cidadãos e por isso acredito que ele coloque a escola como um mecanismo de controle social para os seus alunos e integrantes. No estatuto consta que a Associação é *de assistência social*, na fala de Amaral, ela é *beneficente*, como qualquer agremiação política, por exemplo. Talvez por isso, a matrícula fosse condicionada a um requerimento da Diretoria, o que permitia aos diretores não somente controlar os estudantes, mas também estabelecer práticas clientelistas com seus possíveis futuros eleitores.

A mesma correção moral exigida aos alunos era também cobrada dos associados que contribuiriam para a manutenção da escola com uma anuidade equivalente a R\$. 20\$000 (vinte mil réis) de acordo com o disposto no artigo 21º dos Estatutos. Em seu artigo 24, os Estatutos estabelecem: “*Não serão aceitos, nem continuar a fazer parte da fundação, pessoas condenadas por delito infamante*”. Mas o que era um delito infamante no período em que se organiza a Associação Instituto Profissional Bento Quirino? No Direito romano, a infâmia (ignomínia, para os militares) importava a incapacidade de fazer valer em juízo os direitos de cidadão, exclusão do serviço militar, como também os direitos de elegibilidade, participar do Senado, intervir em festas cívicas, prestar testemunhos públicos, falar ao povo, ser jurado, representar em juízo. Poderia também ser pena acessória ou efeito penal da condenação. Embora difícil de precisar no período que é nosso objeto de estudo, podemos perceber que a associação das pessoas às ideias anarquistas ou comunistas não figurava longe disso em uma sociedade onde tais ideias eram vistas como radicais e que incitavam à violência ou atos terroristas.

Nas páginas da imprensa a imagem dos anarquistas como estrangeiros e terroristas era continuamente reforçada. No Diário Oficial do Estado de São de Paulo de 01 de julho de 1897, quando Manuel Ferraz de Campos Salles era presidente do Estado de São Paulo, em “CONCORRÊNCIA PARA A INTRODUÇÃO DE 60.000 IMMIGRANTES NESTE ESTADO” consta a seguinte cláusula no edital público:

No caso de algum ser rejeitado por anarchista ou suspeito de fazer parte desta associação, correrão por conta dos introdutores as repatriações e quaesquer despesas que com taes imigrantes faça o governo ou a polícia de S. Paulo.”

O mesmo Diário Oficial em 04 de maio de 1921, assim se reportava ao tema:

Expulsão de estrangeiros e repressão ao anarchismo.

O excessivo liberalismo das nossas leis permittiu que agitadores estrangeiros' encontrassem nesta Capital meio propicio á propaganda de suas idéas e principios, contrarios à ordem social existente. Era necessario pôr termo a essa corrente subversiva s que cada dia se avolumava, animada com a impotencia da autoridade publica. Os decretos as. 4.247, , que regula a. entrada de estrangeiros no territorio nacional, e 4.269, sobre a repressão tio anarchismo, ambos de janeiro ultimo, vieram felizmente acudir, a essa situação e começaram já a produzir os seus beneficos efeitos.

O decreto nº 4.247, de 06 de janeiro de 1921, estabelecia em seu artigo 2º: *“Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco anos, a contar de sua entrada no paiz, o estrangeiro a respeito de quem se provar:(...)4º que, pela sua conducta, se considera nocivo à ordem pública ou à segurança nacional”*. O decreto nº 4269, de 17 de janeiro de 1921, também em seu artigo 2º estabelecia a pena de prisão, por seis meses a um ano, para quem fizesse apologia dos crimes praticados contra a organização social vigente.

Assim, aos alunos e professores da futura Escola Profissional Bento Quirino, bem como aos interessados na associação, a aproximação com estas ideias era vetada; mais do que isso, a escola era o local para a educação do novo cidadão republicano que saberia cumprir com seus deveres. Fecha-se um ciclo onde a escola terá o poder de instituir valores enquanto aos órgãos policiais caberá o exercício do poder repressor.

A este respeito, Liéte de Oliveira Accácio em artigo no qual apresenta um dos momentos da construção da profissão docente para a Escola Normal do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1928 e 1930, ao observar as exigências que se fazem aos futuros professores aponta:

Quanto ao requisito exarado na alínea d, do artigo 118, “ausência de cumprimento de pena por delito infamante”, sofre alteração de conteúdo, passando a constar na regulamentação da Reforma a exigência de “atestado de idoneidade, a juízo do Diretor Geral”. Esse atestado assume formas e funções diferenciadas ao ser apresentado por cada candidato: alguns apresentam a folha corrida fornecida pelo Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal ou atestados de delegados de distritos policiais e outros candidatos declarações de idoneidade moral redigidas por membros da administração municipal ou federal. Dessa forma, o atestado de idoneidade moral assume, também, a função de demonstrar a inserção social do candidato, seu lugar na rede de relações da sociedade brasileira, (ACCÁCIO, 2008, 219)

Assim, o trecho acima parece retratar uma situação não muito distinta da vivida pela Associação Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos, na qual um grupo de homens, com relações sociais e políticas se unia para realizar o sonho do patrono da associação. Esse sonho se materializava na formação de trabalhadores para uma indústria em expansão e na sua capacitação para o exercício da cidadania, mas nos

limites da ordem social capitalista. Sendo assim, os pleiteantes a participarem dessa associação ou serem atendidos pelos serviços prestados por ela, devem comungar de suas ideias e projetos políticos; por isso a necessidade de ser indicado por um dos membros da diretoria para que isso ocorresse.

2.1.2 Os membros da associação instituto profissional masculino Bento Quirino e a Maçonaria

Como já dito anteriormente, o grupo de fundadores da Associação Instituto Profissional pode ser caracterizado como o de pessoas com poder e prestígio político, social e econômico para criar e manter a escola, porém há um outro laço que os unifica: uma proximidade com a maçonaria. Dos quarenta e três nomes relacionados na ata de fundação da Associação, trinta e três eram membros da Loja Maçônica Independência em Campinas (STOLF Netto, 1998). O autor ainda chama a atenção para o fato de que durante a segunda metade do século XIX, já existiam quatro Lojas Maçônicas em Campinas, sendo que Bento Quirino foi vigilante da loja maçônica Independência. Na primeira diretoria, composta por seis pessoas, cinco eram membros da mesma loja, como demonstra o quadro abaixo.

Primeira Diretoria da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino			
Cargo	Nome	Maçom	Profissão
Presidente	José Paulino Nogueira	Sim – Loja Independência	Capitalista
Vice - Presidente	Manoel de Moraes	Sim – Loja Independência	
1º - Secretário	Antonio Álvares Lobo		Advogado
2º - Secretário	José A. Quirino dos Santos	Sim – Loja Independência	Servidor Público
1º - Tesoureiro	Arthur Levy	Sim – Loja Independência	Comerciante
2º - Tesoureiro	Joaquim Pinto de Moraes	Sim – Loja Independência	

A composição do primeiro Conselho da Associação também demonstra uma presença bastante grande de membros da Loja Maçônica Independência, conforme quadro abaixo:

Primeiro Conselho da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino		
Conselheiro	Maçom	Profissão
Francisco de Araújo Mascarenhas		Médico
Heitor T. Penteadó		Prefeito

Primeiro Conselho da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino		
Leopoldo Amaral	Sim – Loja Independência	Jornalista
Antonio Álvaro de Souza Camargo	Sim – Loja Independência	Lavrador
Francisco de Paula Simões dos Santos	Sim – Loja Independência	Guarda - Livros
Alberto Sarmiento	Sim – Loja Independência	Jornalista
Fortunato A. Figueiredo Tavares,		
Monsenhor Manoel Ribas d'Avila	Sim – Loja Independência	Clérigo
Octavio Netto		Escritor
Antonio Alves da Costa Carvalho	Sim – Loja Independência	Advogado
Joaquim Ferreira Penteado Netto	Sim – Loja Independência	
Joaquim Álvaro de Souza Camargo		Lavrador
A. B. de Castro Mendes		Comerciante ¹²
Orosimbo Maia	Sim – Loja Independência	Advogado
Antão de Paula Souza		Cafeicultor
Augusto de Figueiredo		Engenheiro
Mario Siqueira	Sim – Loja Independência	Bancário
Raphael Gonçalves Salles	Sim – Loja Independência	
João Nogueira Filho	Sim – Loja Independência	
Thomaz Alves	Sim – Loja Independência	Médico

Assim, fica evidente a preocupação da instituição maçônica com o ensino escolar. A este respeito, Cleide Maria de Luca Affonso e Maria Níve Pinto, ao analisar a criação do Colégio Culto à Ciência, apontaram:

Para os maçons, o ensino era muito importante; eles reclamavam a instrução para todos, gratuita, obrigatória e exclusivamente leiga. São eles os precursores das aulas noturnas, destinadas principalmente aos escravos.

Assim, concretizando os ideais maçons, o “Culto à Ciência” foi a primeira escola inteiramente leiga de Campinas. (AFFONSO, 1986, p. 16)

Neste momento, as autoras se referem à influência do positivismo de Auguste Comte junto à maçonaria, que era contrário à união entre o Estado e a Igreja, bem

¹²Proprietário da Tipografia Casa do Livro Azul

como sobre a influencia da religião nos métodos de ensino adotados no Brasil do século XIX, em virtude da ligação já mencionada. Para este grupo de homens que, aparentemente não admitia a influência religiosa na vida política e no ensino, a solução para o problema educacional era a criação de escolas particulares e laicas.

Em Campinas a relação entre a maçonaria e a igreja, se manifestou na separação do Estado e da Igreja, porém a influência sobre a educação com consequência para as escolas foi diferente. A este respeito escreve BRITO:

Em Campinas, ocorreram vários ajustes sociais, que proporcionaram a convivência harmônica entre a igreja e a maçonaria, a ponto do colégio maçônico, frequentado pelo Bispo, "Culto à Ciência" haver introduzido, desde 1886, o ensino religioso, apesar das insistentes condenações da Santa Sé a Maçonaria"(BRITO, 2007, 168)

O bispo ao qual a passagem se refere é D. João Nery e segundo a autora a convivência harmônica em Campinas entre a Igreja e a maçonaria se deve a uma maior tolerância da primeira em relação à segunda que tinha como objetivo promover uma aproximação entre os membros do clero e as elites republicanas. Além disso, D. João Nery havia estudado com os membros dessa elite no Colégio Culto a Ciência.

A história de uma outra escola também lança luzes sobre essa questão. Em 1900 praticamente não existia escola para meninas em Campinas. Foi quando Orozimbo Maia, maçom e um dos futuros membros da Associação Instituto Profissional Bento Quirino, então Prefeito da cidade e pai de Odila, resolveu mudar essa história, dando para a filha, de presente de aniversário, um lugar para estudar. Nascia o tradicional Colégio Progresso Campineiro. Outros pais também gostaram da ideia e juntaram-se a Orozimbo para construir a escola. Foi então que, em 08 de outubro de 1900, Campinas ganhava a primeira escola feminina da cidade. Inicialmente o colégio funcionava em regime de internato. Sua primeira diretora foi a austríaca Anna Von Maleszewska que Orozimbo Maia buscou na Europa. Depois de dois anos, a direção do colégio passou a ser feita por Emília de Paiva Meira, pertencente a importante família do Rio de Janeiro, filha do então senador Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos. Recém chegada da Europa, onde fora estudar, foi convidada para assumir a direção do

colégio Progresso. No dia primeiro de agosto de 1902, assumiu o cargo de Diretora, no qual permaneceu até 1937, ano de sua morte.

Analisando a história do Colégio Progresso, Côrrea assim resume os anos iniciais da escola em sua pesquisa:

O presente trabalho fornece um panorama da pesquisa de mestrado, que procura compreender o ensino religioso no Colégio Progresso da cidade de Campinas (SP) no período de 1900 a 1937. O ensino religioso se mostra uma particularidade deste colégio, posto que, quando de sua fundação em 1900, pretendia-se oferecer um estabelecimento laico para o sexo feminino. O Colégio Progresso foi fundado pela iniciativa de cinco campineiros influentes na cidade e teria uma proposta diferente das demais escolas femininas, todas fora da cidade e de caráter confessional. O caráter religioso da escola, de cunho católico, ganhou força sob a direção de Dona Emília de Paiva Meira, a segunda diretora da escola, que ocupou o cargo de 1902 a 1937, quando faleceu.”(CORRÊA, 2009, 477)

Os fundadores do Colégio Progresso foram Orosimbo Maia, Arthur Leite de Barros, Antonio Álvaro de Souza Camargo, Joaquim Álvaro de Souza Camargo e Luiz de Campos Salles. A criação do Colégio Progresso está diretamente vinculada à preocupação dos fundadores com a formação de suas filhas e a crença do período em questão de que era necessária uma escola específica para a formação das mulheres.

Dos cinco fundadores, três deles - Orosimbo Maia, Antonio Álvaro de Souza Camargo, Joaquim Álvaro de Souza Camargo – pertenceram também ao grupo fundador da Associação Instituto Profissional Bento Quirino e eram membros da Loja Independência. Para Francisco Stolf Netto:

“A maçonaria, que tanto se preocupava com a educação da elite, não descuidou também das classes menos favorecidas.

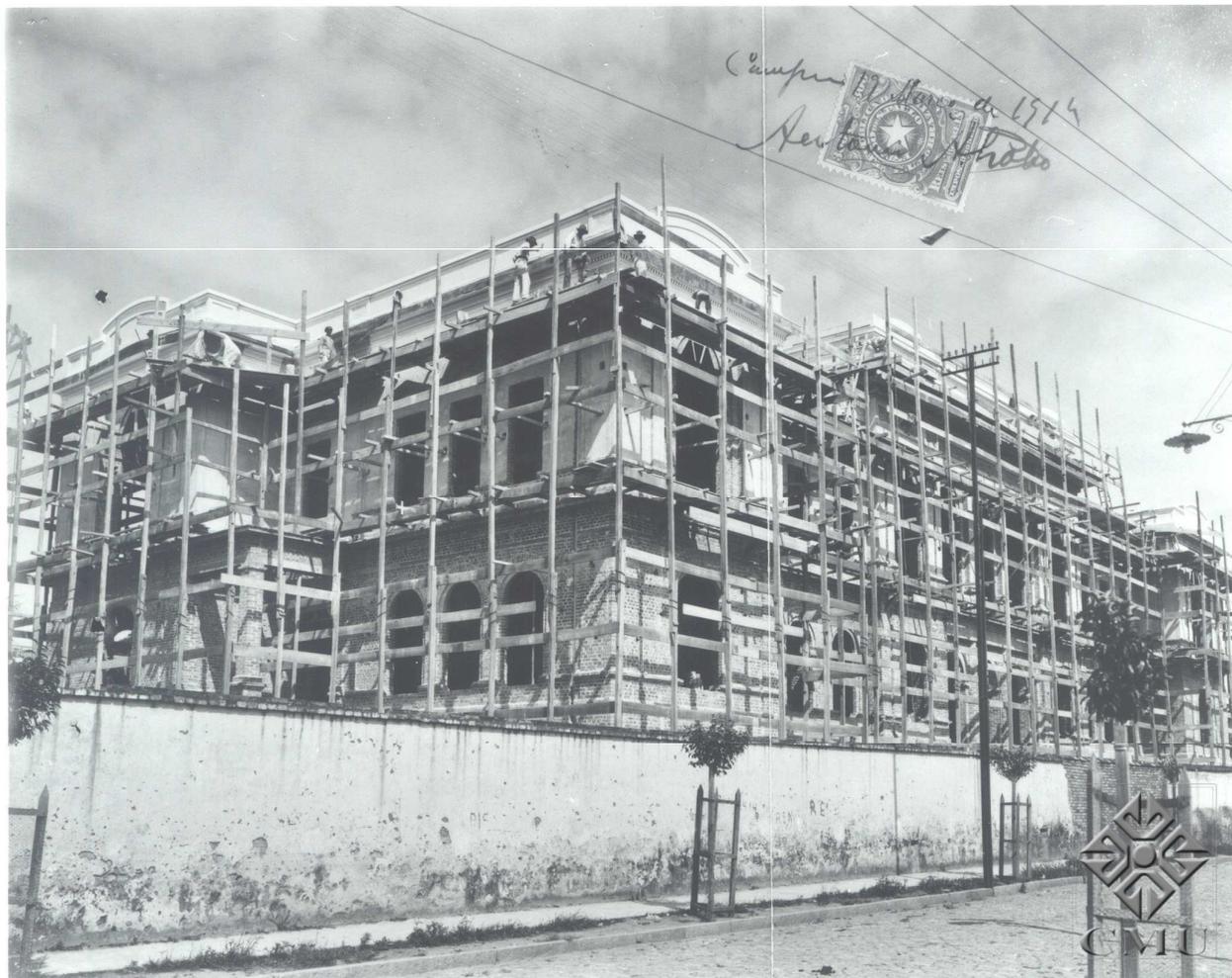
“**Pela instrução se forja um povo**” são as palavras de Francisco Glicério, transcrita em uma das atas da Loja Independência. Das palavras a ação

“Por iniciativa de Bento Quirino dos Santos, Francisco Glicério, Francisco Quirino dos Santos, Eloy Cerqueira, Manoel José da Fonseca e outros, em 17 de abril de 1874, foi fundada uma escola noturna laica e destinada **aos jovens trabalhadores com mais de 12 anos com ocupação certa, inclusive negros libertos e escravos devidamente autorizados pelos seus senhores.**”(STOLF Netto, 1998, p. 04)

Essa passagem do trabalho de Francisco Stolf Netto é de extrema importância para compreendermos a força que motivará a criação da própria Associação. O autor é explícito ao afirmar a preocupação dos maçons com a educação, porém deixa perceber que, para eles, há uma educação que se reserva às elites e uma outra que deve ser destinada às classes menos favorecidas. Por isso, em 12 de janeiro de 1874, a maçonaria inaugura o Culto à Ciência que se destina às elites e, em 17 de abril de 1874, a mesma maçonaria fundou a Escola Noturna que se destina às classes menos favorecidas. O público alvo da Escola Noturna era *“os jovens trabalhadores com mais de 12 anos e ocupação certa, incluindo negros libertos ou escravos devidamente autorizados pelos seus senhores”*. Da definição deste público podemos concluir qual era o papel reservado aos alunos das classes menos favorecidas. Não o livre pensar, mas sim a preparação para a vida em sociedade de forma a se estabelecer e manter a ordem e o progresso em uma sociedade que vive a transição do trabalho escravo para o assalariado. Daí as exigências de *“ocupação certa”* e *“devidamente autorizados pelos seus senhores”*. A ocupação certa para o trabalhador livre é *“estar empregado”*, enquanto, por mais que se afirme que a maçonaria era abolicionista, era imprescindível a autorização do senhor para que o escravo estudasse. A transição do trabalho escravo para o assalariado deveria se realizar sem que houvesse a precipitação da desordem ou a perda do controle por parte das classes dominantes.

Ainda é preciso perceber que o crescimento no número de escolas é produto de uma urbanização e industrialização da cidade que aumenta a demanda por vagas. Esse aumento da demanda deveria ser atendido sem que colocasse em risco a ordem estabelecida e o papel social que era atribuído aos trabalhadores, às elites e também às mulheres. Através da educação escolar se formaria a nova sociedade na qual cada grupo social teria suas atribuições, deveres e direitos ensinados nas unidades escolares.

2.1.3 – A construção do Prédio e a Instalação das Oficinas



[Construção do Instituto Profissional Bento Quirino, Campinas, SP, 19 março 1917]. *Fundo Tribunal de Justiça de Campinas / Centro de Memória – UNICAMP.*

Já com sua personalidade jurídica criada, realizou-se em 18 de dezembro do ano de 1915, a primeira reunião da diretoria sob presidência de Manoel de Moraes, vice-presidente, em virtude do falecimento do presidente, José Paulino Nogueira, e deliberou-se, depois de ouvido o inventariante e testamentário Coronel Antônio Carlos da Silva Telles, pela:

urgente necessidade da aquisição dos imóveis necessários à fundação e desenvolvimento das obras do Instituto anexos ao prédio do espólio na rua Saldanha Marinho.”

A escolha da localização da escola, próxima à atual escola estadual Culto à Ciência, pode ser entendida como uma conveniência. Isto em virtude da proximidade do “*prédio do espólio*”, mas também está relacionada com o processo de ocupação do espaço e urbanização da cidade, que seguia as linhas das companhias férreas e nessa região começava a surgir bairros operários, nos quais habitavam os trabalhadores das referidas companhias e das fundições Lidgerwood, Mac Hardy, Correa de Lemos.

A segunda assembleia realizou-se em doze de março de 1916, no salão do clube campineiro com a presença de dezoito associados e havendo uma nova eleição para presidência da Associação. Muito embora Antonio Carlos da Silva Telles tenha manifestado que a escolha deveria recair sobre o vice presidente, distribuídas as cédulas e procedida a votação, apurou-se o seguinte resultado:

“verificando-se que o Sr. Antonio Carlos da Silva Telles obtivera desesete(17) votos e o Coronel Manoel de Moraes um voto”.

Assumindo Antonio Carlos como presidente, a condução dos trabalhos, informou que:

havia incumbido o ilustre engenheiro dr. F. de P. Ramos de Azevedo de formar o projecto do edificio e dependencias com o respectivo orçamento que estava adiantado em sua execução e que, à vista da impossibilidade de adquirir machinisnos na Europa, por causa da Guerra, aquelle engenheiro tratava de compralos aqui mesmo em boas condições de preço a fabricas que haviam fechado cesando a sua actividade industrial, machinismos novos e dos mais modernos”. (ver Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p.4)

A priori, observa-se que mesmo antes de eleito Antonio Carlos já desempenhava as atribuições do cargo de presidente, pois os Estatutos, em seu artigo 10º, itens 3º e 5º, estabeleciam que: “*Ao presidente compete: (...) representar a fundação em todos os actos judiciais e extra-judiciais, passiva e activamente (...) ordenar as despesas e autorizar os pagamentos.*” Percebemos também a preferência pela aquisição dos equipamentos na Europa, o que seria inviável naquele momento em virtude da 1ª

Guerra Mundial, e por isso opta-se por comprar os maquinários aqui. Para Marta Maria Chagas de Carvalho, esta opção relaciona-se à maneira como os republicanos percebiam a educação e Caetano de Campos já havia demonstrado isso em sua reforma pedagógica da Escola Normal no fim do século XIX. Para ela:

Na economia das providências republicanas de institucionalização da nova ordem política, a escola foi marco a sinalizar a ruptura que se pretendia instaurar entre um passado de obscurantismo e um futuro luminoso.”(...) (CARVALHO, 1994, p. 55)

Neste sentido, era necessário importar materiais escolares, produtos industriais inexistentes, enfim, era imprescindível a vinda de produtos e práticas culturais de povos mais civilizados para ajudar no desenvolvimento do país atrasado em virtude da sua prévia situação social (escravidão) e política (monarquia), mas a Guerra teria tornado isto inviável naquele momento.

A escolha de Ramos de Azevedo – membro da Loja Maçônica Independência – como arquiteto para a construção do prédio, só pode ser compreendida se considerarmos as ponderações de Ana Maria Reis de Góes Monteiro para quem ele representava, junto com os outros membros da associação, um ideal de cidade e de civilização:

A análise da atuação deste profissional revela seus propósitos civilizatórios e, muito mais do que o contraste entre a cidade de tijolos e a de taipa, sua presença em Campinas significou uma nova maneira de controlar, produzir e visibilizar a cidade.

Porém, ele não estava só. Durante o período em questão, comerciantes, jornalistas, profissionais liberais, representantes da burguesia agrária tiveram papel de destaque na vida política da cidade, na propaganda republicana e, principalmente, na proposição de cometimentos que mudariam a feição da cidade. Empreendimentos como a Companhia Campineira do Matadouro Municipal, a Associação do Teatro Carlos Gomes, a Companhia Campineira de Água e Esgotos surgiram da aliança daqueles segmentos sociais. E, Ramos de Azevedo participou ativamente de tais negócios.(MONTEIRO, 2002)

Em reunião da diretoria da associação, realizada no Escritório Central da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, no dia 19 de abril de 1916, Antonio Carlos da Silva Telles apresentou as plantas, projetos e o memorial descritivo

das instalações da escola que se situaria entre as ruas Culto à Ciência, Sebastião de Souza e Saldanha Marinho.

A memória descritiva foi lida, bem como a minuta de contracto que deve ser lavrado oportunamente para a execução das obras e serviços especificados. Dessa memória descritiva constam a descrição e especificações das obras, maquinaria, mobiliário, todos os acessórios e utensílios para as oficinas, acompanhados dos desenhos respectivos. O orçamento de todas as obras, maquinaria, mobiliário etc. conforme as especificações, representa a somma de 474.000\$000, importância que deve ser paga em prestações mensais no prazo de 18 meses, salvo força maior. Tomando conhecimento dos projectos, plantas, orçamento, minuta de contracto etc. a directoria resolveu dar-lhes a sua aprovação, investindo o presidente dos poderes necessários para agir conforme julgar mais conveniente no interesse do instituto e de outorgar, aceitar e assignar o contracto com as clausulas lidas e constantes da minuta, ou de outras que se façam precisas ou hajam de ser acrescentadas com os proponentes organizadores do projecto. (ver Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p.4)

Na mesma reunião, foram informados à directoria pelo tesoureiro Arthur Levy os procedimentos para aquisição dos terrenos. Somando-se o total dos valores que seriam comprometidos até aquele momento com as aquisições de terrenos e o projeto em questão totalizamos o comprometimento de 488.000\$000 – quatrocentos e oitenta e oito contos de réis – ou seja, 48,8% do total do legado testamentário. Ainda havia um outro problema: uma das proprietárias, que pedia um valor que a directoria entendia ser excessivo para a venda de seu terreno e, mesmo assim, acreditando em seu poder político, como demonstraremos adiante, a directoria aprovou as despesas e investiu o presidente dos poderes necessários para a continuidade do processo.

A forma arquitetônica do edifício revela uma influência do ecletismo europeu, com o qual a burguesia cafeeira tinha tomado contato em suas viagens de férias, mas, mais do que isso, revela um rompimento com a tradicional cidade de taipa. Os prédios escolares são construídos como verdadeiras catedrais do conhecimento. Aqui ainda é preciso destacar que nos projetos elaborados pelo escritório de Ramos de Azevedo e aprovado pela directoria da associação a nomenclatura atribuída ao prédio é Lyceu Bento Quirino o que revela a influência do Liceu, localizado em São Paulo do qual, Ramos de Azevedo havia sido diretor.

Segundo Paula Lemes (2010, p.29-30), analisando o prédio do Instituto Profissional Bento Quirino:

O ecletismo paulista teve fundamentação no europeu. O ecletismo na Europa surgiu para atender a burguesia em ascensão. Segundo PATTETA (1987) 'o ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto'.

Esse ecletismo se manifestou na urbanização e saneamento da cidade e a busca pelo conforto se traduziu na introdução das redes elétricas e hidráulicas, inicialmente, nas moradias e, logo depois, nos prédios que prestavam serviços ao público, sendo o prédio da escola um exemplo deste processo maior.

Em reunião de quatro de março de 1918, para que tivesse início o funcionamento do instituto a proposta do senhor presidente de:

que fosse nomeado director geral o Engenheiro Bruno Simões Magro, com o encargo de preparar a organização que deve ser submetida a decisão da directoria e do Conselho, quanto as medidas financeiras e aos regulamentos internos que sijam de mister estabelecer para a boa marcha dos trabalhos, como o quadro de pessoal estrictamente necessario e seus vencimentos ou ordenados. (ver Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p.5)

Realizadas as obras, marca-se a inauguração festiva (visto que o Instituto Profissional Masculino já se encontrava em funcionamento desde 1º de abril) para 26 de dezembro de 1918, o que não ocorreria em virtude da epidemia de gripe espanhola que assolou o Estado de São Paulo.

Assim, a classe dominante da cidade que em trovas populares havia ficado conhecida como inferno no qual os negros escravos haviam sido explorados até o limite da sua condição física produtiva¹³ começa a perceber a necessidade de formar e qualificar o trabalhador nacional como instrumento fundamental para o progresso social e econômico do país. Nesse sentido, os primeiros cursos a serem oferecidos foram o

¹³ Existia uma trova popular, na segunda metade do século XIX, que assim definia as relações políticas, econômicas e sociais do Brasil: "Rio de Janeiro é a Corte, São Paulo capitá e Campinas o inferno onde o negro vai apanhá", (Museu da Cidade, 1994) –

de mecânica e marcenaria que alimentariam a indústria nascente no município. O que havia mudado de fato era a realidade econômica do município de Campinas. Se no século XIX, era a produção cafeeira que foi determinante das estruturas sociais e políticas da cidade, o fim do século XIX e XX, marca o início de um período no qual as indústrias, empresas de serviços urbanos e o sistema bancário começam a se destacar e ganhar importância. Na política, os republicanos acessaram o poder em oposição aos liberais e conservadores que agora ingressaram nos partidos republicanos locais.

Essa nova realidade econômica e política, gradativamente, transformariam os valores e a representação que a cidade fazia de si própria. Se até meados do século XIX o motivo de orgulho era ser Barão, no século XX, a moda era ser industrial moderno e arrojado, capitalista e bom negociador. Isto porque seriam estes últimos que trariam o desenvolvimento social e seriam os beneméritos das ações que serviam ao povo, pois só através do trabalho é que se progredia e da educação se acessava ao trabalho e a cidadania.

Assim, a cidade escravista rapidamente se viu republicana, abolicionista e industrial, precedendo um movimento que viria a ser do estado de São Paulo, como defende Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do Nascimento:

“A partir de 1920, vão se operar grandes transformações na sociedade brasileira e especialmente na paulista. Observa-se um desenvolvimento significativo nos processos de industrialização e de urbanização, levando à reorganização social com o aparecimento do proletariado e maior projeção da camada média. Na esfera política, a hegemonia das oligarquias rurais é abalada pela crescente participação da burguesia industrial e financeira” (NASCIMENTO, 1999, p. 73-74).

Nessa nova conjuntura a educação e, em especial, a educação profissional, ganha destaque. É preciso educar o homem para a cidadania o que necessariamente representa prepará-lo para o trabalho e para a vida na sociedade política. A escola é a instituição e o local onde isso se realizará longe das multidões operárias e das influências perniciosas representadas pelos sindicatos anarquistas e movimentos de contestação à ordem.

2.2 – Do Partido Liberal Avançado ao Partido Republicano Paulista – Uma Trajetória Política e uma Nova Proposta Pedagógica.

As transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil e, mais especificamente, em Campinas, na virada do século XIX para o XX, parcialmente descritas na parte anterior deste trabalho revelam uma sociedade que gradativamente vai se tornando mais capitalista e empresarial. Capitalista no sentido de ocorrer efetivamente a separação entre capital de um lado e trabalho assalariado de outro. Empresarial no sentido de os velhos valores aristocráticos e nobiliárquicos serem substituídos pela racionalidade do processo produtivo e a busca incessante pelo lucro. Esta situação vai gerar o surgimento de novas classes e camadas sociais e conseqüentemente novos agentes e projetos políticos.

Em Campinas, estas transformações se manifestaram através do surgimento e desenvolvimento das ideias abolicionistas, republicanas e positivistas; na criação de Lojas Maçônicas e do Partido Republicano Paulista (PRP).

Bento Quirino e seus companheiros, que fizeram parte da Associação Instituto Profissional, foram militantes de primeira linha destas ideias e fundadores do PRP ou seus seguidores. No caso específico do patrono, ele foi membro atuante da Loja Maçônica Independência, fundador da loja Liberdade sendo o seu venerável e dirigindo-a de acordo com os ideais liberais e republicanos. Ele também colaborou financeiramente e com seu trabalho e prestígio para a criação do Colégio Culto à Ciência em 1874 que, como o próprio nome revela, era uma homenagem aos padrões cientificistas e positivistas do período. No campo partidário, foi do Partido Liberal Avançado sendo levado por ele à vereança em 1873; com a fundação do PRP na Convenção de Itu no mesmo ano, adere ao republicanismo. Posteriormente, com a proclamação da República, foi nomeado chefe do PRP em Campinas e primeiro chefe de polícia do Governo Provisório Paulista, o qual o nomeava delegado de Polícia da cidade¹⁴.

¹⁴Bento Quirino dos Santos participou de diversas iniciativas de benemerência na cidade e era um grande comerciante de café e capitalista. Além disso, emprestava dinheiro aos fazendeiros e capitalistas da cidade e, portanto, a sua participação era sempre “acompanhada” pela de outros proprietários e políticos da cidade. Para

Conforme estudos de Mauricéia Ananias, esse grupo, composto por republicanos e maçons, tais como Francisco Quirino dos Santos, Francisco Glicério Cerqueira Leite, Manoel Ferraz de Campos Salles, entre outros,

...via na educação aquela que ‘espalharia a instrução e levaria a luz a todas as almas’ (...) Essa visão dava a educação uma função não só de instruir formalmente as pessoas, mas também de formar o homem. A ela cabia preparar esse ‘novo homem’ para atuar na sociedade que eles estavam criando. (ANANIAS,2000, p. 72)

E qual é essa nova sociedade que eles estavam criando?

Essa sociedade seria caracterizada pela modernidade a que Campinas aspirava. Modernidade aqui entendida, como a definida pelo professor José Roberto do Amaral Lapa:

grosso modo em correspondência com aquela racionalidade burguesa que se estende pelo econômico, pelo social, pelo político e pelo cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nesta ordem....(LAPA, 1996, p19)

A modernidade supracitada é resultado das inovações geradas no bojo da Revolução Industrial e as aspirações por ela criadas que mantêm uma relação antinômica com um determinado passado e que em Campinas servirá para enfatizar a ciência e a racionalidade, a indústria, o progresso, a república, enfim “a luz” em oposição “a treva”, representada pela organização social, econômica e política do Império.

Campos Salles descreveu essa crença no Almanak de Campinas para 1872:

Proclamada a Independência da União Americana com quatro milhões de habitantes, apenas, hoje as estatísticas levam essa cifra a cerca de quarenta milhões!

E com a população desenvolve-se a industria, cresce a riqueza e diffundem-se as luzes da instrução.

Ao passo que no Brasil império...Não, não façamos o paralelo. Poupemos a nós mesmos essa vergonha imensa.

maiores detalhes ver Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, redator-gerente Prof. Jorge Leme - Número dedicado à Memória do Saudoso Campineiro Snr. Bento Quirino dos Santos, Tip. da Casa Genoud, Campinas, 1938

Basta que saibam os nossos agricultores, que só há um remédio para conjurar a crise – liberdade completa, o governo do povo pelo povo.” (*Almanak de Campinas* para 1872, 1871, p. 94)

Para Leonor Maria Tanuri, estes republicanos estavam imbuídos daquilo que ela chama

“Ilusão Liberal”, ou seja, “da crença do poder ilimitado da instrução pública como alicerce das instituições democráticas e instrumento da transformação social e reforma política.” (TANURI, 1994, p. 42)

Independentemente da discussão a respeito da sua caracterização como ilusão (eu preferiria definir como crença) o que não podemos deixar de reconhecer é que os republicanos realizaram uma reforma, que já era percebida como necessária desde os tempos finais do Império, em prol da expansão e ampliação da instrução. Essa reforma tinha como objetivo preparar os futuros cidadãos para se comportarem nos marcos do regime republicano brasileiro que abandonava a escravidão, mas que continuava a excluir politicamente os analfabetos e social e economicamente os trabalhadores cujas reivindicações e manifestações continuariam a ser entendidas como caso de polícia.

Após a fase inicial da república, período que os historiadores chamam de “República da Espada”, aumentou intensamente a influência dos políticos campineiros no período que conhecemos como a “política do café com leite”.

Em Campinas, como já demonstrado, os membros da Associação Instituto Profissional Bento Quirino faziam parte da elite dirigente constando entre seus quadros associados que já haviam ocupado o posto de intendente, bem como de prefeitos, deputados, vereadores, industriais, advogados, etc. Como exemplo, aponto que faziam parte da associação o prefeito Heitor Teixeira Penteado, os deputados estaduais Antonio Álvares Lobo, Paulo de A. Nogueira e Antonio Álvaro de Souza, os ex-intendentes Francisco de Araújo Mascarenhas, Orosimbo Maia e Antonio Álvares Lobo. Esta situação permitia a eles defenderem a iniciativa educacional, bem como marcar posição política para a realização de seus objetivos, como no caso da aquisição de uma parte dos terrenos para a construção da escola.

A proprietária fixou um preço que os membros da Associação julgaram exagerado e a diretoria da associação a ameaçou com a desapropriação, como relatada na ata de 19 de abril de 1916:

...Outrossim communicou exhibindo a escriptura passada por José Augusto dos Santos Oliveira de um terreno em favor de Angela Ibrissa em 25 de Novº do anno findo, pela importancia de 500\$000 e informando que a proprietária exigiu por esse terreno, sem nenhuma benfeitoria a quantia de 5.000\$000 reduzindo-a a 3.000\$000 por intervenção de Rocco de Marco. Dissi o director thezoureiro que offereceu o preço de 1.200\$000 a 1.500\$000 àquella proprietaria. A directoria resolveu approvar esse acto contido na proposta do Thezoureiro, deliberando mais que caso não obtenha aquisição desse immovel pertencente a Angela Ibrissa , represente à Ilma. Câmara Municipal pedindo que declare essa propriedade de utilidade publica para ser expropriada, sem demora, a vista de não poder adquirir amigavelmente e por accordo das partes.”(livro de Atas da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino, p.5)

A ameaça da Associação parece ter dado resultado, pois no dia 14 de novembro de 1916 compareceram ao Tabelionato a Rua Francisco Glicério para registro da venda, o senhor Antonio Carlos da Silva Telles e a senhora Ângela Ibrissa para firmar a escritura de venda do imóvel em questão. O valor foi fixado em 1.600\$000 – um conto e seiscentos mil réis – o que estava próximo ao valor fixado em assembléia e menos de um terço do valor requerido inicialmente.

Nesse sentido, os associados durante esse período não apenas influenciaram no âmbito do governo municipal como também conseguiram alguns benefícios por parte do Governo do Estado, como a: “...isenção do imposto de transmissão de propriedade *mortis causa*, um “empréstimo de 400 contos de réis” em 1921...” (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 09 e 14) ou “a presença do Dr. Washington Luis, autoridades estaduais e municipais, inaugura-se a Exposição Industrial de Campinas comemorativa do Centenário da Independência, certame instalado no Instituto profissional Bento Quirino” (ver MENDES, s.d.) mas também participaram da construção do próprio modelo educacional adotado pelo Estado, ao manter a Associação existindo em paralelo a escola.

Este agora deveria ser laico, racional e atendendo às demandas sociais por maior e melhor qualificação da mão de obra para as indústrias que se desenvolviam

dentro da política de substituição de importações desenvolvida durante a 1ª Guerra Mundial. Neste novo modelo, a memorização será substituída pelo saber-fazer que se adquire através da observação e do fazer correto.

Já em 1919, após a discussão, emendas ao projeto de autoria do engenheiro Bruno Simões Magro e aprovação dos Estatutos, há um sinal da preocupação dos associados com a manutenção do Instituto. A ata da reunião conjunta da diretoria e do conselho registra essa preocupação da seguinte maneira:

“A seguir o director do Instituto Dr. Bruno Simões Magro, a convite do presidente, leu a sua longa exposição sobre os serviços realizados pelo Instituto no anno de 1918 exhibindo o documento das suas contas, expondo o estado do patrimonio e dos saldos por balanço; falla das diversas necessidades para o desenvolvimento das officinas. Monsenhor Ribas d’Avila chama attenção da directoria para a parte da exposição que trata dos recursos financeiros, devendo o custeio não attingir o capital productor da renda e destinado a esse custeio.”(Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p.8)

Na aquisição dos terrenos e na construção e aparelhamento das oficinas previstos no ano de 1916, 48,8% do legado testamentário havia sido comprometido. Com o início do funcionamento dos cursos, a assembleia havia aprovado em cinco de maio de 1918, uma antecipação de 10.000\$000 – dez contos de réis – para o diretor dos cursos, além da contratação de mestres e funcionários o que representava uma despesa corrente e contínua para a associação. Observando apenas os dados das despesas apresentadas, vimos que mais de 50% do legado havia sido utilizado o que representa um problema para a manutenção econômico financeira da escola. O que chama a atenção na fala é o desejo de que ela permaneça sob gestão da associação e não seja entregue ao poder público, apesar da crise que assola a economia cafeeira, os associados e a própria associação por extensão. No desdobramento posterior do processo de construção da escola profissional Bento Quirino, veremos que a preocupação de Monsenhor Ribas D’Avila se mostrará pertinente colocando em risco a própria existência e funcionamento dos cursos. Na mesma assembleia, Antonio Carlos da Silva Telles,

declara que estando instalado o Instituto e em plena actividade, pedia demissão do seu cargo, visto não residir em Campinas, prejudicando a sua ausência o andamento dos negócios e o melhor encaminhamento dos serviços dependentes directamente da sua ação fiscalizadora. .”(Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p.8)

Em assembleia, realizada no dia 27 de abril de 1919, há a aprovação das contas apresentadas pelo diretor do estabelecimento de ensino e eleição da nova diretoria da associação que ficará assim constituída:

Presidente Coronel Manoel de Moraes; primeiro secretário José Augusto Quirino dos Santos, segundo secretario, Doutor Alfredo Monteiro de Carvalho e Silva; primeiro thesoureiro, Arthur Levy e segundo thesoureiro, Joaquim Pinto de Moraes. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p.8)

Em 1921, os cursos oferecidos pelo Instituto no período noturno foram assumidos pelo governo do Estado, em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação Instituto Profissional Bento Quirino. Concluída as obras e a instalação das oficinas verifica-se que o saldo de caixa da Associação, bem como a receita gerada pelos associados era insuficiente para a manutenção do Instituto em pleno funcionamento. Na ata da assembleia geral, de 20 de fevereiro de 1921, aparece a seguinte referência:

Referindo-se ao trecho do relatorio que chamava a atenção dos associados para as prementes dificuldades financeiras e economicas que ameaçavam o desenvolvimento, sinão a propria existencia do “Instituto Profissional”, o Senhor Presidente expoz a assembléa o alvitre de entregar ao governo do Estado, ou à Camara Municipal, o patrimonio da associação com o encargo de manter o referido “Instituto”, conservando a mesma denominação e fins deste, e dissolvendo-se a associação.”(Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 12)

A proposta gerou debates intensos entre os associados, Antonio Álvares Lobo, Antonio da Costa Carvalho, Manoel da Rosa Martins e Carlos Stevenson, Leopoldo Amaral, Raphael Gonçalves de Salles, Orosimbo Maia e outros que se achavam presentes. A solução proposta, por Antonio Álvares Lobo, foi a de formar uma comissão para emitir parecer sobre a proposta, mas em não sendo ela aceita, o

presidente alegou problemas de saúde e renunciou ao cargo, sendo substituído por Antônio Álvares Lobo, vice-presidente.

As atas da assembleia geral extraordinária de 08 de Maio de 1921 e da assembleia geral ordinária de 09 de abril de 1922 trazem dados interessantes para se compreender o modelo de gestão que se está elaborando.

Na primeira ata, Antonio Álvares Lobo relata:

que embora não fosse objecto determinado da, vinha trazer ao conhecimento da assembléa uma felicíssima operação realizada pela Directoria e que beneficiando poderosamente as condições financeiras da fundação que mantem o “Instituto”, veio resolver a crise premente dos recursos necessarios à respectiva manutenção tendo o Governo do Estado feito o lançamento de um emprestimo interno a juro de sete por e typo de noventa, elle, Vice – Presidente, de perfeito accordo com os demais membros da Directoria, fizera a troca da nota promissoria do Thesouro do Estado, no valor de quatrocentos contos de réis, que representavam o patrimonio do “Instituto”, por apolices em valor equivalente, do alludido emprestimo. Assim, lucrou o “Instituto” a differença proveniente do typo da emissão, conservado o seu patrimônio o mesmo valor de quatrocentos contos, vencendo juros tão vantajosos como os que recebia em virtude da letra ou promissoria. A somma das quantias provenientes dessa differença do typo da emissão, dos juros e da renda das officinas do “Instituto” será sufficiente para garantir a este, conforme declarou e demonstrou o senhor Vice-Presidente, as despesas previstas para dois annos. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 18-19)

A ata da assembleia geral de 09 de abril de 1922 apresenta um novo dado, a saber:

Falou sobre a possibilidade de conseguir-se uma subvenção do Governo do Estado e do Congresso Federal para facilitar o custeio dos serviços do Intituto; que a administração em 1921 tinha sido mais economica que a de 1920, dispendendo menos vinte e dois contos, trinta e cinco mil, oitocentos sessenta e um reis (22:035.861) que a anterior; que a directoria que se vae eleger poderá obter recursos com a venda ou penhor do mobiliario feito, ou mediante caução de titulos, sendo que contrario à disposição do fundo patrimonial. Alludiu à suppressão das aulas nocturnas mantidas pelo Instituto e que o Governo Estadoal, entretanto resolvera restabelecer a custa dos cofres publicos. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 21-22)

Analisando esses dados, conclui-se que a intenção, ou pelo menos as práticas demonstram que os membros da associação, embora resistam em transferir o patrimônio e a gestão da escola para o Estado, vão, gradativamente, obtendo recursos

públicos para o seu custeio. Isto se realiza através da transferência do custeio das aulas noturnas e empréstimos ou subvenções, porém eles não abrem mão do controle administrativo e pedagógico da escola. Isto configura-se em uma situação análoga a que levou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – SENAI – , em 22 de janeiro de 1942, com o decreto-lei 4.048.

Através desse decreto, o governo federal institui no artigo 4º, parágrafo primeiro, uma taxa de dois mil réis, por operário e por mês, para o custeio do SENAI. Os recursos eram arrecadados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), porém seriam postos à disposição do SENAI que era dirigido e organizado pelos representantes da indústria vinculados à Confederação Nacional da Indústria, ou seja, eram recursos públicos para a educação dos trabalhadores, mas com gestão privada. Cunha (2000 a), analisando esse processo, assim o definirá: “*SENAI: iniciativa pública, controle privado.*” No caso do Bento Quirino, a iniciativa foi privada, embora com apoio público, mas o custeio deveria ser transferido para o Estado, sem que a Associação perdesse sua capacidade de influenciar o desenvolvimento da escola.

Essa situação pode ser entendida como produto de uma tensão que permeava o pensamento liberal com relação à questão educacional neste período quando se buscava construir um sistema nacional de ensino. Saviani assim o define:

Delineia-se no pensamento liberal em suas várias vertentes presentes no contexto brasileiro (positivismo, evolucionismo social e as diferentes versões do liberalismo político: moderada, radical, republicana) uma tensão de fundo: a percepção da centralidade do Estado e, ao mesmo tempo, a recusa em aceitar seu protagonismo no desenvolvimento da sociedade. (SAVIANI, 2008, 168)

As dificuldades financeiras da Associação permanecem e só podem ser entendidas como um reflexo das próprias dificuldades vivenciadas pela economia cafeeira em decorrência dos efeitos catastróficos da primeira guerra mundial sobre o consumo do café. Por outro lado, continua a ocorrer a expansão industrial na área urbana em virtude das políticas de substituição de importações para atender às demandas do mercado interno, como pode ser observado pelo surgimento de novas fábricas.

Nome da Fábrica / Empresa	Atividade	Ano de Instalação
Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy Valbert	Têxtil	1921
Industria Nacional de Lápis A O Maia	Papelaria	1924
Fábrica de Chapéus Cury	Chapelaria	1926
Fábrica de Seda N. Sra. Auxiliadora	Têxtil	1926
Indústria de Seda Nacional	Têxtil	1929

Essa expansão necessita de oferta de mão de obra para continuar a ocorrer e o instituto, em virtude da situação financeira da associação, não consegue expandir suas aulas para atender a essa demanda, pelo contrário continuava a recorrer ao poder público para sobreviver. Frente a esta situação a ideia de arrendar as instalações voltou ser exposta. Na reunião de 12 de setembro de 1923, o presidente Orosimbo Maia, assim se manifestava:

que se encontrava de posse de uma proposta assignada pelo mestre das officinas do Instituto, José Gianoglio, a qual lhe fora apresentada por uma comissão dos operarios da mesma officina, para arrendamento desta. Fazia porem, notar que anteriormente, outra proposta do mesmo mestre de officina fôra feita, e que levado ao conhecimento da Assembléa Geral dos associados deste Instituto deixara de ser levada em consideração em virtude das razões que constam da acta desta Assembléa. Solicitava mais uma vez a atenção dos presentes, para as dificuldades com que tem lutado a presente administração para regularizar e normalizar o estado financeiro da Associação e n'este caso propunha a nomeação de uma comissão composta dos snrs Antão de Paula Souza e Elisiario Prado para estudarem a proposta apresentada ou indicassem os meios de remodelar os serviços do Instituto, das suas officinas, com poderes para admittirem ou demittirem os operários que julgassem necessarios. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 35)

É evidente a resistência dos membros da associação em entregar a administração da escola ao Estado, bem como em proceder seu arrendamento a particulares, porém a situação financeira da associação coloca em risco o seu próprio funcionamento. Já havia ocorrido redução do quadro de funcionários bem como de salários dos funcionários que permaneceram sem que se chegasse a uma solução.

As dificuldades financeiras continuarão a ocorrer até que na assembléa de 22 de outubro de 1923 é aprovado o arrendamento das oficinas e do prédio pelo tempo necessário para que a associação recuperasse a sua estabilidade financeira. Houve

duas propostas: uma de João Baptista Muller e outra de José Giagnoli que já era mestre das oficinas do instituto. Optou-se em arrendar para José Giagnoli por três anos, sendo que a receita procedente dos aluguéis, 30 contos ao ano, seria revertida para quitar os débitos da associação. Em reunião de 31 de março de 1925, o presidente Orosimbo Maia informa:

(...) em traços largos as condições geraes do “Instituto, ainda bem longe de serem prosperas. Sobre o arrendamento dos bens constitutivos do patrimonio social referiu terem sido mal succedidos os locatarios, pelos deficits que se verificaram na exploração da industria do estabelecimento, havendo por fim o locatario Snr J. Ignacio & Cia proposto assumir o mesmo arrendamento com a redducção todavia do aluguel mensal do mesmo que passaria de 2:500.000, dois contos e quinhentos mil reis mensaes para um conto e quinhentos mil reis mensaes, excluido da locação o predio principal, para exclusivo aproveitamento a criterio da directoria deste Instituto. Apreciadas as razões expostas pelos snrs J. Ignacio & Cia foi o seu pedido attendido, compromettendo-se o mesmo a boa e completa conservação do predio principal ate a utilização do mesmo segundo o que for resolvido. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 44-45)

As atas revelam a precariedade financeira e a necessidade de se obter um meio de custeio da escola em funcionamento. O novo presidente, Antonio Álvares Lobo, chegou a propor que os arrendatários se responsabilizassem pelo oferecimento das aulas o que, apesar de aprovado, se mostrou inviável. Em assembleia geral da Associação em 16 de janeiro de 1927, o mesmo presidente propõe que a assembléia autorize:

(...) esta Directoria a entrar em accordo com o Governo do Estado de São Paulo para o immediato funcionamento do Instituto nos moldes das escolas profissionais officiaes e que correspondem aos intuitos do benemerito cidadão Bento Quirino ao instituir o precioso legado para essa fundação. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 49)

E informa

Devendo o actual arrendatario entregar as officinas pelo término do respectivo contracto, não vacilou disse o doutor Presidente, em recorrer a autoridade comprovada do propecto educador paulista, professor Aprigio Gonzaga, apontado como competente em ensino profissional, deante dos extraordinários resultados que vem apresentando sua brilhante direcção na Escola Profissional

de São Paulo. Este illustre professor desinteressadamente veio a esta cidade, visitando o Instituto e suas dependencias e a pedido da presidencia apresentou o relatorio com o plano de reforma divulgado pela imprensa local e paulistana e que causou a melhor impressão j no espirito publico. Suggestiu o Professor Gonzaga a entrega das officinas e aulas ao Governo e a divisão do Instituto em duas secções como é já sabido, mediante a contribuição de uma annuidade tirada das rendas . Declarou mais o Doutor Presidente que, de posse do relatorio do Professor Gonzaga, entendeu-se com o Governo do Estado, resultando desse entendimento a vinda a Campinas, especialmente para esse fim do Excellentissimo Senhores Doutores José Manoel Lobo, Secretario do Interior, e Professor Pedro Voss, Director Geral da Instrução Publica do Estado de São Paulo. Visitando o edificio e mais dependencias da fundação do velho campineiro Bento Quirino estas altas autoridades do ensino resolveram o caso em questão. ." (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 49-50)

Explicada a proposta à assembleia e realçado que não se tratava de entregar o patrimônio da associação ao Estado, mas sim de usufruto do prédio e oficinas para que ali funcionasse uma escola profissional mista, a mesma foi aprovada por unanimidade. A resistência em entregar o patrimônio ao governo do Estado é resultado de uma visão política liberal que vê a gestão estatal da escola como um equívoco político, pois a educação deveria estar sob controle da sociedade, mas, naquela conjuntura, caracterizada pela ameaça de insolvência da associação, não havia outra alternativa. Além disso, a relação política dos membros da associação com os governantes do Estado de São Paulo tornava mais palatável aceitar a proposta com a condição de que a vontade do patrono, Bento Quirino, fosse satisfeita.

Assim, a análise da documentação leva a concluir que a dificuldade financeira da Associação, aliada ao crescimento industrial da cidade que ampliava a demanda por mão de obra qualificada, bem como as relações políticas dos associados com os integrantes do governo do Estado de São Paulo, criaram as condições para que no dia 24 de dezembro de 1927 “por Lei estadual 2228, cria-se a Escola Profissional Bento Quirino (antigo Instituto Profissional)”(.Ver Mendes, s.d.) que passaria a ser uma escola mista, conforme proposta de Aprígio Gonzaga. Para esse educador:

(...) A escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a mulher solteira'. A missão principal da mulher é de ser: “mãe de família, esposa, quando necessário for, trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações”. (BONATO, mimeo, p. 03).

A Associação passaria a ser uma Fundação proprietária do patrimônio e ao Governo do Estado de São Paulo, caberia: *“o uso e gozo delle e dos bens da Associação com o encargo de fazer funcionar as oficinas e aulas, cumprindo-se assim a vontade do grande conterrâneo Bento Quirino”*. A manutenção da propriedade do prédio e maquinários, deu condições para que a Fundação participasse ativamente das atividades da escola, definindo e apoiando novos investimentos, bem como a instalação de novos cursos.

Nesse sentido é preciso lembrar, como afirmou Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do Nascimento, que:

apesar da clareza com que os novos donos do poder (republicanos) viam os benefícios que os resultados da educação popular podiam proporcionar ao país e aos seus cidadãos em particular, o que se pode observar é que, na maioria esmagadora dos casos, a criação de uma escola dependia de interferências políticas intensas e inúmeras solicitações.” (NASCIMENTO, 1999, p. 58)

e para isso, os compromissos políticos dos membros da associação dentro da lógica da Política do Café com Leite serviram. Além disso, vinculados a uma realidade urbana de crescente industrialização estes políticos proporcionaram à cidade de Campinas a manutenção da escola pelo governo do Estado, assim como a abertura dos novos cursos da secção feminina: Corte e Costura e Flores e Bordados, mão de obra esta que seria absorvida pelas novas indústrias têxteis que já existiam e as que estavam se instalando.

2.3 – A Cidade faz a Escola que Refaz a Cidade.

A escolha e a criação dos cursos no Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos, ao contrário das escolas profissionalizantes que o precederam em Campinas segue uma lógica diferenciada. Enquanto na Escola do Povo e no Liceu se estabeleciam cursos para abrigar os órfãos e desvalidos da fortuna com um caráter altamente assistencialista, o Instituto foi criado com o objetivo de qualificar mão de obra para a nascente indústria campineira e paulista, financiado por uma parcela da elite campineira que entende que “*republicanizar a república*” é tratar o conhecimento como ciência e, portanto, algo dissociado da religião¹⁵. Este processo não foi uma característica específica de Campinas, mas um processo recorrente no início da industrialização brasileira, como bem relatou Celso S. da Fonseca:

Naquela época, estavam em voga as sociedades particulares que se propunham a incrementar a indústria e a instrução profissional. Os governos, quando olhavam para o ensino de ofícios, o faziam com olhos de assistência a menores abandonados, ou órfãos. Não haviam, ainda compreendido ser aquela tarefa uma condição essencial de progresso, nem a encaravam como de obrigação governamental. (FONSECA, 1962 pág.316).

Nesse contexto, a própria equipe encarregada da criação se preocupou em tentar comprar os maquinários na Europa para se seguir os padrões das empresas que se instalavam no Brasil. Os cursos oferecidos eram aqueles ligados às propostas de trabalho que aqui existiam, a saber: marcenaria e mecânica que eram as duas atividades industriais na qual a cidade se destacava naquele momento. A marcenaria pois grande parte das composições ferroviárias tinham estrutura em ferro, mas carros e vagões eram em madeira, além dos mobiliários. Mecânica tendo em vista a existência das diversas fundições (Mac Hardy, Lidgerwood, Pedro Andersen, Correa de Lemos,

¹⁵Ana Maria Mello Negrão aponta que na primeira década do século XX o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora perderia o apoio de uma série de beneméritos em virtude desta mudança de postura. Para maiores informações ver Negrão, Ana Maria Melo, “Educar para a Cidadania Através de Valores Católicos: O Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora” in Nascimento, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et. Al.] - Memórias da Educação Campinas (1850-1960) – Campinas, Editora da UNICAMP, Centro de Memória da Educação, 1999 – Coleção Campiniana, nº 20, página 205.

entre outras), construção e instalação dos bondes, a instalação da rede elétrica, o que demandava muito trabalho das fundições para produzir os postes.

Assim, o diretor José Minervino vai definir o sonho do patrono fundador do Instituto e dos membros da Associação Instituto Profissional Bento Quirino no Relatório dos Trabalhos de 1933, apresentado ao Secretário da Educação e da Saúde Pública:

Sonhou com uma multidão de meninos moços risonhos, com rostos enegrecidos pelo pó do carvão e as vestes protegidas pelo macacão zuarte, a se preparar, não para o manejo da pena, mas sim para o manejo das ferramentas de trabalho das oficinas, para as lides futuras da vida prática. Dele sairia o operário do futuro, alicerce das indústrias, riqueza da nossa pátria. (Relatório dos Trabalhos de 1933, 1934, p.29)

No relato do diretor é explícita a ideia de que não caberia aos alunos do instituto o manejo da pena, ou seja, a atividade intelectual, mas apenas o manejo das ferramentas de trabalho alicerce da riqueza da nação.

Em 1927, quando a escola foi incorporada ao Governo do Estado de São Paulo, criou-se a secção feminina e nesta ofereceram-se os seguintes cursos: corte e costura e flores e bordados logo após a cidade ter recebido a instalação das seguintes fábricas: Tecidos Elásticos Godoy Valbert (1921); Chapéus Cury (1926); Seda N. Sra. Auxiliadora (1926). Assim descreveu esse processo, o conselheiro da fundação e jornalista Leopoldo Amaral:

A nova diretoria, após cogitar sobre o melhor meio de impulsionar o movimento bemfazejo, resolveu por iniciativa do respectivo presidente, Dr. Antonio Álvares Lobo, dirigir as suas vistas para o Governo do Estado, e conseguiu, deste, valioso auxílio nessa remodelação eficaz, ampliando-se ao sexo feminino o benefício do ensino daquela casa, onde se lecionam trabalhos manuais como o sejam o de costuras, bordados, chapéus para senhoras e outros. (AMARAL, 1927., página 503)

A partir da análise das duas falas, percebe-se que há dicotomia – presente até hoje no imaginário e em muitos projetos políticos – entre uma educação voltada para o trabalho e uma educação voltada para as elites dirigentes. No caso dos cursos femininos, ainda se percebe que a principal atribuição da mulher seria ser mãe e, se

necessário, trabalhadora ao lado do homem. Esta situação tornará mais facilmente compreensível a próxima mudança na escola.

No mesmo período há um processo de expansão da malha urbana da cidade através da incorporação de novas áreas que haviam sido loteadas na década de 1920-30 (CARPINTERO, 1996 e BADARÓ, 1996), fazendo com que a escola passe a oferecer os cursos de Desenho de Construção Civil e Arquitetura(1933) qualificando profissionais que se tornarão os responsáveis por muitas das novas construções da cidade.

Embora os autores em questão apontem que após 1930 não haverá o surgimento de novos loteamentos, em virtude dos trabalhos da comissão de melhoramentos urbanos, ocorrerá neste mesmo período a construção de prédios e moradias populares como as vilas operárias, os conjuntos do IAPI, etc. Nessas construções podemos observar a progressiva substituição nas fachadas, dos elementos decorativos em arcos plenos e curvas caprichosas por outros de linhas retas ou, quando muito, em curvas regulares. É a produção da arquitetura industrial que se deixa dominar pela funcionalidade e racionalidade capitalista em detrimento da preocupação estética. O imóvel não é mais uma moradia ou local de trabalho, é, antes de tudo, uma mercadoria produzida pela indústria imobiliária que demanda mão de obra oferecida e qualificada pelas escolas.

O evento que a história oficial nomeou como Revolução Constitucionalista de 1932, além de ceifar a vida de dois alunos da escola, também produzirá alterações na mesma¹⁶. O prédio da escola foi adaptado para receber a enfermaria dos soldados constitucionalistas que, após o término do levante, será transformado no Dispensário de Puericultura. Neste, além das crianças terem acompanhamento médico realizado pelo Dr. Boldrini, as alunas também passariam a ser preparadas para serem mães. Os concursos de robustez infantil tornaram-se eventos na cidade que até hoje marcam a memória dos ex-participantes. (ver Dispensário de Puericultura - Coletâneas de Notícias - 1933 a 1946).

¹⁶Placa em homenagem aos alunos Fausto Feijó e Francisco Duprat Coelho que perderam suas vidas em defesa da constituição, Centro de Memória da E.T.E. Bento Quirino.

O Boletim comemorativo aos 20 anos do Dispensário, estabelecendo um histórico desses anos, assim apresenta os objetivos de sua criação:

(...) foi oficialmente inaugurado o Dispensário de Puericultura, com a finalidade essencialmente educativa de ministrar noções de puericultura prática às alunas da 4ª série daquela tradicional casa de ensino, preparando-as para a nobilitante missão de mães e donas de casa. Simultaneamente ao ensino de puericultura, outros dois objetivos igualmente significativos foram visados: a assistência gratuita à primeira infância e a educação sanitária das mães desejosas de consolidar seus conhecimentos ." (p.1)

Observa-se que a iniciativa da criação do dispensário tinha como prioridade sua função educativa, mas novamente é explícita a ideia de que a educação feminina serve para formar mães e donas de casa. Mais do que isso, o Dispensário vai atender a uma demanda da cidade tendo em vista suas altas taxas de mortalidade infantil. Para tanto, ele tem uma linha de atuação marcada pela matrícula de crianças que eram atendidas regularmente e também por crianças e mães que esporadicamente o procuravam. Prossegue o referido boletim apresentando a metodologia do Dispensário para atingir seus objetivos em relação às alunas da Escola Industrial Mista Bento Quirino:

As alumnas da 4ª série, que realizam estudos teóricos de puericultura, recebem, organizadas em turmas, as aulas práticas no Dispensário. No consultório médico, ouvem os salutareos conselhos do clínico a mãe, aprendendo a importância da higiene bem orientada. No fichário, sob controle da educadora sanitária, observam o sistema de pesagem (sic), mediação antropométrica e fichamento com penetrando-se do valor dessas medidas no bom desenvolvimento das crianças. No lactário exercitam-se no preparo dos leites e mingaus a serem distribuídos, adquirindo conhecimentos relativos a alimentação adequada e racional. (p.1)

Se, para as alunas, a metodologia proposta em 1953 era esta. No momento da inauguração do Dispensário é preciso lembrar que as alunas atendidas eram as da 3ª série. Além disso, o dispensário organizava cursos, estruturados em palestras com médicos renomados da cidade e do Estado, para as mães que se interessassem. Comentando os serviços prestados pelo Dispensário em artigo intitulado "O Ensino Profissional em São Paulo – A Escola Bento Quirino de Campinas", o jornal Diário Popular, de 22 de janeiro de 1934, aponta:

O professor José Minervino cogita agora de criar no estabelecimento um curso Ferroviário, a exemplo do que fez Basilides de Godoy na Escola Profissional de Sorocaba, com ótimos resultados.

Esse curso impõe-se, pois Campinas, como se sabe, é um dos maiores centros ferroviários do Estado.

José Minervino, em seu relatório sobre os trabalhos prestados pela escola em 1933, já havia destacado que diversos alunos da escola haviam alcançado posições de destaque trabalhando nas oficinas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação.

Na fala do jornalista, o curso impõe-se pelo próprio desenvolvimento da cidade. O processo de urbanização, o desenvolvimento das indústrias e da construção civil, o crescimento do comércio interno geram como consequência a necessidade de locomoção de produtos e pessoas e, antes que a indústria rodoviária viesse a ocupar o lugar das ferrovias, a referida companhia em parceria com a Escola Profissional Mixta Bento Quirino criou o curso de Ferroviário em 1935. (MORAES, s.d. página 122; e MORAES, 2002, páginas 94 e 107).

Assim pode-se concluir que a cidade criou a escola, mas a escola formará profissionais e cidadãos que redefiniriam a cidade em seu traçado urbano e em seu desenvolvimento econômico, social e político. Os alunos egressos da escola com seu trabalho auxiliaram o desenvolvimento da indústria nascente e a criação de um setor de serviços que fez com que a cidade de Campinas de grande produtora de café passasse a ser também uma cidade industrial. No campo político, em 1932, durante a chamada Revolução Constitucionalista, a cidade mobilizou seus homens e foi uma das últimas cidades a se render para as tropas de Getúlio Vargas. Em termos sociais, o dispensário prestou atendimento às crianças do município contribuindo para a redução da mortalidade infantil. Ainda estão relatadas nas atas da Associação e registradas em imagens, diversas realizações ou produtos da escola que estão inseridos no desenvolvimento da cidade e do estado de São Paulo, como destaque citamos a criação do Dispensário de Puericultura, as instalações das Lojas Americanas em Campinas, a Locomotiva produzida nas oficinas da Mogiana, o parquinho instalado na Praça da República na cidade de São Paulo e os fornos da escola profissional de Botucatu.

3 – O Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos

Esta parte do trabalho analisa a organização interna da escola profissional Bento Quirino, inicialmente, a composição do seu corpo discente e sua relação com o desenvolvimento social da cidade de Campinas. Procura captar e tornar evidente como o desenvolvimento industrial colocou o problema das políticas para a educação profissional no Brasil e, mais especificamente, em Campinas, evidenciando a precariedade das iniciativas do Estado e as iniciativas da sociedade civil campineira para atender a essa demanda. Procura ainda, entender a criação da escola profissional Bento Quirino em uma conjuntura de acirramento das lutas de classes e como parte da resposta das classes dominantes às iniciativas dos trabalhadores organizados em torno dos ideários anarquistas e socialistas para construção de uma educação profissional que os levasse a se preparar para o controle do processo de trabalho. Mais do que isso, demonstra que a construção da escola não é resultado da simples benemerência das classes dominantes, é, antes de tudo, atender a uma reivindicação das classes trabalhadoras organizadas, ao mesmo tempo, que uma estratégia para conseguir a sua acomodação à lógica do capital. Conclui ainda que embora no discurso a escola atendesse aos desvalidos da fortuna, na prática são filhos de trabalhadores qualificados que estão matriculados na escola.

Além disso, recupera a organização interna da escola em dois sentidos: no que diz respeito ao quadro de funcionários, padrões de vencimentos e hierarquia entre as diversas categorias envolvidas no funcionamento da escola e no que diz respeito ao organograma dos cursos oferecidos. Observa-se que a incorporação da escola pelo governo do Estado de São Paulo ampliou a oferta de vagas, assim como criou a seção feminina. Por fim, reconstrói o papel da Associação Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos junto à direção escolar, após a incorporação da escola pelo governo, demonstrando a influência que a mesma consegue manter através da instituição de prêmios para os alunos, bem como através da troca de favores com a direção escolar.

3.1 – Dos desfavorecidos da fortuna ao aluno da escola industrial mista Bento Quirino

Como já apontado em momentos anteriores deste trabalho, a educação profissionalizante durante todo o século XIX e mesmo início do XX foi pensada pelas classes dominantes como opção para os sem opções. Na retórica dos políticos e nos projetos de lei a escola profissionalizante surgia como benemerência de alguns, assistência social aos órfãos e desvalidos da fortuna para outros. Com a república, essa situação começa a se modificar e a educação passa a ser percebida como instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico, social e político do país.

O decreto 7.566, datado de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República as escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário gratuito, traz em sua justificativa, as seguintes palavras:

Considerando:
que o aumento constante da população das cidades exige que facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;
que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação”(DECRETO n. 7.566, 23 de setembro de 1909).

Sem entrar no debate a respeito da aplicação ou não deste decreto, observa-se que no início da república, com a perspectiva de ordem e progresso, que se instalou algo de novo começa a surgir no ideário educacional. Em primeiro lugar, há a constatação do aumento da população das cidades e, embora não explícita no texto do decreto, há a ciência por parte do governo de que não há oferta de vagas nas escolas para todos. Além disso, há um processo de urbanização que se aprofunda e que levará as cidades a ganharem espaço, tanto no campo econômico quanto no campo político. No econômico, com o surgimento de um maior número de indústrias, fábricas, bancos e serviços, o café, embora ainda o principal produto de exportação do país, começa a

perder força e novas formas de investimentos articuladas com a vida nas cidades começam a se apresentar para os capitalistas brasileiros. Os capitalistas também passam a ver as cidades como instrumento para a reprodução do capital. No aspecto político, a concentração de operários e as organizações sindicais que surgiam sob inspiração anarquista, socialista e, depois, comunista eram vistas com temor pelas classes dominantes e era preciso afastar os operários dessas ideias estrangeiras.

Essa situação volta a se refletir de forma idêntica no texto do Presidente Nilo Peçanha, ao justificar três anos depois o referido decreto:

o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime.(1912)

Este ideário explica porque em sua justificativa o presidente se direciona, inicialmente, às classes proletárias para só depois se referir aos desfavorecidos da fortuna. Um novo componente do discurso é que agora surge a ideia de se formar o cidadão e não mais apenas dar assistência aos órfãos.

Assim se refere Miguel Couto, médico e presidente da Associação Brasileira de Educação, a respeito da educação:

(...) O analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e perpetua. (1925)

Para estes homens, membros da elite política dirigente, o problema das diferenças sociais e das condições de vida da classe trabalhadora não era produto da ordem social capitalista, mas sim da ausência da educação. Esta ausência, por sua vez, é o que levava a classe trabalhadora *“a indolência”* ou *“rebelião a toda idéia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça”*, ou seja, essa mensagem era dirigida contra o discurso de anarquistas e socialistas que denunciavam as mazelas do

capitalismo e a exploração dos trabalhadores pelos patrões. No projeto dessa elite, representante dos interesses das classes dominantes, a educação criaria as condições para que a ordem imperasse e o progresso se realizasse principalmente em uma sociedade que se industrializava e urbanizava, na qual os proletários começam a serem percebidos como uma possível ameaça.

Os proletários começavam a se organizar como classe e a lutar por direitos sob inspiração dos anarquistas e socialistas. Estas organizações eram percebidas pelas fracções da classe dominante como agente catalizador da ameaça, na medida que elas despertavam a sensibilidade dos trabalhadores para o grau de exploração a que estavam submetidos.

José Damiro de Moraes nos chama a atenção para as práticas anarquistas em relação à educação no período:

Tendo como objetivos aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, os anarquistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais. Assim, a ação dos anarquistas procurava contribuir para aumentar o conhecimento dos trabalhadores, alicerçada na idéia de que uma nova sociedade passava por uma nova educação. Desta forma, muitos trabalhadores foram alfabetizados "através das escolas de militantes, de oradores, fundadas nos sindicatos, as seções de leituras comentadas, os debates ideológicos, as conferências, as controvérsias, os círculos de estudos, os grupos teatrais" (RODRIGUES, 1972, p.43 apud MORAES,)

O mesmo autor prossegue destacando o papel importante que as escolas de militantes, as seções de leituras da imprensa operária e o teatro tiveram para desenvolver a sensibilidade dos trabalhadores para as condições de vida e de trabalho que enfrentavam. Essa sensibilidade estimulava uma identidade entre os trabalhadores contribuindo para o desenvolvimento de sua organização como classe. Esta situação se torna mais evidente no período da primeira grande guerra quando os lucros das indústrias cresciam e os salários dos trabalhadores não acompanhavam o aumento do custo de vida o que culminaria com a greve geral de 1917. A este respeito é esclarecedor a tabela abaixo na qual é explícita o descompasso entre crescimento industrial e os salários pagos aos trabalhadores.

CUSTO DE VIDA, SALÁRIOS E PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

ANO	CUSTO DE VIDA	SALÁRIOS	PRODUÇÃO INDUSTRIAL
1914	100	100	100
1915	108	100	118
1916	116	101	140
1917	128	107	197
1918	144	117	171
1919	148	123	209
1920	163	146	188

Fonte: Simonsen, R.C. *A Evolução Industrial do Brasil*, 1939.

Cristina Hebling Campos (1988) embora reconheça que o impacto da guerra não tenha sido igual para todos os setores industriais, aponta que as indústrias têxtil e metalúrgica tenham acelerado a produção enquanto a construção civil e aqueles dependentes das inversões públicas refluíram, observa algo em comum: os salários dos trabalhadores não aumentaram:

Mas mesmo onde estava ocorrendo aumento da produção, a expansão não acarretou em aumentos salariais, pelo contrário, eles estavam caindo e o desemprego caindo visivelmente. A pauperização dos trabalhadores era flagrante. Além de diminuídos os salários, os operários sofriam uma inflação que vinha subindo a cada ano, a carestia dos gêneros de primeira necessidade e uma crise de moradias” (CAMPOS, 1988, 39)

Frente a esta nova realidade, com cidades crescendo, indústrias surgindo para fornecer os produtos que antes eram importados, com inversão de capital procedente do café em uma expansão industrial que competia com o capital estrangeiro, CAMPOS aponta que surge a questão social como problema e para tanto destaca:

Ao lado da ação policial, dos regulamentos internos de fábricas e oficinas, das leis repressivas e de expulsão dos estrangeiros ocorreu uma investida por parte da burguesia, do Estado, da Igreja e outros setores da sociedade no sentido de esvaziar o movimento sindical e de ampliar e aperfeiçoar novas formas de controle. Várias estratégias, por vezes pontuais, contribuíram para em conjunto generalizar a ideologia da classe dominante. (CAMPOS, 1988, 20)

A autora prossegue apontando iniciativas do sindicalismo reformista custeado pelos patrões, pelas ações da igreja, pelo sentido do nacionalismo entre outros. A educação se apresenta como um campo em disputa no qual, menos para os

cafeicultores e mais para a burguesia urbana emergente é preciso incorporar a demanda popular pela educação transformadora em um ideal de educação universal, mas sob controle das classes dominantes representadas pelo estado republicano. Esta diferença entre a burguesia ligada ao campo e a burguesia urbana se torna mais compreensível porque no campo, os trabalhadores estão esparsos pelas fazendas cafeeiras e a ameaça de revolta, pelo menos no imaginário de fazendeiros que habitavam as cidades, era menor. Nas cidades, pelo contrário, a sensação de ameaça era mais próxima, a preocupação com a educação e qualidade de vida dos trabalhadores era maior. As epidemias que na maior parte das vezes eram atribuídas à ignorância e falta de hábitos higiênicos atingiam a todos, mesmo que os mais ricos possuíssem mais e melhores meios de acessar os serviços médicos. As greves representavam o caos e a desordem pública que colocava os privilégios desta burguesia urbana em risco.

As escolas criadas pelo Estado ou as escolas criadas pelas classes dirigentes foram instrumento para que a transformação de uma demanda popular pela educação transformadora em um ideal de educação universal ocorresse, mas nessa nova conjuntura a educação já não se voltava para os desvalidos da fortuna, mas sim para controlar uma parcela da classe trabalhadora que tinha como expectativa uma ascensão social. A realização dessa ascensão combateria o ideário anarquista e socialista “*provando*” que era possível ascender socialmente pela educação, tornando-se um cidadão da república e obtendo benefícios materiais dentro da ordem capitalista e que a educação era chave para o sucesso. Como destaca Hobsbawm em **A Era dos Impérios**:

A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores. (HOBSBAWN, 1988, 247)

O autor, ao realizar esta análise, esta se referindo à conjuntura europeia entre os anos de 1875 a 1914, na qual começa a surgir aquilo que o ideário burguês definirá “*classe média*”. Esta não se identificava com os trabalhadores manuais, ou seja, o

proletariado fabril, e com a urbanização começava a crescer em número: eram pequenos comerciantes, funcionários públicos, etc. que pleiteavam a educação como sinal idiossincrático.

No caso do estado de São Paulo, de urbanização e desenvolvimento industrial tardio, no final do século XIX, logo após a implantação da república, surge essa nova classe. Essa nova classe, embora não detentora do capital, também não se identifica como proletariado e também não se identificava ou era identificada como burguesia ou a aristocracia cafeeira. Para ela, a educação escolar contribuiu para que ela se diferenciasse do proletariado e mesmo rejeitasse as ideias anarquistas e socialistas, rotulando-as de exóticas ou estrangeiras. Foi um recurso ideológico para escamotear o conflito fundamental entre capital e trabalho e forjar novas identidades que impedissem a elaboração de uma consciência de classe proletária.

Acredito que a educação escolar nesse processo e na busca de construção da noção do *novo cidadão* em oposição ao *antigo súdito* teve um peso importante; em especial, a educação profissional, por isso as iniciativas do governo federal por meio do decreto 7.566, datado de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República as escolas de aprendizes artífices, e do governo do Estado de São Paulo que com as Leis 1.214 e 1.245 de 1910 e pelos Decretos 2.118-A e 2.118-B, de 28 de setembro de 1911 criam duas escolas profissionais em São Paulo, uma em Amparo e outra em Jacaréí.

Era a resposta do governo para combater a proposta anarquista de educação profissional que se caracterizava por uma proposta revolucionária na medida em que defendia:

o preparo do trabalhador para a conquista da riqueza social, a sua habilitação técnica para a posse das fábricas, dos campos e oficinas, o seu preparo revolucionário para a obra de expropriação da burguesia. "NÚCLEO de ação e cultura proletária. **A Plebe**, São Paulo, 29 de abr. 1933."

A criação das escolas profissionalizantes nessa conjuntura pode ser entendida como uma manifestação antecipada do que seria verbalizado pelo reformista governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, "*Façamos a revolução*

antes que o povo a faça", ou seja, era preciso se apropriar das reivindicações dos trabalhadores para enquadrá-las em esquemas pré-definidos e que não atentassem contra a ordem social capitalista instalada.

Em Campinas, por iniciativa da Liga Operária, foi fundada uma escola livre em 1908, defendendo que:

A escola não deve ser um lugar de tortura física ou moral para as crianças, mas um lugar de prazer e de recreio, onde elas se sintam bem, onde o ensino lhes seja oferecido como uma diversão, procurando aproveitar a sua natureza irrequieta e alegre, as suas faculdades e sentimentos falando mais ao olhar do que ao ouvido, dedicando-se mais à inteligência do que à memória, esforçando-se por desenvolver harmônica e integralmente os seus órgãos.

A experiência, a observação direta, a recreação instrutiva serão muito mais favorecidas pelo professor que compreende a sua missão, do que as longas e fatigantes preleções e as recitações fastidiosas e sem sentido (DOCUMENTO 1..., 1992, p.53-54).

Como para Campinas não houve uma iniciativa de ensino profissionalizante do governo federal ou do estadual, a cidade continuasse a se desenvolver e as indústrias a florescer, essas ideias, que também estavam presentes nas elites dirigentes do município, podem explicar a iniciativa de Bento Quirino e seus seguidores. Famosa pelas iniciativas para o desenvolvimento do país e "berço da república", com o legado testamentário e como manifestação da vontade de Bento Quirino, surge a Associação Instituto Profissional Bento Quirino dos Santos para formar os futuros trabalhadores artífices de acordo com os padrões de cidadania propostos pela república recém instalada.

A associação inspirada no ideário já citado, talvez até porque o decreto em seu artigo 16 estabelecia o que se segue:

"As escolas de aprendizes artífices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para este effeito no orçamento no Ministerio da Agricultura, Industria e Comércio."(DECRETO n. 7.566, 23 de setembro de 1909).

Ou seja, seguir o ideário do governo federal era manter abertas as portas para obter financiamentos para a associação. Os membros da Associação, como já visto

anteriormente, articulados politicamente, pensavam em usar os termos deste decreto para obter benefícios para a associação e buscar subvenções.

Devemos atentar ainda para o fato de que, em 1918, ano de início de funcionamento da Escola Profissional Masculina Bento Quirino, foi ministro da agricultura, embora por um pequeno período de tempo, o campineiro Antonio de Padua Salles. Essas ideias acabaram por se manifestar em práticas de seleção que se manifestaram na composição do corpo docente da escola que é objeto da presente dissertação.

3.1.1 – A escola profissional masculina Bento Quirino (1918-1926)

O Instituto Profissional Masculino Bento Quirino dos Santos iniciou suas aulas no dia primeiro de abril de 1918 oferecendo os cursos de marcenaria e mecânica. Como o próprio título demonstra, em seus anos iniciais, a escola atendeu unicamente à população masculina. A forma de acesso, segundo o regimento, era ser convidado pelos membros da diretoria da Associação Instituto Profissional Bento Quirino.

Poucos são os dados sobre o número total de alunos naquele primeiro momento na documentação presente nos arquivos da escola, mas em ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de julho de 1921, temos a seguinte referência em documento que propõe corte de gastos com o custeio da escola:

Os membros da Comissão encarregada da reorganização do Instituto Profissional Bento Quirino, tendo examinado com a devida atenção o projecto do orçamento da receita e despesa para 1921, elaborados pelo seu digno Diretor, o snr. engenheiro Bruno Magro, resolveram propôr as seguintes reduções na despesa, sem prejuizo para o regular funcionamento deste estabelecimento de ensino e nem do louvavel ideal do seu saudoso e benemerito testador: “Administração” – 1 servente – 1:200.000; - “Corpo docente” (quadro n.2) Professores do curso noturno – 3:600.000, contra mestres (2 a 225.000) – 5:400.000 – 9:000.000; - “Operários”(quadro n.3) - Professores do curso noturno, diz-se, 1 carpinteiro a 8_h – 2:400.000, 1 marceneiro a 7_h - 2:100.000 – 4:500.000; - **“Alumnos aprendizes” – 1 de \$800 – 240.000, 1 de \$700 – 210.000, 1 de \$600 – 180.000, 2 de \$500 – 300.000, 4 de \$400 – 480.000, 5 de \$300 – 450.000, 9 de \$200 – 540.000, 10 de \$100 – 300.000(Grifo nosso) – 2.700.000;** - “Luz” – 600.000; - “Material para o curso noturno” – 600.000; - “Jardineiro” – 540.000. Total 19:140.000. Campinas, 9 de maio de 1921. (a) Manoel da Rosa Martins, C. Stevenson, Orosimbo Maia, Antonio Alves da Costa Carvalho; com restricções, e Antonio Alvares Lobo(Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 20)

Da análise desta ata, conclui-se que existe a categoria de “*alumnos aprendizes*” que naquele momento totalizavam 33 alunos. Essa categoria corresponde aos alunos que recebiam uma remuneração da Associação para manter seus estudos ou como definia o código civil de 1916, a atividade de aluno-aprendiz constitui um misto de aprendizado e de prestação de serviços.

A priori, comparando-se o número de 33 alunos aprendizes com o número total de alunos matriculados na sessão masculina em 1927, que era de 98 – após a escola ter sido incorporada pelo governo do Estado de São Paulo e aumentado a oferta de vagas – considero a possibilidade de que todos os alunos recebessem uma

remuneração. Isto esclareceria a caracterização da Associação como instituição de assistência social.

Com relação aos professores do curso noturno, observa-se que são um carpinteiro e um marceneiro não demonstrando a existência das disciplinas de cultura geral, embora aulas dessas disciplinas existissem no período noturno por iniciativa do governo do Estado conforme registro existente no Livro de Atas da associação já mencionado. Entre 1923, ano de locação do prédio e das oficinas, até 1927, não há referência formal ao funcionamento da escola; há apenas uma proposta de que o arrendatário oferecesse aulas, mas que não se viabilizou.

Estes dados indicam que nesta fase inicial de funcionamento da escola, ela se organizou muito próximo daquilo que Luís Antonio Cunha define como uma oficina escola:

A oficina escola formava o operário no próprio trabalho para o mercado, de modo que um aprendiz ia dominando as tarefas do seu ofício a medida que auxiliava um operário na produção. Nesse modelo, a educação geral da alfabetização ao desenho geométrico era lhe ministrada apenas nas necessidades imediatas. (CUNHA, 2000, 119)

É preciso compreender que este modelo de funcionamento foi motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação após o término das obras e instalação das oficinas. Dificuldades essas que foram ampliadas em virtude das contingências produzidas pela primeira guerra mundial, pela crise da cafeicultura, pela epidemia de gripe espanhola e também pela efervescência política, demonstrando as profundas divisões no interior das camadas dominantes e que, no estado de São Paulo, culminaria com a chamada Revolução de 1924 durante a qual a capital do Estado foi transferida para Campinas.

Nesta etapa, a escola funciona de maneira precária, tornando-se explícita a contradição entre o discurso que a colocava como formadora do cidadão republicano e a prática efetiva. A escola caracterizou-se mais como uma forma de ampliação da oferta de mão de obra para uma industrialização nascente e em expansão do que uma instituição que preparasse para o cumprimento dos deveres cívicos.

3.1.2 – A escola profissional mista Bento Quirino (1927-1935)

Em 1927, com a incorporação da escola pelo governo do Estado de São Paulo, a mesma passará a receber matrículas de alunos de ambos os sexos. Segundo o relatório apresentado pelo diretor da escola profissional mista Bento Quirino em 1934, José Minervino, por ocasião da inauguração das novas oficinas de fundição, o número total de alunos matriculados no período compreendido entre 1927 e 1933, é assim apresentado:

Ano	Seção Masculina	Seção Feminina	Total
1927	98	236	334
1928	220	320	530
1929	232	268	500
1930	359	409	768
1931	305	390	695
1932	297	386	693 ¹⁷
1933	235	305	540

O primeiro dado que os números oferecem é que existe um crescimento inicial no número de alunos matriculados, mas a partir de 1930, esse número sofre uma redução. Essa redução está relacionada à crise econômica desencadeada pela quebra da bolsa de valores em Nova York e a crise política que se materializou nas chamadas revoluções de 1930 e constitucionalista de 1932 que contiveram, mesmo que momentaneamente, o crescimento econômico da cidade. Com relação aos alunos, analisando-se o livro de registro de matrículas do período destaca-se que eles são majoritariamente residentes em Campinas, mas observa-se a presença de alunos procedentes de outras cidades como Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vila Americana, Cosmópolis e Indaiatuba. Há filhos de pais das seguintes nacionalidades: italianos, portugueses, sírios, espanhóis, alemães, franceses e brasileiros, sendo que em torno de 30% dos alunos são filhos de imigrantes. Em relação à profissão dos pais, há as seguintes profissões mencionadas: lavrador, professor, dentista, ferroviário, militar, funcionário público, comerciante, tipógrafo, motorista, comerciário, inspetor técnico,

¹⁷ A soma dos alunos matriculados na seção masculina e feminina corresponde a 683 embora no relatório conste 693

entre outras. Só há a menção de doméstica em casos de alunos cujos pais eram falecidos; nos outros casos, a profissão ou nacionalidade da mãe não era mencionada. Esta situação era produzida pela falta de visibilidade feminina no espaço público. O homem era representado socialmente como chefe de família e as mulheres só existiam enquanto esposas e mães; porém, esse quadro começa a se alterar e a própria criação da seção feminina no interior da escola é manifestação de parte desse processo.

Elisiana Renata Probst, assim sintetiza uma opinião corrente sobre a inserção feminina no mercado de trabalho:

Isso começou de fato com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. (s.d.)

Embora considere complicada tal afirmação, tendo em vista que as mulheres já trabalhavam antes dos eventos citados acima, como o demonstra a própria polêmica em torno da motivação da criação do dia da Mulher que nos revela diversas greves femininas ocorridas pelo mundo antes da 1ª e 2ª Guerra Mundial, não podemos deixar de reconhecer que as guerras, em parceria com as lutas das feministas, contribuíram para modificar a percepção do trabalho feminino e sua inserção social.

Além disso, no capitalismo, quanto maior for a oferta de mão de obra, melhor será para os capitalistas maximizarem seus lucros e, assim, era preciso liberar a mulher para o trabalho, dignificando-o. Nesse sentido, a escola contribuirá, como já afirmamos, para a valorização do trabalho em uma sociedade recém egressa da escravidão, mas também conduzirá o processo de inserção da mulher neste mesmo mercado, definindo atribuições e profissões compatíveis, bem como não a deixando esquecer que seu principal papel social é o de mãe e esposa. Dessa forma, observa-se uma crescente demanda das mulheres pela educação e, secundariamente, pela educação profissional, mais especificamente, as mulheres procedentes da burguesia urbana iriam se formar

professoras ingressando na escola normal e se preparando para ser mães-educadoras, enquanto as mulheres procedentes desse grupo que não se identificava como proletário iriam para as escolas profissionais onde elas também receberiam além da educação profissional, noções de puericultura e hábitos higiênicos.

No caso do Instituto Profissional Bento Quirino, verifica-se que a abertura da escola para o sexo feminino fez com que o número de mulheres matriculadas superasse o número de homens já em seu primeiro ano como escola estadual. Nos anos de 1927 e 28, a composição do corpo discente da escola era de aproximadamente 41,5% masculino e 58,5% feminino. Sem dúvida, esse quadro demonstra em primeiro lugar, uma falta de oferta de vagas nas escolas para o sexo feminino em Campinas, em especial, escolas profissionalizantes. Em segundo lugar, é revelador do crescimento da aceitação da mulher como profissional, ou seja, começa a se institucionalizar a presença e visibilidade das mulheres no espaço público, mas é bom enfatizar, sempre priorizando o seu papel de mãe e esposa.

Raquel Discini de Campos, em trabalho sobre a condição feminina e sua representação pela imprensa, demonstra que no início do século XX se construía uma nova figura de mulher. A ideologia da mulher moderna – que se construía em oposição à mulher da sociedade patriarcal e senhorial – abrangia as qualidades associadas à boa educação, ao interesse pela profissão do marido e ao papel no engrandecimento da nação, como mãe, como educadora e também como trabalhadora, mas desde que autorizada pelo marido. Estes dados são reforçados com a criação do Dispensário de Puericultura em 1932 no qual as alunas serviriam à sociedade cuidando das crianças e simultaneamente se qualificariam para o trabalho e para a maternidade obtendo noções de higiene pessoal, aleitamento e alimentação, etc.

Assim, se a posição da mulher na vida social começa a ganhar destaque, é preciso educá-la para a vida em sociedade. Observa-se dos números acima que no período compreendido entre 1927 a 1933, a presença feminina na escola sempre foi superior a 50% dos alunos, oscilando entre 58,5% nos anos iniciais a 53,3% em 1930 quando constatamos o menor percentual de presença feminina. Além disso, a introdução da seção feminina na escola produziu alterações nas formas de uso do

espaço físico, pois a escola apesar de mista não permitia o contato ou que alunos de sexos diferentes compartilhassem espaços físicos e aulas.

Mas quem são essas meninas que estudaram na Bento Quirino?

Analisando-se o Livro de matrículas da escola, os dados apresentados são bem próximos dos dados já apresentados dos alunos. Observa-se a presença de alunas procedentes de outras cidades como Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vila Americana, Cosmópolis, Indaiatuba e acrescenta-se as cidades de Cordeiro, Jaguary e Rocinha, atuais Cordeirópolis, Jaguariúna e Vinhedo. Há filhos de pais das seguintes nacionalidades: italianos, portugueses, sírios, espanhóis, alemães, franceses e brasileiros, mas no caso da seção feminina, o percentual de filhos de imigrantes sobe para algo em torno de 50% das alunas. Em relação à profissão dos pais, há as seguintes profissões mencionadas: lavrador, ferroviário, militar, funcionário público, comerciante, motorista, entre outras. Novamente, só há a menção de doméstica em casos de alunas cujos pais eram falecidos, nos outros casos a profissão ou nacionalidade da mãe não era mencionada.

Os dados acima apresentados dos alunos e alunas permitiram perceber que a escola recebia alunos de cidades com as quais Campinas mantinha ligação ferroviária, principalmente, pelas vias da Companhia Paulista e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A diferença seria Indaiatuba cuja conexão com Campinas era realizada via Sorocabana¹⁸. Isso revela, em primeiro lugar, uma centralidade do transporte ferroviário no período em questão, mas também evidencia que os alunos procedentes destas cidades arcavam com um custo de deslocamento para estudar na Escola Profissional Bento Quirino.

Da análise das profissões apresentadas pelos pais, conclui-se que não há nenhum desempregado; mais do que isso, existem profissões com exigência de algum nível de qualificação e formação profissional, em especial, entre os pais dos alunos onde constam professores, dentistas, tipógrafo, inspetor técnico elétrico. Além disso, há uma grande presença de comerciantes enquanto há a menção a um único comerciário.

¹⁸ Aqui não faço menção a Valinhos e outros municípios que naquele momento eram distritos de Campinas, bem como não menciono Joaquim Egídio e Sousas que permanecem como distritos de Campinas, mas que dependiam de um deslocamento maior para chegar a escola, realizado através da ramal férreo campineiro.

Essa situação demonstra que os pais dos alunos, embora não possam ser considerados membros das classes dominantes, como cafeicultores, banqueiros, industriais, detinham determinado poder econômico e isto lhes garantia o exercício de alguns direitos.

Esta nova realidade, marcada:

1º – pelo predomínio de filhos de trabalhadores com alguma qualificação profissional, profissionais liberais e comerciantes no corpo docente;

2º – com a ampliação das disciplinas ofertadas, que passam a incluir disciplinas da cultura geral, e;

3º – o fim da figura do aluno aprendiz, pois agora a Associação Instituto Profissional Bento Quirino passa a conceder prêmios aos melhores alunos apontados pelos membros do corpo docente.

nos permite identificar uma alteração na proposta que de oficina-escola agora se tornara uma escola oficina.

Assim Luís Antonio Cunha define a escola oficina:

... na escola oficina, os conhecimentos científicos, senão ao todo ao menos em parte do ensino primário, assim como conhecimentos e práticas da arte, sobressai no currículo, sem contudo, descartar-se a prática da oficina. (CUNHA, 2000, 1119)

Outro dado interessante é que na documentação oficial da escola, ou seja, livros de matrículas, registro de notas, etc., analisada não há nenhuma menção às referências étnicas e raciais. Há um silenciamento das questões raciais e étnicas como se essas tivessem sido resolvidas como a abolição da instituição escravista. As referências à presença dos negros na escola só puderam ser obtidas quando analisamos as fontes iconográficas produzidas pela direção escolar e armazenadas no Centro de Memórias Orleide Alves Ferreira que funciona no interior da ETEc Bento Quirino.

A partir de 1927, houve uma preocupação sistemática por parte da direção escolar em se produzir registros fotográficos do cotidiano. É obvio que ao analisar esta documentação, foi levada em consideração a intencionalidade do responsável pela

produção deste registro e também de que era uma determinada imagem da escola que pretendia construir e preservar.

Neste trecho é necessário explicitar o que entendemos como negro ao analisar essas imagens, pois esse é um conceito muito discutido, porém pouco esclarecido. Para alguns, ser negro é aquele que se percebe como tal, bem como é identificado pelos outros dessa forma; para outros, são aqueles que possuem uma ascendência africana ou afro-descendente. Afinal o que é ser negro no Brasil no início do século XX ao se trabalhar com imagens? Partindo do princípio que os conceitos anteriores não são aplicáveis à análise das fotografias com as quais trabalhamos, pois não há como identificar ascendência dos fotografados, bem como não é possível averiguar como cada um dos retratados se representavam. Sendo assim, utilizamos como critério elementos visíveis que aproximassem os retratados aos descendentes da África subsaariana, ou seja, traços físicos perceptíveis nas imagens que os aproximassem daquilo que os antropólogos chamariam de negróides.

Partindo desse conceito, percebe-se a presença de alunos e alunas negras, porém eles são em pequeno número, principalmente na seção feminina, e diminuem conforme se avança na seriação escolar, revelando que conforme o passar dos anos vai se excluindo ainda mais essa parcela da população. Essa situação corrobora os dados de nacionalidades, tendo em vista que entre os pais de alunas há um número maior de imigrantes enquanto na seção masculina exista um número maior de pais brasileiros e nesse grupo estariam inseridos os poucos alunos negros. Adicione-se a isso, apesar de não estarmos preocupados com uma análise técnica da imagem, que a presença negra embora registrada, nunca se manifesta em primeiro plano ou parte central das imagens. Avalio que o objetivo era demonstrar a presença de alunos negros, mas não identificar a escola como sendo escola para negros. Além disso, não havia nenhum negro como membro do corpo docente.

Considerando todo o exposto acima: ou seja, a profissão dos pais dos alunos, a sua ascendência, a pequena participação negra na escola como corpo discente e sua ausência como corpo docente, conclui-se que o discurso de que as escolas profissionalizantes ou técnicas no período teriam como público alvo “os *desvalidos da*

fortuna” não se sustenta. Situação semelhante foi observada por Nosela & Buffa a respeito da escola profissional de São Carlos:

Em síntese, os alunos e alunas da escola profissionalizante industrial não eram propriamente pobres e desvalidos. Como vimos, eram filhos de trabalhadores manuais, em sua maioria. Havia alguns (poucos) alunos filhos de profissionais liberais e de proprietários. (1999, p.99)

A diferença é que em São Carlos há a predominância de filhos de trabalhadores manuais enquanto na Bento Quirino há uma diversidade, porém com presença marcante de funcionários públicos, comerciantes e militares. Embora presente no discurso dos membros da Associação Instituto Profissional Bento Quirino, os desvalidos da fortuna estariam longe de acessar os bancos escolares daquela escola, pois não há citação a filhos de trabalhadores desempregados ou órfãos de pai e mãe como no caso da escola do povo criada por Ferreira Penteado ou o Liceu Salesiano que contou com o apoio do Barão Geraldo de Resende e que já foram aqui mencionadas.

Além disso, ao considerar os índices de analfabetismo no Brasil no período que ora estudamos, acredito que os mesmos demonstrem que os desvalidos da fortuna estariam longe de acessar os bancos escolares.

Tabela 1: Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais segundo os censos demográficos – Brasil (1920-2000)

Ano	Numero de analfabetos (em milhões)	% sobre o total da população
1920	11,4	64,9
1940	13, 2	55,9
1960	15,9	39,6
1980	18,7	25,5
2000	16,2	13,6

Fonte: Ferraro, 2003 apud Ribeiro s.d.

No período compreendido entre 1920 e 1940, o índice de analfabetismo caiu de 64,9% para 55,9% o que demonstra uma preocupação em se elevar a escolaridade e alfabetização da população, bem como de práticas concretas para reduzir o número de

analfabetos. Para melhor compreensão desse quadro, é preciso considerar que alfabetização e escolarização não são palavras sinônimas.

Hoje em dia, quando se disseminou o conceito de analfabeto funcional, é possível ou provável que a escolarização não resolva o problema do analfabetismo sendo que existam analfabetos escolarizados; porém, no período que é nosso objeto, a relação é inversa, pois, provavelmente, havia mais alfabetizados do que escolarizados, tendo em vista a existência de diversas formas de alfabetização que prescindiam da educação escolar: tais como preceptores, tutores, ordens religiosas, entidades sindicais. Sendo assim, é improvável que os desvalidos da fortuna estivessem inseridos entre os poucos alfabetizados que totalizavam 35,1% em 1920 e 44,1% em 1940 e se nem alfabetizados os desvalidos eram, muito menos teriam tido acesso às escolas.

No caso da Bento Quirino, é notório nos livros de registros de matrículas que os, alunos eram descendentes de uma parcela da população que se urbanizou e por isso pretendia se distinguir dos trabalhadores rurais que, embora economicamente importantes, eram representados como atrasados como nos revela a figura do Jeca Tatu construída por Monteiro Lobato. Além disso, eles também pretendiam se diferenciar de uma massa de desempregados ou subempregados que vivia nos cortiços da cidade, como Aloísio Azevedo representou na obra **O Cortiço**.

3.2 – A organização da escola profissional mista Bento Quirino

A lei 2228, de 20 de Dezembro de 1927, que cria uma escola profissional mista com o nome de Bento Quirino em Campinas, em seu parágrafo único, do artigo primeiro, estabelece:

“§ O pessoal da Escola será o seguinte:
um director
uma inspectora de almoxarife;
um guarda livros;
um professor de portuguez;
uma professora de portuguez;
um professor de arithmética e geometria;
uma professora de arithmética;
um mestre de desenho profissional;
uma mestre de desenho profissional;
uma mestra de costuras;
uma ajudante de costura;
uma ajudante de roupas brancas;
uma mestra de bordados;
uma ajudante de bordados;
uma ajudante de bordados a machina ;
uma mestra de flores e chapéus
uma ajudante de flores e chapéus
uma mestra de economia domestica;
uma ajudante de economia domestica;
um mestre de mecanica ;
um mestre de ferraria;
um mestre de fundição;
um mestre de marcenaria;
um mestre de entalhacao ;
um ajudante de marcenaria;
um porteiro;
seis serventes.”(Diário Oficial do Estado de São Paulo, 24 de dezembro de 1927)

Analisando a composição desse quadro funcional, algumas preocupações e práticas governamentais se tornam evidentes. Em primeiro lugar, observamos que para as “*Aulas Geraes*”: as disciplinas de português e aritmética seriam contempladas com a contratação de um professor com formação específica enquanto as disciplinas de história e geografia nem são mencionadas. Outro detalhe é que a composição do corpo docente era caracterizada pela divisão sexual: na seção feminina, professoras

enquanto na seção masculina, professores, mas a chefia cabia a um diretor do sexo masculino.

A tabela de padrão de vencimentos, publicada em anexo no mesmo Diário Oficial, também traz dados interessantes: o primeiro deles diz respeito às diferenças salariais. O maior salário é o do diretor do estabelecimento que corresponde a 12:000\$000 (Doze contos de réis) que, no caso da Bento Quirino, ainda foi isentado do pagamento do aluguel para morar na casa do diretor que a Associação Instituto Profissional Bento Quirino possuía, o que corresponde a um acréscimo de salário indireto. O segundo maior salário era o pago à inspetora-Almoxarife e ao mestre de mecânica que individualmente recebiam 7:200\$000 (sete contos e duzentos mil réis). Fica evidente que o salário do mestre de mecânica era o maior de todos os salários de mestres, tendo em vista que os salários de um mestre de marcenaria, fundição, ferraria e entalhamento correspondia a 6:000\$000 (seis contos de réis). Já, as mestras em desenho, costura, bordados, flores e chapéus e economia doméstica receberiam 5:760\$000 (cinco contos, setecentos e sessenta mil réis) cada uma delas. O mesmo valor é o salário recebido por um professor, ou seja, identifica-se que os salários pagos aos mestres da seção feminina e aos professores eram menores que os salários pagos aos mestres da seção masculina. Os ajudantes por sua vez, independentemente de sua lotação, marcenaria (seção masculina), economia doméstica, flores e chapéus, bordados, bordados a máquina, roupas brancas ou costuras (seção feminina) receberiam cada um o valor de 4:260\$000 (quatro contos, duzentos e sessenta mil réis). Nessa situação, constata-se que não há distinção entre a remuneração de homens e mulheres.

O segundo dado interessante é que no caso dos professores e das professoras também não há diferença no padrão de vencimento entre os sexos. Esse é um dado de realidade que me leva a questionar uma generalização: a generalização de que os salários pagos às mulheres eram menores, pois, segundo os valores daquela sociedade, não cabia a elas a responsabilidade pela manutenção da casa. No caso dos professores, caberia a eles essa responsabilidade e nem por isso eles tinham vencimentos maiores. Talvez a explicação para isso, é que naquele momento já se

Puericultura. À diretoria cabia dirigir a escola, representá-la junto a outras instâncias governamentais ou da sociedade, zelar pela conservação do patrimônio, bem como pelo bom andamento das aulas. À secretaria cabia manter a escrituração da escola, como registro de notas, matrículas, arquivos, etc., já à inspetoria cabia acompanhar o fluxo de materiais, bem como adquirir os materiais necessários ao bom andamento das aulas.

O dispensário criado em 1933, como já relatado, tinha como objetivo primeiro ensinar as alunas da seção feminina a zelarem pela saúde, higiene e alimentação das crianças, mas também prestava atendimento às crianças e mães da cidade de Campinas. Dessa forma, esperava-se, no interior da escola, formar as futuras mães e esposas para zelarem pela saúde do marido e filhos, bem como contribuir para o futuro da nação através do cuidado com os seus filhos. No seu exterior, pretendia-se através do dispensário transmitir valores e conhecimentos para as mães e crianças atendidas. Para as classes dirigentes daquela sociedade, embora houvesse projetos alternativos de vida para a mulher como o materializado nas propostas anarquistas, não se colocava para a mesma a possibilidade de seguir caminho diferente que não fosse o casamento com obediência ao marido e à maternidade. Segundo Moraes (2002),

à medida que o discurso racionalizador invade o espaço social, propondo-se a domesticar a classe operária, surge uma nova concepção do papel a ser desempenhado pela mulher trabalhadora: o de esposa e mãe” (p. 188).

No organograma da Escola Industrial “Bento Quirino” abaixo da secretaria, da inspetoria e da Assistência à Primeira Infância, vem a estrutura organizacional dos cursos oferecidos, a saber: vocacional, secundário, industrial e a escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial. Em 1933, o Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto n. 5.884, de 21 de abril), reconhece o curso profissional como ensino secundário, com três anos e precedido do curso Vocacional, de um ano, porém permanece a separação, inclusive física, entre a seção masculina e a seção feminina. Essa estruturação das escolas profissionais foi dada pelo Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933:

...o Código determina que as escolas profissionais sejam equiparadas às acadêmicas, recebendo a denominação de Escolas Profissionais Secundárias, são instalados os cursos vocacionais, uma espécie de estágio preliminar de um ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias,...(MORAES, 2002,196)

Ainda segundo Moraes, essa inovação pretendia atender a uma antiga reivindicação do magistério profissional ao instituir a sua carreira, mas acredito que também, procura valorizar a educação profissional ao equipará-la às escolas acadêmicas mais valorizadas por atenderem estudantes membros da burguesia.

Nadai entende que essa reforma também é resultado da acelerada urbanização e industrialização que aumentaram a demanda popular pela educação, bem como pretende torná-la mais prática e menos teórica. A este respeito afirma:

(...) aceleradas urbanização e industrialização minaram as bases do ensino secundário elitista e propedêutico e atuaram no sentido de sua generalização, enquanto inspiração, para amplos setores das camadas médias urbanas e populares, insistindo as críticas em sua inutilidade e inoperância” (NADAI, 1993, p. 155).

No caso do nosso objeto de estudo, na modalidade vocacional, observa-se que a seção masculina oferecia os cursos de Mecânica e Marcenaria e a seção feminina os cursos de Costura e Rendas e Flores e Bordados. Além das disciplinas profissionalizantes, ainda havia um grupo de aulas comuns para homens e mulheres, mas que eram ministradas separadamente por gênero, que eram as “*Aulas Geraes*” compostas pelas seguintes disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia e Desenho. Nesta etapa do processo de formação do educando pretendia-se averiguar as habilidades e talentos dos alunos para melhor dirigi-los no secundário.

No curso secundário, eram oferecidos os seguintes cursos na seção masculina: Tornearia, Entalhe e Serraria artística como desdobramento do curso vocacional de Marcenaria; aos alunos que haviam realizado o vocacional de Mecânica, havia a possibilidade de cursar Fundição, Ferraria e Calderaria, Ajustagem e Serralheria, Torneagem e frezagem. As “*aulas geraes*”, nesse nível, passam a ter grade

diferenciada entre a seção feminina e a masculina, mas é comum no interior da seção. No caso da seção em análise, estas aulas eram: Português e Tecnologia, Matemática, História e Geografia, Desenho Profissional e Plantas e Orçamentos. Na seção feminina eram oferecidos os seguintes cursos: Confecções e Corte, Roupas Brancas, Rendas e Bordados, Flores e Artes Aplicadas. As “aulas geraes” eram: Português, História, Geografia, Matemática, Desenho, Economia Doméstica e Puericultura.

A escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial oferecia cursos rápidos de profissionalização que eram realizados, em sua maioria, por alunos adultos já alfabetizados. Os referidos cursos eram distribuídos entre a seção masculina que oferecia os cursos de Desenho Profissional, Arquitetura, Mecânica e Marcenaria e a feminina tinha os cursos de Confecções e Corte, Roupas Brancas e Bordados, Flores e Chapéus e Artes Aplicadas.

Com relação ao número de matrículas realizadas em cada uma das seções, a ata da assembléia do dia 26 de julho de 1931, ao transcrever trechos do relatório apresentado pelo diretor decompõe os números já apresentados neste trabalho. Sobre o número de alunos matriculados referindo-se ao ano de 1930, a ata traz o seguinte dado:

“A matricula em 1930 foi de 768 alunos sendo de 299 para a seção masculina e 247 para a feminina e de 222 para o curso de aperfeiçoamento...”
(Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 61)

Inicialmente observa-se que do número total de matriculados, 29,8% vinculavam-se à escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial. Ainda comparando estes números com os números apresentados no relatório de 1934 sobre o ano de 1933, no qual se afirma que o número de alunos matriculados em 1930 era de 768. Estes eram divididos entre 359 alunos na seção masculina e 409 alunas na seção feminina, conclui-se que 60 eram os alunos da escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial e que 162 eram as alunas, ou seja, há uma presença significativa de alunas estudando no período noturno. Infelizmente tais dados não estão disponíveis em relação aos outros anos, porém podem revelar a necessidade de formação rápida

para os cursos oferecidos pela escola noturna de aperfeiçoamento e aprendizado industrial e que estes se dirigiam às mulheres que necessitavam complementar a renda de seus maridos, mesmo que trabalhando em casa.

Essa situação em parte pode ser compreendida à luz da grande depressão provocada pela quebra da bolsa de valores em 1929 que minimizou a capacidade exportadora dos países industrializados reforçando a necessidade da produção em território nacional. A este respeito, Felipe Pereira Loureiro (2007, p.56), analisando o desenvolvimento da indústria têxtil paulista salienta:

Até o final dos anos 20, percebe-se que o desenvolvimento da indústria doméstica resumiu-se, em grande parte, à instalação de fábricas produtoras de bens de consumo não-duráveis (tecidos, alimentos, sapatos, chapéus, fumo, moagem de cereais, etc.). Foi apenas na década de 1920 que se verificou uma leve diversificação industrial interna, em razão do crescimento de ramos fabris do Departamento I. A partir de 1929, essa tendência foi acentuada. Observou-se, desde então, crescimento mais significativo dos ramos ditos pesados em detrimento dos chamados leves.

Além disso, a depressão econômica provocou que o Estado brasileiro assumisse um protagonismo na condução da economia e que em Campinas se manifestou na elaboração e início da execução do plano de melhoramentos urbanos pela prefeitura municipal. A cidade ainda se beneficiou da abertura de diversas estradas como Campinas - Jundiaí, Campinas – Ribeirão Preto, etc. Essa conjuntura aumentou em muito a demanda por mão de obra nas áreas de desenho e arquitetura, mas não houve correspondente ganho salarial, o que tornava necessário que as mulheres trabalhassem. Em alguns casos, a indústria têxtil da cidade absorveu essa mão de obra feminina, porém na maior parte das vezes as alunas continuavam a trabalhar domesticamente, prestando serviços e cuidando dos filhos.

As diferenças entre as grades das seções sugerem ainda, que há um reconhecimento das diferenças de perfis profissionais e pessoais que são esperados de alunos e alunas. Essas diferenças de expectativas são ampliadas conforme avança a idade dos educandos, como podemos observar da grade comum no vocacional e o surgimento das diferenças no secundário. Na questão da profissionalização, se espera

que os alunos se coloquem nas grandes indústrias enquanto para as alunas há a possibilidade de ir para a indústria têxtil como é evidenciada pela existência de uma ajudante de bordados a máquina, mas é priorizada a possibilidade dela se dirigir para as atividades domésticas e mesmo trabalhando em casa complementar a renda do marido. Essa situação era reforçada pela própria disciplina Economia Doméstica e Puericultura que pretendia prepará-las para o exercício da maternidade e da administração do lar. Não podemos nos esquecer da própria superestrutura jurídica que estava posta naquela sociedade.

O Código Civil de 1916 sustentou os princípios conservadores mantendo o homem como chefe da sociedade conjugal limitando a capacidade da mulher a determinados atos como, por exemplo, a emancipação que será concedida pelo pai, ou, pela mãe apenas no caso do pai estar morto. Vai mais além o Código Civil quando prevê, no artigo 186, que em havendo discordância entre os cônjuges prevalecerá a vontade paterna. Ainda, o artigo 380 do mesmo código dá ao homem o exercício do pátrio poder permitindo tal exercício a mulher apenas na falta ou impedimento do marido. Segue as discriminações do diploma no artigo 385 que dá ao pai a administração dos bens do filho e à mãe, somente na falta do cônjuge varão. Quer nos parecer que a discriminação do código culminou com o artigo 240 que definitivamente colocou a mulher em situação hierárquica completamente inferior ao homem quando dizia: A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família. Observa-se, ainda, o artigo 242 que restringia a prática de determinados atos da mulher sem a autorização do marido.

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:

- I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher*
- II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.*
- III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.*
- IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.*
- V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos.*
- VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.*
- VII. Exercer profissão*
- VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.*
- IX. Aceitar mandato*

Os artigos citados deixam indubitável a relegação da mulher ao segundo plano. Com o Código Eleitoral de 1932 surgiu um avanço nos direitos da mulher quando permitiu à mulher exercício do voto aos vinte e um anos de idade, tendo a Constituição Federal de 1934 reduzido esta idade para dezoito anos.

Essa realidade era justificada socialmente através do gradativo reconhecimento da necessidade e direito da mulher ao trabalho, porém ainda lhe era destinada uma importância maior como mãe e como esposa. Isto se materializava nas instalações físicas e nas práticas escolares, pois a seção masculina era caracterizada como a reprodução do ambiente fabril com oficinas, máquinas, mestres e encarregados. Já a seção feminina era caracterizada como um ambiente mais doméstico, onde a mestra-mãe-enfermeira preparava a aluna-filha-esposa para cuidar da saúde da família, em especial das crianças que eram representadas como o futuro da nação.

3.3 – Associação Instituto Profissional Bento Quirino após a Incorporação da escola pelo Estado

No capítulo II deste trabalho acredito ter demonstrado como, nos moldes da Sociedade Propagadora de Instrução Popular que criou o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo em 1882, 40 cidadãos campineiros acreditando na educação popular como forma de crescimento e visando criar uma escola profissionalizante a fim de atender às necessidades de mão de obra especializada, fundam a Associação Instituto Profissional Bento Quirino. Neste sentido, entendi que o específico - a escola - foi apenas uma forma de realização do geral - a organização da sociedade brasileira e, mais especificamente de Campinas, na virada do século XIX para o século XX, comandada pela reordenamento das relações capitalistas a nível internacional. Isto significa dizer que não tentei explicar o específico por si mesmo; busquei compreendê-lo a partir do geral. O nosso ponto de partida é, portanto, o Instituto e a Associação como síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. Assim, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a industrialização e o ideário maçônico e republicano, bem como aspiração popular pela educação explicam a criação da escola. Como demonstrado ao longo deste trabalho, a Associação Instituto Profissional Bento Quirino, desde a sua fundação, manteve relações cordiais com os governos estaduais e municipais obtendo vantagens no que se refere à isenção de impostos, apoio político para conseguir desapropriação de terrenos e remuneração para os professores para os cursos noturnos. A escola, nos anos iniciais, funcionou de forma precária sob gestão da Associação que, administrando o legado de Bento Quirino, oferecia os cursos de mecânica e marcenaria para o público masculino. Demonstrei também que a proposta de se transferir o Instituto para o Estado já havia sido realizada em 1921 e que havia sido rejeitada; portanto o que explica que no ano de 1927 a mesma proposta seja aceita?

Acredito que a acelerada expansão urbana e industrial da cidade, em virtude das políticas de substituição de importações, produziu um aumento da demanda por mão de obra qualificada, tornando evidente que a associação, com seus recursos financeiros

limitados, não conseguiria oferecer na mesma intensidade o crescimento da oferta de vagas. Além disso, a situação de hegemonia política do grupo dirigente da associação sobre a cidade de Campinas se desfez, agora enfrentando forte resistência da oposição, como demonstrado na Revolta de 1924, liderada pelo jornalista e vereador Álvaro Ribeiro que, mesmo no exílio, dificultava que a associação obtivesse apoios e benefícios do poder municipal. Sendo assim, era necessário que a elite política dirigente do Estado socorresse os seus aliados em Campinas.

A incorporação da escola pelo governo do Estado de São Paulo produziu transformações no nome, na estrutura, finalidade e na forma de funcionamento da associação. Essas transformações se iniciam já na assembleia de 16 de janeiro de 1927 e são assim registradas no livro de Atas da Associação, após longa explanação do presidente sobre as suas iniciativas junto ao governo do Estado de São Paulo para que o mesmo assumisse a manutenção da escola:

Deante do exposto pelo Doutor Presidente, os senhores socios Orozimbo Maia, Domingos Moraes, Joaquim Ferreira Penteado Netto e doutor Paulo J. Villac apresentaram à assembléa duas propostas - a primeira no sentido de supprimir a palavra "Masculino" do nome da fundação que passará a ser denominada "Instituto Profissional Bento Quirino", proposta que foi aprovada unanimemente e a segunda auctorizando a Directoria a estabelecer o accordo com o Estado para que o Governo possa assumir a direcção e manutenção das classes e officinas entrando na posse do Instituto e recebendo annuidade tiradas da rendas do patrimonio." (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 50)

Observa-se que a primeira foi a supressão do termo "masculino" do nome da associação conforme proposta aprovada unanimemente pelos associados. A segunda é que o diretor da escola ficava autorizado a tratar com o governo do Estado os termos em que isso ocorreria, portanto não sendo mais necessária a concordância da diretoria e do conselho conforme estabelecido no artigo 9º, item 1º do Estatuto em vigor.

Em sua longa exposição, o presidente afirma que já havia mantido contato com altas autoridades como o *"Excellentissimo Senhores Doutores José Manoel Lobo, Secretario do Interior, e Professor Pedro Voss, Director Geral da Instrução Publica do Estado de São Paulo"* e que a proposta não era transferir a propriedade dos bens, mas

sim o uso e gozo dos mesmos para que o governo fizesse funcionar a escola. A lei 2.228, datado de 20 de Dezembro de 1927, em seu artigo 2º e 3º, assim define as condições em que se realizará a criação da escola profissional mista Bento Quirino em Campinas:

“Artigo 2º - O governo entrará em acordo com o Instituto <<Bento Quirino>>, daquela cidade, relativamente ao auxílio pecuniário que essa associação prestará á Escola, bem como sobre a entrega do edifício de sua propriedade para o funcionamento da mesma, sem ônus para o Estado.

Artigo 3º - A escola reger-se-á no que lhe for aplicável, pelo Regimento actual das escolas profissionaes”

Observa-se que a lei transforma a escola em credora da associação, ao estabelecer que a primeira prestará auxílio pecuniário a mesma, bem como se refere à entrega do prédio para o funcionamento da mesma e não para incorporação ao patrimônio do Estado. Além disso, sujeita a escola as normas já estabelecidas no regimento das escolas profissionais e não mais as decisões da associação.

Os termos do contrato entre a associação e o Estado, conforme transcrição em ata de reunião da diretoria datada de 14 de outubro de 1928, são estes:

Associação “Instituto Profissional Bento Quirino”, proprietaria dos edificios e bens que o constituem, com sede em Campinas, autorizada pela Assembléia geral, cede e transfere ao Governo do Estado, o uzo e gozo do edificio, oficinas, maquinario, mobiliario, ferramentas e todos os acessórios, para que nele funcione, conforme o legado instituido pelo respetivo fundador, exclusivamente, a Escola Profissional Mixta Bento Quirino, creada pela Lei nº 2228, de 20 de Dezembro de 1927. A entrega do edificio e de todos os mais bens e feita, sem onus algum para o Governo do Estado, salvo a obrigação de manter a Escola Profissional referida na conformidade daquela lei. A diretoria da Associação obriga-se a entregar ao tesouro do Estado, mediante guia da Secretaria do Interior a importancia de doze contos de reis (12:000\$000) no mez de janeiro de cada ano como auxilio anual á Escola, e de acordo com o artigo 2º da lei 2228, enquanto funcionarem os cursos profissionaes. Ao Governo incumbe a guarda e conservação dos Edificios do Instituto e de todos os bens que nele se encontram e foram-lhe entregues conforme inventario. (Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972, p. 55)

O valor da ajuda estabelecido é o de doze contos de réis, porém não para a escola como previsto no decreto e sim para o tesouro do Estado, enquanto a contrapartida do mesmo é manter a escola em funcionamento. O contrato é explicito

que não há a transferência de propriedade, mas sim do direito de uso e gozo dos bens da associação, porém não estabelece nenhum outro direito à associação. O que observa-se nas atas seguintes é que a associação perderá os direitos de definir os rumos da escola no que se refere a contratação de professores ou ingresso dos novos alunos, porém não de influenciar em seu desenvolvimento.

Caberá a associação auxiliar financeiramente, inclusive cobrindo gastos que pelo contrato seriam de responsabilidade do Estado como aqueles relativos ao funcionamento da escola e manutenção dos prédios. O livro de atas da Associação informa que em 27 de julho de 1929, a associação atende a um pedido do diretor da escola e empresta 3:100\$000 (três contos e cem mil réis) para que seja procedida a compra de uma serra de fita, bem como isenta-o do pagamento do aluguel da casa. Em 26 de agosto de 1929, há a autorização para que a associação crie a Biblioteca Carlos de Campos que em 26 de julho de 1931, já contava com 313 volumes como acervo. O relatório dos trabalhos para o ano de 1933, traz que a associação investiu 3:365\$000 (três contos, trezentos e sessenta e cinco mil réis) na aquisição de uma moderna lâmpada de raios ultravioletas, bem como assume parte do custeio do Dispensário de Puericultura. O relatório dos trabalhos para o ano de 1934 traz que a associação contribui com 11:000\$000 (onze contos de réis) para o novo pavilhão da Fundação de Ferro.

Assim, é perceptível que embora não tenha mais a prerrogativa legal, a associação mantém uma grande influência sobre a escola através da escolha dos livros e revistas que os alunos terão disponíveis na biblioteca. Através de investimentos em equipamentos que, em bases contratuais seria responsabilidade do Estado, ela também definirá os cursos e serviços que foram oferecidos à sociedade, definindo através de seu auxílio extraordinário – pois o ordinário era recolhido à fazenda do Estado – quais obras seriam possíveis, bem como estabelecendo uma relação harmoniosa com quem dirigia a escola. Podemos concluir que estas transformações estão em sintonia direta com as rearticulações em torno do bloco de poder dominante que ocorriam no país.

4 – Conclusões

O movimento de expansão das escolas profissionais no território brasileiro esteve diretamente vinculado ao processo de urbanização e industrialização do país, como já o apontamos no presente trabalho. Ele se inicia por cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador que viveram esse processo antes de outras regiões e por motivos distintos. Nestas cidades, até a primeira metade do século XIX, não é a necessidade econômica que dará origem a esse movimento, mas sim a perspectiva de oferecer uma opção para os filhos dos homens brancos pobres e livres que vivem nas cidades ou aos órfãos e desvalidos da fortuna. Nas cidades relatadas acima não há uma grande industrialização e sua urbanização se relaciona muito mais com uma conjuntura política que as favorece. No entanto, como destaca Hobsbawm em a **Era dos Impérios** (1988, 94-95):

o desenvolvimento econômico não é uma espécie de ventríloquo com o resto da história como seu boneco. Neste sentido, mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não fica imune aos apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmos raciais associados de modo tão patente à expansão imperial.

Ou seja, não podemos considerar que há uma determinação mecânica da dimensão econômica sobre a história, mas também não podemos desconsiderar essa dimensão. Assim, se a escola profissional representa uma opção é porque há a perspectiva de que os alunos dessas escolas consigam garantir a sua sobrevivência através da formação que ali recebiam; porém essa formação não era entendida como estratégica para o desenvolvimento econômico, político e social do país, tendo em vista a crença de que o Brasil teria uma vocação agrícola. Logo após a proclamação da independência, os projetos para o desenvolvimento econômico do país se baseavam na expansão da fronteira agrícola através da incorporação de novas terras. O Brasil se apresentava como um mercado consumidor para os produtos ingleses em um momento no qual este país vivia a sua revolução industrial.

Essa situação começa a se transformar na segunda metade do século XIX quando o processo de acumulação do capital passa a perceber que o Brasil pode ser importante como mercado para investimentos dos capitais excedentes da Europa que buscam maior rentabilidade que a encontrada em seus países de origem. Isto fará com que indústrias estrangeiras como a Lidgerwood, Mac Hardy, São Paulo Railway e os bancos de investimentos venham se instalar na província de São Paulo. Isto promove o deslocamento do eixo comercial para o sudeste brasileiro e aliado ao início da produção cafeeira e os excedentes de capitais gerados por ela, darão origem a uma nova organização social. Ainda retomando Hosbawm (1988, 241),

Se a linha entre a burguesia e a aristocracia era imprecisa, os limites entre a burguesia e seus inferiores estavam também longe de ser claros. Isto não afetava demasiadamente a “antiga” classe média baixa ou a pequena burguesia de artesãos independentes, pequenos lojistas e seus semelhantes.

Ou seja, o desenvolvimento industrial e do setor de serviços que terá início a partir da década de 1870 produziu transformações econômicas dando origem a uma nova classe social, ainda vinculada à produção cafeeira, mas que não deixa de reconhecer a necessidade do desenvolvimento das indústrias. No caso brasileiro, as diferenças entre uma antiga aristocracia rural e uma burguesia urbano-industrial, em fase de formação, começam a aparecer. Não são novos homens, em muitos casos, são os mesmos homens, mas com uma nova visão de mundo, em outros casos são homens influenciados pelo ideário maçônico e liberal, em especial pelo modelo norte-americano.

São homens que acreditam na iniciativa individual para resolver os problemas da sociedade, ao invés de esperar que o Estado imperial ou republicano o faça. Para muitos destes homens, o Estado é mais um problema do que uma solução, por isso, eles se unem para criar escolas, construir hospitais, enfim realizar aquilo que o Estado não realiza e que anarquistas e socialistas estavam a fazer. A criação dos sindicatos, de escolas anarquistas, dos centros de cultura e da imprensa operária colocava em evidência a organização proletária que se iniciava e os problemas para a manutenção do *status quo* que estas organizações representavam. Era necessário que as classes

dominantes se antecipassem a essas iniciativas coibindo-as através do monopólio legítimo da força exercido pelo Estado, mas também pela oferta desses serviços. Em muitas situações, o poder público atuou oferecendo os serviços, onde isso não ocorreu, iniciativas dessa burguesia urbano industrial criaram escolas e outras instituições para atender as reivindicações dos trabalhadores e inibir a sua auto-organização.

Esse não é um movimento exclusivo da província de São Paulo ou da cidade de Campinas, é um processo que se iniciou no período imperial e que prosseguiu nos anos iniciais da república, se disseminando por todo o território brasileiro onde surgiram as grandes cidades. No caso da educação profissional, como o demonstra a tabela abaixo que apresenta a criação dos Liceus de Artes e Ofícios em algumas cidades, havendo um processo de urbanização há o surgimento de sociedades, associações, enfim homens que passam a defendê-la.

Liceu de Artes e Ofícios		
Cidade	Ano	Nome da Sociedade
Rio de Janeiro	1856	Sociedade Propagadora das Belas Artes
Salvador	1872	Criada por iniciativa do Estado com o apoio das Agremiações Profissionais ¹⁹
Recife	1871	Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco
São Paulo	1882	Sociedade propagadora de Instrução Popular
Campinas-SP	1892	D.Nery, apoio do Barão Geraldo de Rezende e Maria Umbelina Alves Couto

Inicialmente como um projeto de assistência e benemerência, mas com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o desenvolvimento das indústrias, o surgimento das organizações do operariado e a conjuntura criada pela primeira guerra mundial, na qual o país não tinha mais como importar, a educação profissional começa, gradativamente, a ocupar um outro *locus*. Mas as mudanças não provêm unicamente do campo econômico, elas também ocorrem na política com o

¹⁹ Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia, fundada em 1870, a Sociedade Liga Operária Baiana, fundada em 1872, e a Sociedade Democrática Classe Caixeiral, fundada em 1877.

fortalecimento do movimento republicano e sua aspiração pela transformação do súdito em cidadão, ou seja, era preciso ampliar a participação política do e para o povo, mas para isso era preciso educá-lo, afastando-o das ideias exóticas de anarquistas e socialistas. Era preciso qualificá-lo para o trabalho, pois só através deste se alcança o sucesso econômico, era preciso educá-lo para a ordem, pois só através desta se alcança o progresso. A qualificação para o trabalho em primeiro lugar, se realizou através de uma construção positiva da ética do trabalho que o afastasse do estigma da escravidão, para posteriormente, alcançasse a capacitação técnica. A educação para a ordem representou estabelecer a participação política nos marcos do capitalismo republicano recém-implantado.

Avalio que o resultado de minha pesquisa demonstra que ao se unir para criar a Associação Instituto Profissional Masculino, um grupo de homens influenciados pela ideologia maçônica, industrial e republicana teve como preocupação contribuir para o desenvolvimento da sociedade campineira. Desenvolvimento este que deveria ocorrer nos estritos marcos do capitalismo, em uma conjuntura na qual as ideias anarquistas e comunistas eram vistas por eles como exóticas e sem conexão com a realidade social brasileira. Para que isso ocorresse era necessário educar o trabalhador construindo uma concepção positiva de trabalho em oposição à concepção que predominou no Brasil no período escravista. A esta educação cabia também manter o trabalhador brasileiro afastado dessas ideias. Para eles, o Estado não teria como isoladamente exercer essa função e por isso era necessário que a iniciativa de grandes homens o auxiliasse.

Isso se manifestou na prática em Campinas na criação da Escola do Povo, da Escola Correa de Mello, do Liceu de Artes e Ofícios, da Escola de Comércio Bento Quirino entre outras. A perspectiva de desenvolvimento de um campo educacional independentemente do poder público era uma ideologia que não conseguia sobreviver frente a uma realidade histórica, na qual se observa surgirem e desaparecerem escolas com muita facilidade ou que se tornava necessário entregar as escolas ao poder público.

Nessas circunstâncias, como observou Saviani, o pensamento destes homens era marcado por uma tensão:

Delineia-se no pensamento liberal em suas várias vertentes presentes no contexto brasileiro (positivismo, evolucionismo social e as diferentes versões do liberalismo político: moderada, radical, republicana) uma tensão de fundo: a percepção da centralidade do Estado e, ao mesmo tempo, a recusa em aceitar seu protagonismo no desenvolvimento da sociedade.(...)

A referida tensão balizou o pensamento pedagógico e a política educacional ao longo da Primeira República. (SAVIANI, 2008,168-169)

No caso da Bento Quirino, este embate esteve presente ao longo do período analisado e causou embates e disputas entre os membros da associação, mas essa tensão só foi equacionada quando a associação entrega a escola ao Estado, mas mantém seu poder de interlocução e de influência na escola.

Para concluir, preciso destacar o fato que a escola Bento Quirino não teve como seus alunos os desvalidos da fortuna, embora nos discursos dos políticos e dos mantenedores isto tenha ocorrido. Pelo contrário, a educação dos desvalidos figurou como elemento de retórica e não como prática social efetiva, pois os alunos da Bento Quirino ou foram escolhidos pelos membros da associação, desvelando uma relação de “compadrio” entre quem indica e a família de quem é indicado e, no período posterior, a análise dos registros de matrículas demonstram que seriam descendentes de uma chamada “*classe média*” que embora proletária não se identificasse como tal. Novamente, como destaca Hobsbawm (1988, 247), “*A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores*”, ou seja, a escola contribuiu para a conformação de uma sociedade de classes, bem aos moldes da sociedade capitalista, procurando hierarquizar a sociedade e ocultar a diferença fundamental entre as classes, a saber: a propriedade dos instrumentos de trabalho. Para os alunos da Bento Quirino no período em que estudamos, estava posta a possibilidade de ascensão social, mesmo que esta não sanasse a sua condição original de explorado.

5 – Bibliografia

ACCÁCIO, Liéte Oliveira **A PROFISSÃO DOCENTE: OS RITOS E NORMAS DA INCORPORAÇÃO**_in Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p.212-227, jun.2008
- ISSN: 1676-2584, disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/30/art14_30.pdf

AFFONSO, Cleide Maria de Luca e Pinto, Maria Nívea – **Culto a Ciência Centro e Treze Anos a Serviço da Cultura**, Campinas, Gráfica Tecla Tipo Ltda, 1986.

AFONSO, Túlio Augusto Tayano - **Evolução constitucional do trabalho na ordem econômica jurídica brasileira** disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/tulio_augusto_tayano_afonso.pdf

AMARAL, Leopoldo - **Campinas Recordações** - São Paulo - Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927.

ANANIAS, Mauricéia – **Propostas de Educação Popular em Campinas: “As Aulas Noturnas**, in Caderno CEDES, Vol 20, nº 51, Campinas, Nov. 2000, pp66-77.
– **O Ensino em Campinas na segunda metade do século dezenove: A Escola Correa de Mello**, disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/t0211259873009>, acesso em 02 dezembro de 2010.

ANDREOTTI, Azilde L. **Acervo de Fontes de Pesquisa para a História da Educação Brasileira: Características e Conteúdo**, disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.html, em 11 de abril de 2007, às 16:36.

ARIÈS, Philippe – **História Social da Criança e da Família**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- *“Uma Nova Educação do Olhar”* in **História e Nova História**, 3º edição, Editorial Teorema, Lisboa, s.d..

BAENINGER, Rosana - **Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista**,_dissertação apresentada ao programa da pós graduação em sociologia do IFCH, UNICAMP, sob orientação de Neide Lopes Patarra, 1992.

BACELAR, Carlos – *“Uso e mau uso dos Arquivos”* in **Fontes Históricas** , Carla Bassanezi Pinsky(org.), 2ed., SP, Contexto, 2006. pp.23-79

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos – **Campinas, o Despontar da Modernidade** - Campinas, Editora da UNICAMP, 1996 – Coleção Campiniana, nº 07;

O Plano de Melhoramentos urbanos de Campinas (1934 – 1962), São Carlos: EESC– USP, 1986 (Dissertação de Mestrado)

BARREIRA, Luis Carlos – **História e Historiografia. As Escritas recentes da história da educação brasileira(1971 – 1988)**, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1995.

BARROS, José D'Assunção – **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**, 4 Edição, Petrópolis, R.J., Editora Vozes, 2004.

BATITISTONI FILHO, Duílio – **Campinas: Uma Visão Histórica**, Editora Pontes, Campinas, 1996.

BIANCONI, Renata – **Posições Republicanas no Contexto da Diversificação das Atividades Econômicas em Campinas no Final do Século XIX**, consultado em www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_68.pdf, dia 07 de maio de 2007, às 16:36 horas.

BITTAR, Marisa - **A pesquisa em educação no brasil e a constituição do campo científico**, in Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.3-22, mar.2009, 1676-2584, disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/index.html>

BONATO, Nailda Marinho da Costa – **Uma Escola Profissional para o Século Feminino no Distrito Federal: A Escola Paulo de Frontin (1919)**, consultado em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#qt2>, acesso dia 01 dezembro de 2010

– “Memória da Educação: preservação de Arquivos Escolares” in **Presença Pedagógica**, V.6, n35, set/out 2000, pp. 44-47.

BOURDIEU, P. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BRANDÃO, Zaia – “*A Historiografia da Educação na Encruzilhada*” in **História e História da Educação: O Debate Teórico Metodológico Atual**, Demerval Saviani, José Claudinei Lombradi e José Luis Sanfellice(orgs.) 3 edição, Editora Autores Associados:HISTEBR, Campinas, 2006.pp.100-114.

BRANDÃO, Zaia - **Paschoal Lemme**,:Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife, 2010. 172 p.: il. – (Coleção Educadores)

BRITO, Eliane Maria – **A Romanização no Espírito Santo D. João Nery 1896-1901** Dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia Ciências Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BURKE, Perter (org.) - **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

- **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMPOS, Cristina Hebling – **O Sonhar Libertário**, Campinas, Editora Pontes, 1988, p. 190.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e Crianças na Imprensa paulista, 1920 – 1940: educação e história**. São Paulo; Ed. da UNESP, 2009.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral – **Momento de Ruptura. As transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta** - Campinas, Editora da UNICAMP, 1996 – Coleção Campiniana, nº 08;

CARVALHO, José Murilo – **A Monarquia Brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Ao Livro Técnico, 1993.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de “A Escola do Olhar” in Reis, Maria Cândida Delgado , **“Caetano de Campos” Fragmentos para a História da Instrução Pública no Estado de São Paulo**, SP, Associação de EX-Alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 1994, pp53-60.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes – Institucionalização Escolar no Brasil 1879 – 1930 – disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf>

– “*Institucionalização das Instituições Escolares: Final do Império e Primeira República no Brasil*” in **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**, Maria Isabel Moura Nascimento [et. el.] (orgs) – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, Coleção memória da educação),2006, pp39-57

CORRÊA, Priscila Kaufmann - “*Entre a fé e o fruto do conhecimento: o ensino religioso no Colégio Progresso Campineiro, Campinas-SP, (1900-1937)*” in **Antíteses**, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 477-490, disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

COUTO, Miguel. “A educação popular.” **Educação**, v. X, nº 5 e 6, Rio de Janeiro: AlbuquerqueNeves, 1925, p. 701.

CRUZ, Lúcia Pedroso da – **Bento Quirino e Cotuca: os passos do Ensino Profissional em Campinas**, Dissertação defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, Orientadora: Maria Helana Salgado Bagnato, Campinas, 22/02/2008.

CUNHA, Luis Antonio – “O ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil” in **Revista Brasileira de Educação**, RJ, Maio a Agosto de 2000, a, nº 14, pp89-107.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: Flacso, 2000, b.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: Flacso, 2000, c.

DE DECCA, Edgar S. - “Narrativa e História” in **História e História da Educação: O Debate Teórico Metodológico Atual**, Demerval Saviani, José Claudinei Lombradi e José Luis Sanfellice(orgs.) 3 edição, Editora Autores Associados:HISTEBR, Campinas, 2006. pp.17-24

DOCUMENTO 1, Uma Escola Livre. In: Rodrigues, Edgar. **Quem tem medo do anarquismo?**, RJ, Achiamé, 1992.

DOSSE, François – **A história em Migalhas: dos Annales à Nova História**, trad. Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Tomé Saliba, São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ENGELS, Friedrich – **A situação da classe trabalhadora Inglesa**; Trad. Anália C. Torres, Porto, Edições Afrontamento, Maio de 1973. Prólogo de E. J. Hobsbawn.

FONSECA, Celso Suckow da - **História do Ensino Industrial no Brasil**, 2º Volume, s.e., Rio de Janeiro 1961.

FONSECA, Sônia Maria – **Formação para o trabalho manual no Brasil Colônia: a configuração de um debate historiográfico em aberto**, – HISTEDBR-GT/UNICAMP, comunicação realizada em 25 de novembro de 2010 na FE da UNICAMP.

FOSTER, John B. e Clark, Brett - **Barbárie ou socialismo?** Disponível em <http://resistir.info/mreview/barbarie.html#asterisco> , acessado em 24 de novembro de 2010

GAIOFATTO, Nadia. História e História da Educação -- O debate teórico-metodológico atual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 73, Dec. 2000 , disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4218.pdf>

GARCIA, Fernando Coutinho – “Globalização, Emprego e Empregabilidade” in **Revista Gestão e Planejamento**, Ano 5 | Nº 10 | Salvador | jul./dez. 2004 | P. 91-95

GINZBURG, Carlo – **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**, Trad. Betânia Amoroso, SP, Cia das Letras, 1987.

GRANDI, Guilherme - “A aquisição da Rio Claro-São Paulo Railway Company pela Companhia Paulista” in **História e Economia Revista Interdisciplinar**, Vol. 2 - n. 1 - 2º semestre 2006 disponível em <http://www.bbs.edu.br/apresentacaoprofessor/04-Guilherme.pdf> , acesso em 02 de Dezembro

HENNIG, Jean – **Breve história das Nádegas**, editora terra mar, 1997, 184p. Coleção pequena história.

HOBBSBAUWM, Eric J. - **A era dos impérios** – tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli – R.J., Paz e Terra, 1988.

HUBERMAN, Leo –“Fases Históricas da Produção de Mercadorias” in **História da Riqueza dos Homens**, Editora ZAHAR, R.J.,1971, 7ª Edição.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez/Celats, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral - **A Cidade: Os Cantos e os Antros, Campinas, 1850-1900**. São Paulo, Edusp, 1996.

LEMES Paula Cristina Ferreira - **A arquitetura escolar de ramos de azevedo: estudo do instituto profissional Bento Quirino (1914-1967)**, Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual deCampinas, Faculdade de Educação, 2010.

LOPES, Silvana Fernanda – “A Educação Escolar na Primeira República: A Perspectiva de Lima Barreto” Acesso em 02 de dezembro de 2010, http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_100.html.

LOUREIRO, Felipe Pereira – *Balanço das transformações da indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950,)* in **História e Economia Revista Interdisciplinar** pp. 55-70 Vol. 3 - n. 1 - 2o semestre 2007, disponível em <http://www.bbs.edu.br/institutobbs.asp>

LÖWY, Michel – **Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma análise marxista**, 10ª Edição, S.P. Cortez, 1995.

LUCA, Tania Regina de – *História dos, nos e por meio dos periódicos*” in **Fontes Históricas** , Carla Bassanezi Pinsky(org.), 2ed., SP, Contexto, 2006. pp.111-153.

MALTA GUIMARÃES, Alair - **Campinas – Dados Históricos e Estatísticos** - Campinas, Composto e Impresso na Tip. Linotipo, 1953;

MARIANO, Júlio, - *“História da Imprensa em Campinas”* in **Monografia Histórica do Município de Campinas**, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1952. pp.301-314.

MARTINS, Ângela Maria Souza – **A Educação Libertária na Primeira República**, consultado em 10 de abril de 2007, em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_015.html. Acesso em 02 de dezembro de 2010

MARTINS, Mônica de Souza, **Entre a Cruz e a Espada: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)**, Editora Garamont, R.J., s.d. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057043.pdf>, acesso em 26 de novembro de 2010.

MARX, Karl e Engels, Friedrich – **A Ideologia Alemã**, Vol I, tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira, 4ª edição, Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, Lisboa,s.d..

MATTOS, Odilon Nogueira de – **Café e Ferrovias: a evolução de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**, 2ª ed., São Paulo, editora Alfa-Omega/Editora Sociologia e Política, 1974.

MENDES, José de Castro Mendes, **Efemérides Campineiras 1739 – 1960**, Campinas, s.e., s.d..

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck – **A Legislação Educacional: uma das Fontes de Estudo para a História da Educação Brasileira**, consultado em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_072.html, Acesso em 02 de dezembro de 2010.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *A Campinas na época de Ramos de Azevedo*. In:**Revista Saráo Memória e Vida Cultural de Campinas**. Vol. 1, nº 2. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2002. disponível em http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista02/PDF/sarao_texto_01.pdf

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal e ALVES, Julia Falivene(org) – **Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo Inventário de Fontes Documentais**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, s.d.;

– **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002;

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal – **O ideário Republicano e a Educação: O Colégio Culto a Ciência de Campinas (1860 – 1892)** Dissertação de Mestrado, SP, USP/FE, 1981.

- **A Socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo 1873 a 1934**, Tese de Doutorado, SP, USP/FFLCH, 1990.

- *Instrução “Popular” e Ensino Profissional: uma perspectiva histórica*. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: Edusp, 2002.

- **O ensino libertário e a relação trabalho e educação: algumas reflexões**, s.d., disponível em <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT02-6971--Int.pdf>

MORAES, José Damiro de - **Educação Anarquista no Brasil da Primeira República**, disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html.

MOURA, José Adersino Alves de, **O MÉTODO POSITIVISTA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O VIÉS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO** disponível em <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT29.PDF>)

NADAI, Elza O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p.143-62, set./ago. 1992-1993.

NAGLE, Jorge, **Educação e Sociedade na Primeira República**, São Paulo, EPU/ Editora. da USP, 1974,

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. – **Educação para o Povo nos Primórdios da Industrialização**, Consultado em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art17_11.htm , dia 25 de abril de 2007.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et. Al.] - **Memórias da Educação Campinas (1850-1960)** – Campinas, Editora da UNICAMP, Centro de Memória da Educação, 1999 – Coleção Campiniana, nº 20;

NEGRÃO, Ana Maria Melo, “Educar para a Cidadania Através de Valores Católicos: O Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora” in Nascimento, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et. Al.] - **Memórias da Educação Campinas (1850-1960)** –

Campinas, Editora da UNICAMP, Centro de Memória da Educação, 1999 – Coleção Campiniana, nº 20;

NETTO, José Paulo – “*Relendo a Teoria Marxista da História*” in **História e História da Educação: O Debate Teórico Metodológico Atual**, Demerval Saviani, José Claudinei Lombradi e José Luis Sanfelice(orgs.) 3 edição, Editora Autores Associados:HISTEBR, Campinas, 2006. pp 50-64

NOSELHA, Paolo e BUFFA, Ester – **Schola Mater – A Antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933**, São Carlos Editora da UFSCar, 1996.
A Escola Profissional de São Carlos, SP:CEETPS, São Carlos: Editora da UFSCar, 1998

NUNES, Clarice - “A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação Brasileira” in **Cadernos de Pesquisa**, nº 93, maio de 1995, pp. 51-59).

– “Ensino e Historiografia da Educação Problematização de uma hipótese” in **Revista Brasileira de Educação**, jan/fev/mar/abr, 1996, disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde01/rbde01_07_clarice_nunes.pdf

-“História da Educação Brasileira: Novas Abordagens de Velhos Objetos in **Teoria e Educação**, nº 06, p.151-182, 1992

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. A pedagogia libertária: um resgate histórico. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100032&lng=en&nrm=abn> . Acess on: 11 Jan. 2007.

PAULA, Carlos F. de (org) - **Monografia Histórica de Campinas** – Campinas, Câmara Municipal de Campinas, 1952.

– **Monografia Histórica –Ginásio e Colégio Estadual Culto à Ciência**, - Campinas, s.e., 1946.

PEÇANHA, N. - **Impressões da Europa**. Nice(FRança): N. Chini & Xie Editeurs, 1912,

PEREIRA, Isabel Brasil – **Dicionário da educação profissional em saúde** / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. . 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, 478 p. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes.html>

PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro – **A Idéia Republicana no Brasil através de Documentos: textos para seminários**, São Paulo, Alfa-Omega, 1973, 176p.

PLAYFAIR, William. **An Inquiry into the Permanent Causes of the Decline and Fall of Powerful and Wealthy Nations**. London: printed for Greeland and Norris, Booksellers, Finsbury-square, 1807

PROBST, Elisiana Renata – A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO, **Revista do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, disponível em <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>, acesso em 01 de dezembro de 2010.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REIS, José Carlos – “Os Annales: a Renovação Teórico- Metodológica e 'Utópica' da História pela Reconstrução do Tempo Histórico” in **História e História da Educação: O Debate Teórico Metodológico Atual**, Demerval Saviani, José Claudinei Lombradi e José Luis Sanfelice(orgs.) 3 edição, Editora Autores Associados:HISTEBR, Campinas, 2006. pp 50-64

REIS, Maria Cândida Delgado , “Caetano de Campos” **Fragmentos para a História da Instrução Pública no Estado de São Paulo**, SP, Associação de EX-Alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 1994.

RIBEIRO, Álvaro, **Falsa Democracia: A Revolta de São Paulo em 1924**, Editora F. de Piro, 1927.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A Educação das Mulheres no Século XIX O Colégio de Carolina e Hércules Florence de Campinas (1863-1889)**, consultado em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_020.html , em 24 de abril de 2007, às 14:33.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa(Coord.) Caetano, Coraly Gara e Gitahy, Maria Lucia Cara, **Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional em Campinas**, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

RIBEIRO, Vera Masagão, **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – Brasil**, disponível em http://www.ibope.com.br/opp/pesquisa/politica/eleicoes/download/paper_INAF.doc , s.d., acesso em 01 de dezembro de 2010.

SANFELICE, José Luis – “*História das Instituições Escolares*” in **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**, Maria Isabel Moura Nascimento [et. el.] (orgs) – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, Coleção memória da educação), 2007, pp75-93

SAVIANI, Demerval – SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008, 2ª ed., 492p.

- “*Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica*” in **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**, Maria Isabel

Moura Nascimento [et. el.] (orgs) – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, Coleção memória da educação), 2007, pp03-27

- “ O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional” in Saviani, Demerval & Lombardi, José C. & Sanfelice José L. **História e História da Educação. O Debate teórico metodológico atual**, Campinas, Autores Associados, 1998, pp. 07- 15

SILVA, Romeu Adriano – **Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”:** as relações entre educação e trabalho no capitalismo periférico, dissertação de mestrado, fevereiro de 2004, FE / UNICAMP.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** Lisboa: 174 Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, vols. I e II.

SOUZA, Rosa Fátima de - “*Demandas Populares e Educação – aspectos sócio-culturais da cidade de Campinas na Primeira República*” in **RESGATE: Revista de Cultura**, Campinas, Área de Publicações/CMU-UNICAMP, nº 6, 1996 pp.61-74.

STOLF Netto, No Passado, **A Maçonaria Campineira e o Ensino**, 13/02/1998, mimeo.

TANURI, Leonor Maria “A Escola Normal no Estado de São Paulo: de seus primórdios até 1930” in Reis, Maria Cândida Delgado , **“Caetano de Campos” Fragmentos para a História da Instrução Pública no Estado de São Paulo**, SP, Associação de EX-Alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 1994, página 42.

VENDRAMETTO, Maria Cristina, **Da Escola Masculina da Capital (São Paulo) à Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas: uma proposta de gestão documental**, Dissertação de Mestrado, SP, USP/FE, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA Fº, Luciano Mendes de, “*História da Educação no Brasil: s constituição histórica do campo (1880-1970)*” in **Revista Brasileira de História**, SP, vol.23, Nº 45, pp. 37-70, 2003.

UHLE, Agueda Bernardete Bittencourt “ *Orosimbo Maia: Cultura e Política no final do Século XX*” in **Pro-posições** – Vol. 9 Nº 1 (25) Março de 1998 pp.72-91

VILLELA, Américo Baptista. “*História da Política Educacional Federal no Brasil de 1930 a 1945 – Uma Análise Sumária*”, in **SINPRO – Cultural**, Ano XI, nº 63, março de 2006a, pp.07 a 11

“*A cidade representada: as ruas da cidade e a memória republicana em Campinas*” in **Revista CPC**, São Paulo, n. 6, p. 102-118, maio 2008/out. 2008, pp102-118.

_____“Campinas Revisitada: Uma história das histórias do bicentenário de Campinas” in **SINPRO – Cultural**, ano XI, nº 64, julho de 2006b, pp. 4-39,

WARDE, Miriam, “Questões teóricas e de métodos: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas”, in Saviani, Demerval et al. **História e História da Educação. O Debate teórico metodológico atual**, Campinas, Autores Associados, 1998, pp. 88-99.

WESTPHALEN, C. M – **Lições de Gilberto Freyre aos historiadores.**, disponível em http://www.bvgf.fgf.org.br/frances/critica/artigos/art_cient/licoes_historiadores.htm

6 – Fontes Primárias

Almanak de Campinas para 1872, Tipografia da Gazeta de Campinas, Campinas 1871.

Dispensário de Puericultura - Coletâneas de Notícias - 1933 a 1946

Escola Profissional Secundária “Bento Quirino” Campinas - Dados Escolares e Financeiros, publicados por ocasião da inauguração do novo pavilhão de Fundação, pelo Interventor Exmo. Snr. Dr. Armando Salles Oliveira em 18 de agosto de 1934.

Escola Profissional Secundária “Bento Quirino” Campinas - Relatório dos Trabalhos de 1933 - Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário da Educação e da Saúde Pública pelo Diretor da Escola. Ed. Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1934.

Jornal Correio Popular

Jornal Diário do Povo

Livro de Atas da Associação Instituto Profissional Bento Quirino 1914 – 1972

Livros de Registro de Diplomas

Livros de Registro de Matrículas

Livros de Registro de Notas

Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, redator-gerente Prof. Jorge Leme - Número dedicado à Memória do Saudoso Campineiro Snr. Bento Quirino dos Santos, Tip. da Casa Genoud, Campinas, 1938